



A AMEAÇA DAS ÁGUAS

— Página 14 —



A construção de 40 barragens no rio Uruguai e seus afluentes vai expulsar milhares de agricultores de suas terras e provocar um desastre ecológico de proporções ainda não calculadas. Quem irá se beneficiar destas obras e da energia que por elas serão geradas? O que será feito dos colonos que perderão suas terras quando a água chegar alagando tudo?

**Liquidação:
NEGÓCIO
COMPLICADO**

— Página 22 —

**Modelo Agrícola:
UM CONVITE
À DISCUSSÃO**

— Página 3 —



**83 FAMÍLIAS
VIVENDO DE
PROMESSAS**

— Página 10 —

**Previdência:
CADÊ NOSSOS
DIREITOS?**

— Página 6 —

**SOLO VIVO,
SOLO FÉRTIL**

— Página 12 —

Caderno de Balanço

COOPERATIVA REGIONAL
TRITÍCOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, esquina
Porto Alegre - Caixa Postal 111
IJUI - RS
GERAL - PABX 332-1549

CGC ICM 065/0007700
Insc. INCRA N.º 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Presidente:

Ruben Ilgenfritz da Silva

Vice-Presidente:

Arnaldo Oscar Drews

Superintendente:

Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues
Borges, Nelcy Rospide Nunes, Oswal-
do Olmiro Meotti, Werner Ervin Wag-
ner, Eduardo Augusto de Menezes,
Valdir Zardin, Rui Polidoro Pinto,
Luis Régis do Amaral, Bruno Eisele e
Walter Suliman Duarte.

Conselheiros (Efetivos):

Alberto Sabo, Erni Schünemann,
Egon Eickoff, Telmo Rovero Ross,
Joaquim Stefanello.

Conselheiros (Suplentes):

Alfredo Driemeyer, Reinhold Luiz
Kommers, Ido Marx Weiller, João
Telló, Arnaldo Hermann, José Carlos
Vione.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Dari Bandeira, Antoninho Boiarski
Lopes, Alevino Righi.

Conselho Fiscal (Suplentes):

Leonides Dallabrida, Alvaro Darci
Bernardi Contri, Eloy Milton Frantz.

Capacidade em Armazenagem:

IJUI (Sede)	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto	77.000 t
Tenente Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Esq. Umbú (Sto. Aug.)	50.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	48.000 t
Maracajú	84.000 t
Sidrolândia	12.000 t
Rio Brilhante	12.000 t
Dourados	60.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao qua-
dro social, autoridades, universidades
e técnicos do setor, no país e exterior.
Nossa tiragem, 17.500 exemplares.

Associado
da ABERJE



Associado da

AJOCOOP
Associação dos Jornalistas e Servidores de Cooperativas

Registrado no Cartório de Títulos e
Documentos do município de Ijuí,
sob n. 9. Certificado de marca de
propriedade industrial M/C11 n.
022.775 de 13.11.1973 e figurativa
M/C11 n. 022.776, de 13.11.1973.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes
Dária C. de Brum Lucchese

Composto no Jornal da Manhã, Ijuí, e
impresso no Jornal do Comércio,
Porto Alegre.

Ao leitor

O problema terra é uma constante nesta edição do Cotrijornal. E também nem poderia deixar de ser assim, pois este é um jornal dos associados de uma Cooperativa onde 85 por cento dos agricultores a ela vinculados trabalham numa propriedade com área inferior a 50 hectares.

Na matéria que ocupa o maior número de páginas desta edição — começa na 14 e vai até a 19 — estamos dando informações sobre o alagamento de extensas áreas de terra na região da bacia do rio Uruguai. São terras de pequenos agricultores que perderão suas propriedades no momento em que a água represada por diversas barragens alagar milhares de hectares. Na página 10 contamos a situação de 83 famílias de produtores sem-terra que foram expulsas da reserva indígena de Guarita. Faz quase um ano que eles esperam uma solução para o seu caso, iludidos que foram com promessas de transferência para o Mato Grosso. Na página 20 está o comentário de uma reunião entre produtores que estão fazendo a contabilidade agrícola de suas propriedades. Neste encontro eles tinham a pretensão de identificar e tentar solucionar seus maiores problemas. Mas esbarraram na constatação de que o maior problema é a falta de terra. Fazer o quê para resolver esta situação? Na última página estamos relatando como foi um Simpósio sobre o Êxodo Rural que aconteceu em Porto Alegre. São histórias e histórias do sofrimento do homem do campo por causa de uma estrutura agrária e de uma política agrícola que não atendem os interesses dos agricultores.

Quem vai se beneficiar da energia elétrica que será produzida às custas da expulsão de milhares de famílias da região de minifúndio da bacia do rio Uruguai? Em que situação ficarão estas famílias quando a água alagar suas propriedades? Que tipo de indenização elas receberão? O que vai acontecer com todo o equilíbrio do meio ambiente quando a água chegar tapando zonas de mato e modificando toda a infra-estrutura da região? Estas e muitas outras perguntas estão sem resposta. A situação é angustiante em toda zona sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, desde que começa-

Do leitor

APROFUNDAMENTO

Oi, tudo bom?

Estou fazendo o curso de auxiliar de adubação e gostaria de me aprofundar mais sobre a agricultura, por isso gostaria que vocês mandassem alguma coisa ou talvez até jornalzinho. Tenho amigos daqui que me mostraram os jornais daí e eu gostaria muito de tê-los comigo, se isso for possível.

Vilma Pase

Ivorá - RS

O FUTURO DO BRASIL

Desejo agradecer o recebimento da edição n.º 72 do Cotrijornal e aproveitar a oportunidade para pedir que se possível continuem enviando edições do corrente ano.

Quero parabenizá-los pela valiosa colaboração que vêm dando à agricultura brasileira através de suas publicações, pois o futuro do Brasil está na agricultura.

Carlos Wilmar Matschinke

Porto Alegre - RS

INFORMAÇÕES

Gostaria de enfatizar que as edições do Cotrijornal são de grande validade a todos, pois trazem informações técnicas muito valiosas, principalmente aos que se dedicam ao campo da agropecuária.

Marcus Vinicius de Castilho Marques

Uruguiana - RS

SIMPATIA

Sentindo a carência de informações técnicas e especialmente informações Cooperativistas, venho solicitar a esta Cooperativa que nos coloque na relação de leitores do Cotrijornal, veículo esse que nós já temos conhecimento, e consideramos um dos melhores na sua especialidade.

Certo de recebermos o jornal a partir do próximo número, renovamos nossa simpatia pelo tipo de trabalho que vocês estão fazendo.

Edvaldo Silva Cerqueira

Cooperativa Agrícola Mista dos
Projetos de Irrigação do Médio São

Francisco Ltda.

Barreiras - BA

VOZ ATIVA

A finalidade desta missiva é solicitar a mudança de meu endereço. Outrossim, ressalto-me os conhecimentos adquiridos com a leitura desse conceituado jornal, onde o debate é democrático e o agricultor tem voz ativa, defendendo os seus interesses com denodo. Espero que o mesmo continue nesta mesma linha de ação: porta-voz livre de uma classe, muitas vezes marginalizada das decisões, sobre questões inerentes à sua própria área.

Nilton Alves de Oliveira

Viçosa - MG.

ESCOLA

Dirijo-me a V.Sa. com a finalidade de solicitar que enviem à nossa Escola o Cotrijornal, se isto é de vossa possibilidade, pois a nossa Escola é bastante carente mas estamos muito interessados no referido jornal.

Educandário Nossa Senhora Conquistadora
Caibaté - RS

ATRASSO

Tendo em vista ser um tecnólogo em cooperativismo, no exercício da profissão, e sendo este o único veículo de comunicação que disponho para acompanhar o desenvolvimento e tendências do cooperativismo no Sul, comunico a V.Sa. que não estou recebendo este conceituado jornal desde o mês de fevereiro/80. Se for possível gostaria de continuar merecendo sua atenção recebendo o jornal, inclusive os números em atraso.

José Cândido Vieira

Cuiabá - MT

NR: a edição de fevereiro do Cotrijornal saiu englobada na de março, o que talvez explique a razão do atraso. Seu nome consta da nossa relação de pessoas que recebem mensalmente o jornal e, portanto, atrasos maiores só podem ser explicados por falhas da EBCT, pois na data em que sua carta foi expedida já estava circulando inclusive a edição de abril.

ram a chegar notícias, poucas e contraditórias, sobre a construção de barragens no rio Uruguai e seus afluentes. Os dados oficiais são de que 39.500 pessoas serão atingidas pela construção destas obras. Mas fala-se também que pode chegar a 100 mil pessoas o número de desabrigados depois de concluído todo projeto, que ainda prevê a construção de três barragens binacionais, através de um acordo entre o Brasil e a Argentina.

A luta dos agricultores de Ijuí por um melhor atendimento médico e hospitalar ainda não terminou. Todas as confusões do último mês estão na página 6. Se a lei da previdência já não é muito boa, pior fica quando o pouco que existe não é atendido. Agora pode mudar a lei, com um projeto do Ministério da Previdência e Assistência Social, que pretende estender ao homem do campo os mesmos benefícios da Previdência urbana. Pelo projeto, que ainda precisa ser regulamentado e aprovado pelo Congresso, são ampliados os benefícios, mas ainda assim não fica tudo igual. E um detalhe: aumenta a contribuição.

Assunto foi o que não faltou para discutir este mês na Cotrijornal. Logo após a queda do confisco o Governo, através do ministro Delfim Netto, lançou uma provocação à Cooperativa, dizendo aguardar que a Cotrijornal lhe apresente o modelo agrícola alternativo que deseja ver implantado no Brasil. Depois do convite do ministro, só se pode mesmo começar a trabalhar, porque a Cotrijornal, não tem um modelo pronto para oferecer ao País. E também nem podia. Um modelo, para servir aos interesses de quem está realmente envolvido no processo de produção, tem que ser muito discutido. E não só na Cotrijornal. Deve ser discutido por todo este Brasil afora. Aqui, e também em outros lugares, esta discussão já começou. E deve continuar.

Outra discussão que está sendo ampliada é a respeito do consumo. Deve ou não a Cotrijornal abrir seus supermercados e lojas para terceiros? É um assunto não muito novo mas que está com o debate ampliado nas bases. Se abrir para não associados, como deve funcionar este sistema? Veja o que acham os representantes, na matéria que está na página 24.



UM DEBATE ABERTO

(ou o caso do convite à discussão do modelo agrícola brasileiro)

Pode a Cotrijuí propor ao Governo um modelo agrícola alternativo? Esta pergunta andou na cabeça de muita gente, tanto de associados da Cotrijuí, como de pessoas que não tem nada a ver com o sistema de produção, como também de figuras dos altos escalões do Governo. Tudo começou com aquela história do confisco, com o produtor saindo às ruas para protestar contra a taxa imposta pelo Governo sobre toda soja comercializada para fora do Brasil, ameaçando não comercializar a produção e invadindo as cidades com seus tratores e automotrizas. Nestas manifestações de protesto, muito se falou no modelo agrícola, dos erros de condução da política agrícola oficial, da falta de participação do produtor na tomada de decisões de vital importância na sua atividade...

Ijuí foi o centro das atenções durante este período. Neste município foi decidido levar as máquinas para as cidades do Rio Grande do Sul no dia 31. E Ijuí é a sede da Cotrijuí, que seguiu a decisão de seus associados de não comercializar a soja e foi também discutir lá em Brasília, através de seu presidente, Ruben Ilgenfritz da Silva, a retirada deste imposto. Mas Ijuí foi apenas uma das cidades onde aconteceram manifestações, e a Cotrijuí uma das cooperativas que acatou a decisão dos associados.

Pois caiu o confisco e uma semana depois a Secretaria do Planejamento da Presidência da República, através de uma nota oficial de seu ministro, Antônio Delfim Netto, lançava uma provocação à Cotrijuí e ao seu presidente. Está dito na nota que o Ministro "vai aguardar, com muito interesse, que a Cotrijuí lhe apresente o modelo agrícola alternativo que deseja ver implantado no Brasil".

E não era só isso não. Delfim também aproveitou para fazer uma sugestão:

— Até ficar pronto este modelo, sugiro aos gerentes da Cotrijuí que comecem a cumprir a palavra assumida por seu presidente há 10 dias atrás, em Brasília, iniciando as compras de soja no interior acima de Cr\$ 500,00 a saca.

DIALOGO

Ao contrário do esperado, a resposta dada por Ruben Ilgenfritz da Silva, durante o programa semanal da Cooperativa, o Informativo Cotrijuí, do domingo dia 13, classificou como "altamente positiva" a declaração do Ministro. Segundo

Ruben, esta foi uma proposta ao diálogo e uma demonstração de abertura:

— Felizmente vemos que o ministro está interessado em pensar e conhecer o problema da agricultura, na sua totalidade, o que possibilitará a adoção de uma política que venha finalmente beneficiar o produtor. Como o Ministro, segundo enfatiza o pronunciamento, está interessado nos problemas dos produtores e na sua produção, esta sua posição deve ser encarada com seriedade por dirigentes de cooperativas e pelas bases, pois há indícios de que se darão, finalmente, mais oportunidades aos agricultores.

Ruben também explicou que em todos os encontros ocorridos em Brasília para tratar da queda do confisco, jamais se afirmou que a remuneração ao produtor seria de Cr\$ 500,00 a saca:

— A discussão não foi em torno de preço. Foi de confisco, por sua retirada pura e simples. O assunto preço foi comentado por fazer parte de toda a política. Apenas o que garantimos foi de que se com a queda do confisco o preço caísse até abaixo do mínimo, de Cr\$ 440,00, nós nos responsabilizaríamos. O que foi comentado, mas nunca em termos de promessa, é que um valor próximo aos Cr\$ 500,00 poderia ser uma boa remuneração. Mas isto também é relativo e foi dito ao Ministro, pois uma boa remuneração não existe em função de um valor, mas do quanto o produtor colheu.

AS RAZÕES

Muitos associados da Cooperativa que esperavam uma resposta no mesmo tom da declaração do Ministro, não entenderam a razão do presidente da Cotrijuí encarar a declaração do Ministro como um convite ao diálogo. Mas Ruben explica:

— Não era esta a posição que gostaríamos de assumir, de provocação a nível de pessoas. O problema não está em cima do ministro Delfim Netto, mas sim em cima da realidade. Não vamos ter boas soluções mudando pessoas, mas sim se exercermos pressão junto ao setor agrícola, buscando seu fortalecimento. O nosso objetivo não é polemizar com o Governo ou muito menos com o associado. Em relação aos preços da soja, por exemplo, a cooperativa está atuando estritamente dentro do mercado, pois nem poderia proceder de outra forma.

Realmente só se poderia encarar a declaração do Ministro como

um chamamento a uma discussão mais ampla do modelo agrícola brasileiro. Tanto que logo após a divulgação da nota da Secretaria do Planejamento, a Cotrijuí colocou, através do seu vice-presidente, Arnaldo Oscar Drews, à disposição do Governo seus departamentos técnicos, administrativos e também as lideranças de base, para auxiliar na busca de um modelo de política agrícola ideal. Afinal de contas é isto que sempre estamos pedindo mesmo. E agora vem o Governo sugerindo, que façamos propostas alternativas e não se pode deixar escapar esta chance.

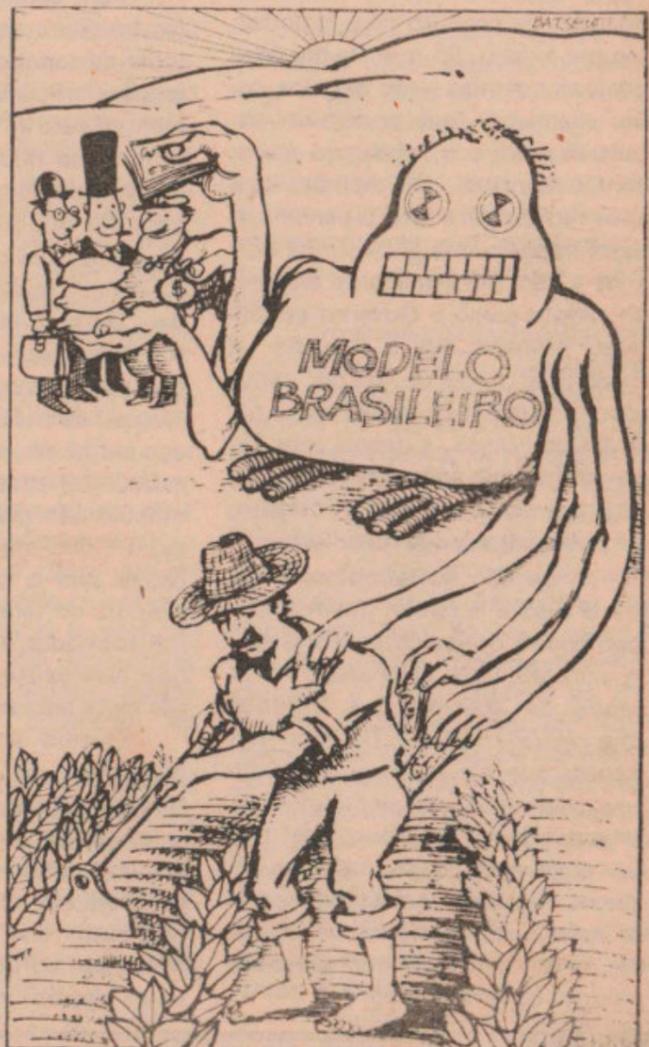
MODELO PRONTO?

É claro que a Cotrijuí não tem um modelo pronto para mostrar aos administradores do País. Idéias não faltam e nem vontade dos associados de participarem da definição de linhas de atuação da política agrícola brasileira.

A Cotrijuí, através de seus associados, pode ter muitas sugestões para melhor adequar o modelo agrícola à realidade do sistema de produção. Não é de hoje que o tema "modelo agrícola" é discutido nos núcleos de associados da Cotrijuí, que se reclama da falta de participa-

ção dos agricultores na tomada de decisões. E este é o primeiro passo a ser dado na elaboração de um novo modelo agrícola para o País — aquele que a Cotrijuí deseja ver implantado no Brasil: discutindo com o produtor — o maior interessado e a pessoa diretamente atingida — o que melhor convém para a agricultura brasileira. E não só com o agricultor da Cotrijuí. Este é um assunto para ser discutido em todas as regiões produtoras do Brasil, resguardando as características de cada uma delas e os interesses de cada grupo de produtores.

Esta última conclusão não é nem do presidente e nem do vice-presidente da Cotrijuí. É a conclusão a que chegaram os representantes eleitos da Cotrijuí, os conselheiros e os presidentes de Sindicatos da área de atuação reunidos com a diretoria da Cooperativa no dia 29 de abril (veja também na página 24) onde ficou bem claro que as definições de uma política agrícola, em plano nacional, devem obedecer os interesses dos produtores, dos consumidores e da nação. O debate sobre este assunto deve ser aberto entre os produtores para que eles realmente tenham uma participação na definição da política agrícola.



Esta ilustração foi a capa do Cotrijornal de fevereiro/março, onde se discutia, exatamente, o modelo agrícola brasileiro.

Caiu o confisco mas o preço da soja não melhorou tanto quanto os agricultores esperavam

O QUE ACONTECEU COM O PREÇO?

Apesar da queda do confisco, grande parte dos agricultores continua descontente com o preço da soja. "Por que caiu o confisco e os preços continuam baixos?" querem saber.

As razões para isto não são muito difíceis de serem entendidas, como conta o Walter Suliman Duarte, do setor de Comercialização da Cotrijuí. Ele explica que antes de cair o confisco o preço que estava sendo pago ao produtor — coisa de Cr\$ 480,00 — era um preço irreal, porque era baseado simplesmente no que se ganhava com a venda do produto do complexo soja (grão, óleo e farelo) no mercado interno:

— Nesse caso a cooperativa e as indústrias tinham condições de pagar aquele preço, porque o volume de produto recebido até então era bastante pequeno, quase insignificante. Na medida em que este volume foi crescendo, que foi imposto um tabelamento do óleo e do farelo (com preços máximos de comercialização) e ainda o contingenciamento determinado pelo Governo, os preços voltaram à realidade.

O contingenciamento, que nada mais quer dizer que o Governo adota uma política de limitar as quantias de produto para exportar, sempre existiu. Só que ele divulgou quais as quantias — ou as cotas, como chamam — que podem ser exportadas este ano, logo após acabar com o confisco. Ou melhor, logo após reduzir para zero o percentual deste imposto que já existe há dois anos e não foi totalmente eliminado. Assim como o Governo estabeleceu primeiro que o Imposto de Exportação seria de 28 por cento sobre a soja e mais tarde baixou para 18 por cento, e depois para 13, por último ele apenas reduziu para zero por cento seu valor. Portanto, ele pode voltar a qualquer hora.

A decisão do tabelamento sobre o óleo e o farelo, determinada logo após a queda do confisco quase pareceu uma brincadeira. Dias depois de anunciado, e inclusive com valores fixados, o Governo desmentiu que ele existisse. Dias depois do desmentido lascou um tabelamento de novo. Menos mal que em níveis um pouco melhores do que os inicialmente divulgados, mas do mesmo reduzindo as possibilidades de ganho do produtor sobre seu produto comercializado.

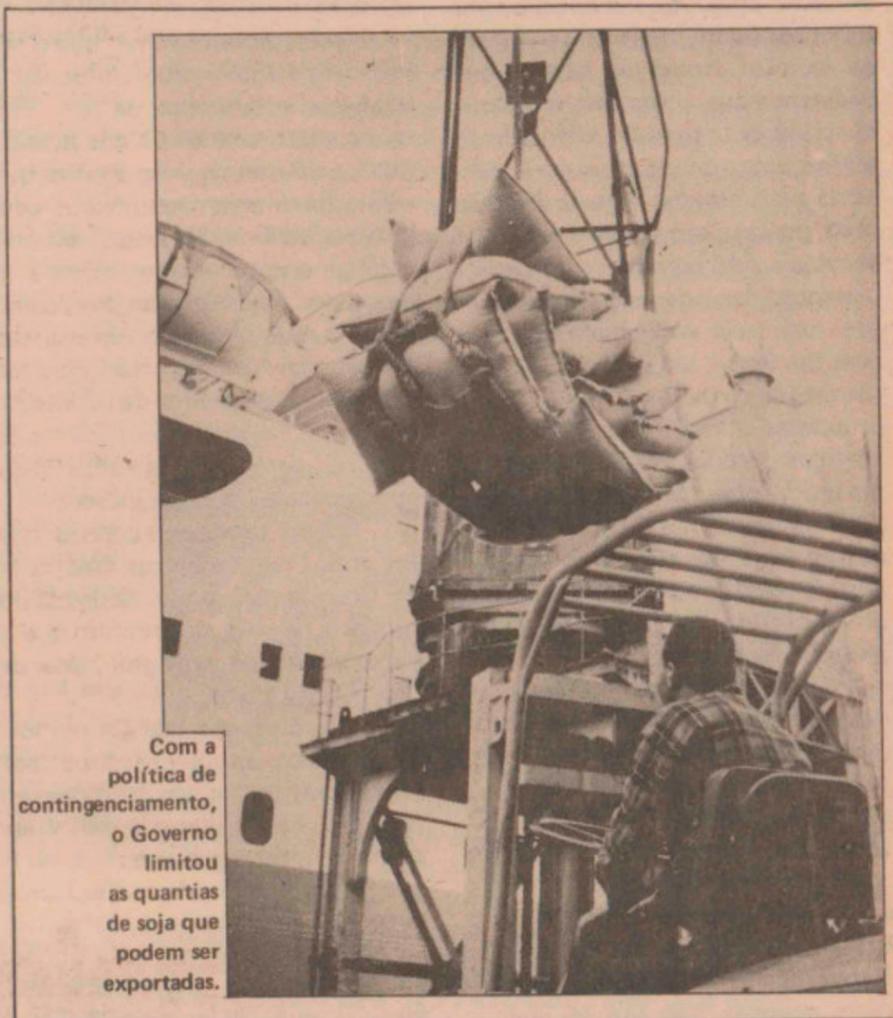
COMO SOBE E DESCE?

Nas últimas semanas, o preço vem se mantendo instável, mesmo que as alterações não sejam altamente significativas. Mas o que está acontecendo para justificar estas oscilações, com o preço da soja mudando de um dia para o outro? Isto não é novidade nenhuma, pois os agricultores já estão bem acostumados a saber que o preço da soja nem sempre é igual um dia depois do outro. Para melhor entender como é que se faz o preço da soja (daonde a Cooperativa tira que o preço é Cr\$ 500,00, por exemplo), deve-se começar bem do princípio, levando em conta tudo o que interfere na fixação deste preço.

Aí conta uma porção de coisas: a safra brasileira de grãos, a área a ser plantada em outros países (como nos Estados Unidos, o maior produtor mundial), os custos da lavoura, a necessidade internacional de grãos e proteínas, as safras de outras oleaginosas (como algodão, amendoim, girassol) e até mesmo o clima político do mundo. Basta um conflito entre alguns países para todo preço mudar, às vezes para cima, às vezes para baixo.

Para começo de assunto, a safra brasileira deve chegar a 15 milhões de toneladas, segundo as estimativas oficiais. A reserva de sementes para o plantio da próxima safra é de 800 mil toneladas e a quantidade de grãos que o Governo permitiu que fosse exportada (dentro da política do contingenciamento) é de 1 milhão e 500 mil toneladas. Desse total de 15 milhões de toneladas, sobram 12 milhões e 700 mil para industrializar e produzir óleo e farelo. Dos grãos transformados em farelo, se produz 9 milhões e 800 mil toneladas, sendo que 6 milhões são para exportar e 2 milhões e 500 mil toneladas são destinadas para o consumo interno. O restante do farelo, 1 milhão e 300 mil toneladas, é para ficar de estoque, sem existir ainda uma destinação certa para este produto.

Quanto ao óleo, a produção brasileira é de 2 milhões e 350 mil toneladas, sendo que 800 mil toneladas são vendidas para outros países, correspondendo a 34 por cento da produção obtida. Os outros 66 por cento, ou 1 milhão e 550 mil toneladas são utilizadas para o consumo interno.



Com a política de contingenciamento, o Governo limitou as quantias de soja que podem ser exportadas.

DE ONDE SAI O PREÇO?

Walter é quem melhor explica a formação do preço da soja:

— Logo de saída se vê que para formar o preço do dia é preciso que a indústria brasileira e a própria Cotrijuí façam o chamado mix, ou seja, uma mistura do preço do mercado interno com o preço do mercado externo.

No caso da Cotrijuí, por exemplo, são analisadas as cotas liberadas, a intenção de exportação e sua capacidade de venda no mercado interno. O preço é baseado na definição de que 67 por cento da produção de óleo da Cooperativa será vendido no mercado interno e que 33 por cento será comercializado no mercado externo. Quanto à produção de farelo, o preço é feito na estimativa de que 20 por cento será comercializado no mercado interno e 80 por cento no mercado externo.

Embora o mercado internacional possa reagir, os preços à nível de produção, como explica o Walter, não sofrerão a mesma influência. Aí é que entra a consequência do tabelamento imposto pelo Governo de-

pois de acabar com o confisco, estabelecendo o preço máximo de Cr\$ 7,50 o quilo do farelo e Cr\$ 20,00 o quilo do óleo bruto de soja. A caixa de 20 latas de óleo refinado foi tabelado em Cr\$ 670,00 para o mês de abril, com um subsídio de Cr\$ 80,00 por caixa. Já para o mês de maio a caixa foi tabelada em Cr\$ 690,00 com um subsídio de Cr\$ 60,00.

Mas tendo em vista a grande produção brasileira de óleo, os preços do óleo refinado estão atualmente bem abaixo da tabela. E o comportamento dos preços para todo este primeiro semestre, segundo o Walter, é que eles se mantenham sempre abaixo do tabelamento, já que a oferta de produto é bem maior que a procura.

O PRODUTOR ESTÁ PERDENDO

Na realidade, levando-se em conta os preços atuais para o saco de 60 quilos de soja, o produtor está perdendo dinheiro. "Cerca de Cr\$ 15,00 por saco", conta o Walter.

Mas ele não acredita numa queda para os preços, já que todas as notícias que poderiam ser consi-

deradas ruins, em termos de forçar o preço para baixo, já foram divulgadas pela imprensa: é a safra brasileira recorde, é a intenção de plantio dos Estados Unidos — diminuindo a área apenas em 0,4 por cento, o que praticamente não significa nada em termos de safra — e é uma grande safra mundial de grãos já confirmada:

— Se o mercado suportou todas estas notícias ruins e não houve queda no preço, a nossa previsão é de uma estabilidade para o mercado ou uma tendência de alta nos preços se novos fatos vierem a acontecer. O preço pode melhorar se acontecerem problemas com a próxima safra americana, se a inflação dos Estados Unidos elevar os custos de produção, se os metais (ouro, prata, etc) tiverem uma alta no mercado, se ocorrer alguma guerra, ou uma intervenção de um país no outro, como quando a Rússia invadiu o Afeganistão, etc.

No dia 18 de abril, por exemplo, uma data praticamente sem grandes acontecimentos, o preço do dia, pela cotação do mercado interno e externo apresentava o seguinte quadro: o preço do grão no mercado externo estava a Cr\$ 475,69. Depois de industrializado, no mercado interno, apresentava um preço de Cr\$ 468,06 e no mercado externo de Cr\$ 497,81. Misturando todos estes preços, obteve-se valor de Cr\$ 484,75. Já no dia 29, o

preço do dia apresentava o seguinte quadro: se a cooperativa exportasse toda a soja, poderia remunerar ao produtor o preço máximo de Cr\$ 482,49; se ela industrializasse e vendesse todo óleo e farelo no mercado externo, remuneraria em Cr\$ 508,41; se comercializasse e vendesse todo óleo e farelo no mercado interno, pagaria Cr\$ 469,70. Fazendo a mistura, considerando óleo, farelo e grão, tanto no mercado interno como no mercado externo, remuneraria ao produtor o preço de Cr\$ 490,39. O preço da Cotrijuí nesse dia era Cr\$ 490,20.

CUSTOS SE ELEVANDO

Uma coisa que se deve salientar é que as coisas também não andam muito boas lá para os agricultores americanos. Mesmo que a área de plantio não tenha sido reduzida praticamente em nada, o elevado índice inflacionário dos Estados Unidos está aumentando bastante os custos da lavoura.

Isso sem falar nas altas taxas de juros para os empréstimos agrícolas e no boicote do presidente Carter à Rússia. Com o boicote, os Estados Unidos deixou de vender à Rússia nada menos do que 17 milhões de toneladas de grãos de soja, de um total de 25 milhões de toneladas que os russos obrigatoriamente deveriam comprar. A esperança dos americanos para continuarem plantando é de que o governo aumente os preços mínimos.



Só contou preço?

Será que foi apenas pelo preço da soja que o agricultor saiu às ruas para protestar contra o confisco? Uma grande maioria dos que mobilizaram suas máquinas e participaram das concentrações saiu prá rua exatamente porque o confisco lhe tiraria perto de Cr\$ 100,00 em cada saco de soja.

Só que no decorrer de toda movimentação e nas discussões que chegaram nas praças públicas, a revolta do produtor não ficava restrita a questão preço. Muito se falou em todo esquema que existe na política agrícola oficial e do quanto o agricultor está isolado da tomada de decisões. Muito se falou que a batalha do confisco era apenas o início da luta do produtor por um sistema mais justo e adequado à realidade do meio rural.

É lógico que o produtor não pode ficar satisfeito ao sentir que toda esta batalha não alterou profundamente o nível de remuneração que ele poderia esperar para equilibrar sua situação, de verdadeira falência, depois de frustradas duas safras de soja e uma de trigo em apenas dois anos.

As medidas do Governo, adotadas após a retirada do confisco, só podem ser analisadas como um revide à derrota na batalha do confisco e um indicativo claro de que os interesses que mais pesam na balança não são os dos produtores. E nem os dos consumidores. Nenhum destes ganhou alguma coisa com a política de estabelecer quantias para exportar (o contingenciamento), limitando o mercado externo, ou com o tabelamento do óleo e do farelo. O consumidor continua pagando os mesmos preços, enquanto as indústrias — quase na sua totalidade de multinacionais — fica engordando seus lucros a custa dos produtores.

Se o preço não melhorou tanto quanto se esperava, hoje pelo menos existe uma consciência muito maior entre os produtores do que realmente pesa na definição de políticas para a agricultura.

O apoio à luta

Durante toda a movimentação dos produtores de soja pela retirada do confisco chegaram até a Cotrijuí e aos Sindicatos, tanto o de Empregadores como o de Trabalhadores Rurais de Ijuí, que coordenaram o movimento na região, diversas mensagens de apoio à luta travada pelos agricultores. Foi um sem-número de telex e telegramas que comprovam a repercussão que teve este movimento.

Só da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Cafeicultura, vieram três mensagens assinadas por seu presidente, Joaquim Álvaro Pereira Leite Neto. Num deles, o presidente da ABCD, afirma:

— “Nossos diretores e companheiros, admirados com a vossa luta contra o confisco cambial da soja, sugeriram e nos dirigimos a V.S. com o objetivo de estabelecer contato para a troca de idéias sobre a possibilidade de agirmos em conjunto na defesa dos interesses que nos forem comuns. Nossa entidade possui diversos estudos sobre a inconstitucionalidade nociva do confisco cambial, e do seu valor real, colocando-nos à disposição de todos os interessados.

No café também existe confis-

co cambial e isto já fazem anos. E o valor deste imposto é tão violento que chega a alcançar até 2/3 do valor da produção dos cafeicultores. Daí a importância do apoio dos cafeicultores à luta dos sojicultores gaúchos, expressa também numa mensagem da Cooperativa dos Cafeicultores Alta Araraquarense, de São José do Rio Preto, em São Paulo. Ela é assinada por seu presidente, Nestor Mattos Cunha:

— “Justíssima revolta e luta agricultores soja estados sul quebrou resistência Governo Federal e abriu precedentes para toda exportação produtos agrícolas. Jamais será imposto agricultura brasileira taxações quivalentes confisco. Congratulamo-nos companheiros deste Estado final feliz justíssima luta”.

Da Cooperativa Agropecuária Rolândia, do Paraná, a mensagem fala em união:

“Hipotecamos total solidariedade ao movimento dos sojicultores gaúchos para extinção do confisco cambial uma vez que idêntico mecanismo é a causa do abandono da cafeicultura na nossa região. Precisamos lutar juntos para que a cultura da soja não seja levada para o mesmo caminho”.

Outra mensagem recebida foi assinada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, e Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Toledo, São Miguel do Iguaçu, Assis Chateaubriand, Nova Santa Rosa, Céu Azul, Capitão Leônidas Marques, Matelândia, Terra Roxa, Santa Helena, Guaira, Ubiratá, Guaraniáçu, Nova Aurora, Marechal Cândido Rondon, Corbelia, Palotina e Cascavel:

“Os sindicalistas desta região, que ao presente manifesto assinam, não somente hipotecam toda sua solidariedade a este movimento, como também elogiam essa corajosa posição, pois o sindicalismo tem um compromisso com a classe que representa que é a de defender os seus interesses e encaminhar as suas justas reivindicações. Os agricultores estão clamando em todos os cantos e manifestando-se contrários ao confisco.

Companheiros do Rio Grande do Sul, a posição tomada é correta, prossigam na luta e confiem que atingiremos o objetivo final”.

Também foram recebidos manifestos de apoio por parte de políticos, como, por exemplo, do senador gaúcho Pedro Simon:

“Associo-me valorosa, realista e justa reivindicação produtores trigo e soja, momento Governo Federal recusa extinguir malsinado imposto exportação, nome encobre confisco cambial soja. Coloque-me inteira disposição tribuna Senado denunciar mais um golpe contra economia nossa gente e nosso chão”.

Outras manifestações foram da Cooperativa COAGEL, de Goioerê, do Paraná; da Cooperativa dos Triticultores do Sul do Estado de São Paulo, em Itapeva; da Cooperativa dos Agricultores da Região Orlândia Ltda — CAROL — de São Paulo; da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná; da Fecocarne (Federação das Cooperativas de Carne); de Victor Faccioni, secretário do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas do Rio Grande do Sul; do deputado Hugo Mardini; de Leo Fett, de Aquidauana, Mato Grosso do Sul; da Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul; Divisão Técnica da CEASA; da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, Paraná; da Associação das Câmaras do Sudoeste do Paraná; da Câmara Municipal de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul.

A LUTA CONTINUA

"Houve radicalismo de ambas as partes" sentenciou o ministro da Previdência e Assistência Social, Jair Soares, quando uma comissão do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ijuí o procurou no domingo, dia 11 de maio, em Cruz Alta. Os agricultores buscavam uma solução para o problema provocado pelo Hospital de Caridade de Ijuí ao romper o convênio com o Funrural para o atendimento aos trabalhadores rurais do município.

O radicalismo, do lado dos agricultores, segundo a interpretação do Ministro, só pode ter sido a concentração e passeata do dia 12 de março, quando 3.000 agricultores protestaram contra o atendimento que recebiam do Hospital de Caridade de Ijuí quando baixavam pelo Funrural. Realmente foi uma medida radical: o diálogo com a direção do hospital há muito que era difícil. Os agricultores também, através de seu Sindicato, já haviam esgotado todos os argumentos junto à superintendência do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), em Porto Alegre.

E o que pediam os agricultores? Nada mais do que o seu direito: o cumprimento do convênio existente entre o Hospital e o Funrural que não vinha sendo respeitado. Entre os outros itens da reivindicação constava também o pedido de alteração da lei da previdência.

Durante a concentração — que aconteceu durante uma assembléia do STR — diversos agricultores relataram o tipo de atendimento recebido, ou melhor, as diversas recusas de atendimento aos agricultores por parte do Hospital, já que ele vinha sendo prestado apenas em casos de extrema urgência.

Já o radicalismo do Hospital ficou bem claro na maneira como

ele anunciou que deixaria de atender os agricultores através do Funrural, a partir do dia 30 de maio. A nota oficial foi divulgada pelas rádios da cidade na sexta-feira, dia 25 de abril.

A DENÚNCIA

Exatamente uma semana antes, dia 18 de abril, uma comissão do Sindicato foi até Porto Alegre entregar ao ministro Jair Soares o abaixo-assinado que deveria ter sido recebido por ele na assembléia do dia 12 de março. Como o Ministro não veio até Ijuí, foi decidido que esta comissão entregaria o documento, com 5.296 assinaturas, na primeira oportunidade que aparecesse. E esta apareceu no dia 18, quando 7 agricultores, representando os 3.000 participantes da assembléia, marcaram uma audiência em Porto Alegre. Ao entregar o documento, eles também relataram a situação vivida em Ijuí, denunciando o mau atendimento e ainda uma sobra de Cr\$ 592 mil na verba dirigida pelo Funrural para o atendimento médico-hospitalar dos trabalhadores rurais.

O ministro, naquela ocasião, disse que esta era uma acusação muito séria. "É preciso prova do que os senhores estão dizendo", ele falou aos agricultores. As provas, em mãos do Sindicato, são um ofício do próprio INAMPS, relatando o valor do subsídio ao hospital, o relatório mensal das despesas efetuadas para o atendimento, e ainda casos e casos de agricultores denunciando o tratamento recebido na hora de buscar este atendimento.

Antes da concentração do dia 12, circulou por todo Ijuí um Boletim do Sindicato, chamado "Nossa Luta Pela Saúde", onde são divulgados os dados sobre o quanto o Hospital recebeu do Funrural, quanto os agricultores pagaram em

Um mês e meio depois dos agricultores de Ijuí protestarem contra o tipo de atendimento médico e hospitalar que recebiam no único hospital da cidade e, ao mesmo tempo, reivindicarem uma alteração na legislação previdenciária, o Hospital de Caridade de Ijuí resolveu romper o convênio que mantinha com o Funrural. Os agricultores foram conversar com o ministro Jair Soares, buscando uma solução para o problema, que os ameaça de deixar completamente sem assistência. A solução ainda não veio, mas esforços não faltam para que isto aconteça.



Os agricultores protestaram na rua e ...



... para o Ministro. Mas ainda não veio a solução

participação nas despesas e ainda quanto foi gasto para prestar este atendimento. É só somar estes valores e depois diminuir: aí aparece a sobra de Cr\$ 592 mil.

Na mesma hora em que recebia esta comissão o ministro Jair entrou em contato com a Superintendência do INAMPS, ordenando que se investigasse a situação.

A NOTA DO HOSPITAL

A comissão voltou para Ijuí certa de que a situação agora seria resolvida. Qual não foi a surpresa, porém, quando o hospital divulgou a nota falando do rompimento do convênio e ainda fazendo acusações de injúria, difamações, inverdades e má-fé à diretoria do Sindicato. Nesta nota o Hospital também negava a sobra de Cr\$ 592 mil, desmentindo a informação do INAMPS de que o subsídio mensal era de Cr\$. . 206.400,00 a partir de julho de 1979. Segundo a nota, este valor era de apenas Cr\$ 137.400,00. Reconhecia, porém, que o Funrural havia feito um depósito no valor de Cr\$ 404 mil no dia 19 de dezembro do ano passado para compensar o prejuízo verificado nos anos anteriores. Estranhamente, a diferença entre os Cr\$ 206.400,00 e os Cr\$. . 137.400,00, resultam em Cr\$ 69 mil, que multiplicados por 6 meses, vão dar os Cr\$ 414 mil.

A NOTA DO SINDICATO

O STR não respondeu imediatamente a nota. Sua diretoria adotou a mesma atitude que determinou que os agricultores saíram às ruas para protestar: ouvir primeiro as bases. Por isto, a nota do Sindicato saiu uma semana depois da nota do Hospital. Aí, se explicava timidamente por timidamente o que aconteceu, lembrando inclusive que somados os Cr\$ 414 mil com a participação dos agricultores durante o ano (que foi de Cr\$ 48.354,41) e ainda a diferença entre a verba recebida e o gasto com o atendimento, resultavam nos Cr\$ 592 mil divulgados pelo Boletim "Nossa Luta Pela Saúde".

Na mesma nota o Sindicato lembrava que "a denúncia do convênio pelo HCI é um problema da Previdência Social do País, pois os agricultores são seus contribuintes e beneficiários, tendo, portanto, direito ao atendimento médico hospitalar. O STR não tem nada contra o HCI como instituição em si e nem contra a classe médica. Existem, porém, fatos concretos como os expressos nas reuniões e na assembléia do dia 12.03.80, que envolvem pessoas".

E AGORA?

A grande preocupação dos agricultores, com o rompimento do

De quem é o jornal?

Num dos itens da nota em que o Hospital comunica o rompimento do convênio do Funrural é feita também uma crítica à diretoria da Cotrijuí. Segundo a nota, "o Hospital de Caridade de Ijuí estranha e lamenta o fato da direção da Cotrijuí ter permitido a publicação de reportagem altamente injuriosa à classe médica e ao HCI, relatando o decorrer da assembléia do Sindicato de 12.03.80".

A publicação a qual se refere a nota é a edição de abril do Cotrijournal, onde — e isto o próprio HCI reconhece — apenas se relatou o que aconteceu durante a assembléia do Sindicato. E era para o jornal fazer o quê, senão relatar um acontecimento?

O presidente da Cotrijuí, Ruben Ilgenfritz da Silva, ao justificar a publicação desta reportagem, lembrou durante o

"Informativo Cotrijuí" que foi ao ar no dia 25 de abril, que não existiria qualquer razão para a diretoria da Cooperativa censurar este material. "O Cotrijournal", ele lembrou, "não é um jornal da diretoria da Cotrijuí e sim um jornal dos associados da Cotrijuí". Ele recordou inclusive o fato de serem publicadas matérias que fazem críticas à própria Cooperativa quando existem razões, no entender dos associados, de estas críticas serem divulgadas.

O Cotrijournal é elaborado a partir de uma reunião mensal com diversos agricultores, de toda área de atuação da Cooperativa, quando se define o conteúdo de suas edições e a forma de apresentar estes materiais. E foi a partir de uma reunião destas que se definiu a reportagem sobre a assembléia do STR de Ijuí.

convênio — uma medida radical do Hospital — é em que situação fica o atendimento para toda a população rural de Ijuí. No mesmo dia 11, quando a comissão de agricultores falava com o ministro em Cruz Alta, uma comissão de médicos também era recebida por Jair Soares. Se para os agricultores ele não quis prometer nada — lembrando inclusive que agora o problema não era mais da Previdência, pois não foi a Previdência quem criou o problema — com os médicos houve maiores possibilidades de acerto. O ministro resolveu autorizar a Superintendência do INAMPS em Porto Alegre a realizar um novo convênio com o Hospital.

Na quarta-feira, dia 14, aconteceu uma reunião em Porto Alegre, da qual participaram Carlos Karlinski, pela diretoria do Sindicato, Milton Wayhs, pela diretoria do HCl e mais a superintendência do INAMPS. O Hospital foi para a reunião decidido a obter duas coisas: aumento na verba do subsídio e a realização de um convênio direto com o INAMPS, sem a interveniência do Sindicato.

O segundo ponto — sobre o qual inclusive os agricultores já haviam discutido muito — não foi aceito pelo INAMPS. O Sindicato, se renovado o convênio, deverá continuar encaminhando os agricultores ao Hospital e preenchendo as guias de baixamento. O Sindicato, como órgão representativo da classe, continuará defendendo os direitos dos seus associados.

Sobre o aumento do subsídio o parecer da superintendência até mesmo reforçou as informações que o STR divulgou no Boletim "Nossa Luta Pela Saúde". Não existem justificativas de aumentar o valor da verba, se no ano passado a despesa com o atendimento dos agricultores de Ijuí foi inferior ao total do subsídio destinado pelo INAMPS ao HCl.

UMA PROPOSTA

Existe uma proposta para ser estudada até o final do mês pelo INAMPS, de realizar um convênio regional com o Hospital de Ijuí, que deveria então prestar atendimento à população rural de toda região. Neste caso, o atendimento local ficaria condicionado a este convênio regional.

E se não der certo? Realmente a Previdência não pode obrigar o HCl a atender os agricultores pelo Funrural. Neste caso será preciso buscar outra solução, inclusive o atendimento fora do município.

Com todo este episódio, fica bem claro que o agricultor não está podendo exigir aquilo que não é nada mais do que um direito, assegurado até mesmo pelo convênio que era mantido com o HCl, mas que não era cumprido. A Previdência, para quem o agricultor desconta religiosamente os 2,5 por cento sobre a produção comercializada, não pode se furtar a solucionar o problema. Um problema que não foi criado pelos agricultores.



Esta ilustração foi publicada no Boletim "Nossa Luta Pela Saúde"

Existe um projeto de alteração da lei da Previdência. Só que não é bem aquilo que os produtores estavam esperando

SERVE UMA LEI ASSIM ?

Os deputados e senadores brasileiros devem regulamentar até o final de junho um projeto de lei que modifica o sistema de previdência e assistência que atualmente existe para o pessoal que trabalha na agricultura e na pecuária. O projeto, do qual se ouviu falar pela primeira vez no início do ano, tem a intenção de "estender aos empregadores, empregados e outros trabalhadores rurais o regime de Previdência e Assistência Social Urbana".

Mas esta sua forma ainda não é definitiva, devendo sofrer emendas e modificações antes de aprovado no Congresso. Ele amplia, mas não iguala totalmente os benefícios existentes na previdência urbana para a rural.

A DIFERENÇA

A diferença já inicia em relação à aposentadoria, mesmo que pelo projeto o trabalhador rural possa se aposentar por tempo de serviço, o que não existe atualmente. Depois de 30 ou 35 anos de contribuição, a mulher ou o homem rural, respectivamente, podem requerer sua aposentadoria desde que, porém, tenha no mínimo 55 anos de idade. Pela lei em vigor, a aposentadoria só é concedida depois dos 65 anos. Mesmo reduzindo o limite em 10 anos, continua existindo uma diferença em relação ao trabalhador urbano que se aposenta por tempo de serviço sem precisar ter completado 55 anos. Há gente na cidade que se aposenta aos 45 anos de idade.

O pessoal do meio rural também não terá direito, segundo o projeto, à aposentadoria especial ou ao abono de permanência em serviço, dois benefícios assegurados ao trabalhador urbano. A aposentadoria especial é dada pela Previdência aos segurados que executam serviços considerados insalubres (que causam doenças), penosos ou perigosos, depois de 15, 20 ou 25 anos de atividade, dependendo do caso. Já o abono de permanência em serviço é um benefício em dinheiro que é pago ao segurado que, já tendo direito à aposentadoria, prefere

continuar trabalhando.

AUMENTA A CONTRIBUIÇÃO

Se aumentam os benefícios — como auxílio natalidade, salário família — também deverá aumentar a contribuição dos agricultores e trabalhadores rurais ao sistema previdenciário. A primeira coisa que se vê, ao analisar o projeto de lei, é que a contribuição ao Funrural, que hoje é de 2,5 por cento, passará — se aprovado o projeto — para 3 por cento. A proposta que ele apresenta é que se eleve a contribuição para custear o atendimento aos acidentes de trabalho, que passam a contar com a mesma legislação que existe para o acidente urbano (considerando, por exemplo, acidente de trabalho aquele que acontece no trajeto de casa para o serviço, o que não acontece atualmente na previdência rural).

Além de descontar então 3 por cento sobre a produção bruta comercializada, estão previstos ainda outros pagamentos. Os chamados trabalhadores autônomos (o produtor sem empregado, que trabalhe em regime de economia familiar e também sua esposa e filhos maiores de 18 anos), devem recolher ainda uma quantia de até 8 por cento sobre o salário-de-contribuição, o qual não poderá ser inferior ao salário mínimo regional. Assim, numa família onde além do agricultor, ainda existam a esposa e dois filhos maiores, se deverá recolher 4 vezes esta quantia. A lei não se mostra muito clara, por falar em até 8 por cento, mas deixa bem dito tanto o marido como a mulher e os filhos deverão contribuir se quiserem ter algum direito à assistência.

"Isto é prá forçar mesmo o pessoal a sair do campo", como interpretou uma comissão do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ijuí que está estudando o projeto de lei. Na verdade, qual é o pequeno produtor rural — que se enquadra perfeitamente na denominação de trabalhador autônomo — que poderá contribuir todo mês com uma quantia destas? Dá mais de Cr\$ 1 mil se

além dele, existir ainda a esposa e dois filhos maiores de 18 anos.

EMPREGADORES

Para o empregador rural está previsto o pagamento de uma quantia de até 16 por cento sobre o valor dos produtos rurais comercializados, além da contribuição automática de 3 por cento. Aí a lei fala em até 16 por cento, pois existe um limite mínimo (o salário mínimo) e um limite máximo de contribuição (que é 20 vezes o valor de referência, ou Cr\$ 70.136,00), segundo a interpretação feita pelo Departamento Jurídico da Cotrijuí.

Os empregados rurais vão pagar a mesma coisa que os urbanos, ou seja, 8 por cento do salário que é pago por seu patrão, mas que não pode ser inferior ao salário mínimo.

O Sindicato Patronal de Ijuí, ao analisar este projeto, achou uma falha muito grande num artigo onde está dito que os trabalhadores rurais que recebem mensalmente uma quantia, em dinheiro, inferior a um salário mínimo regional, não terão direito à assistência prevista pela nova lei. Eles ficariam, neste caso, vinculados ao Pró-rural, que é o sistema de atendimento atualmente existente. Segundo o Sindicato, é norma geral os patrões darem casa e comida aos seus empregados, descontando uma quantia do salário. Desta forma, eles não recebem, em dinheiro, um salário mínimo e, portanto, não teriam direito aos benefícios maiores. E isto não é nada justo.

DISCRIMINAÇÃO

O Departamento Jurídico da Cotrijuí, que fez um estudo de comparação entre a lei em vigor e o projeto, concluiu que ele não elimina a discriminação existente entre os trabalhadores urbanos e os rurais. Se ele for aprovado nos termos propostos, a Previdência brasileira continuará desrespeitando a Constituição Federal, que estabelece "que todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, trabalho, raça, credo religioso ou convicção política".

O SISTEMA RESISTE

Durante três dias do mês de abril, de 15 a 17, perto de mil líderes do sistema cooperativista invadiram Brasília. Desta vez, o que os levava até a capital era a realização do IX Congresso Brasileiro de Cooperativismo, uma promoção da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras).

Estava previsto que o presidente Figueiredo e também o ministro Delfim Netto participariam do programa. Acabaram não indo. O representante oficial do governo na promoção das cooperativas foi o ministro da Agricultura, Ângelo Amaury Stábile, pois tanto o presidente como o ministro Delfim ale-

garam outros compromissos inadiáveis.

Durante os três dias os cooperativistas assistiram palestras, como "A Ação do Inbra e as Cooperativas", "Cooperativismo de Crédito" e debateram assuntos de importância para o sistema.

Um dos pontos altos do Congresso foi exatamente o discurso de abertura feito por José Pereira Campos Filho, presidente da OCB. Segundo ele "o cooperativismo brasileiro vem resistindo a poderosos empecilhos que trabalham incessantemente contra o seu fortalecimento: sistema tributário e sonegação, preços administrados, inflação, in-

centivos fiscais somente ao mercantilismo, ausência de um sistema de crédito cooperativo à altura de suas necessidades e indispensável à sua independência, rígido controle estatal, como se a atividade estivesse sendo exercida por pessoas incapazes..."

Ele também fez uma comparação entre o desenvolvimento do sistema no Brasil e em outros países:

— Na última década tem sido espetacular o desenvolvimento do cooperativismo agrícola nos Estados Unidos, França, Alemanha e outros países desenvolvidos, nos quais prepondera, em quase toda a plenitude, a regulação dos preços pelo mercado. Sob a alegação de combate à inflação, os preços dos produtos agrícolas brasileiros têm sido rigorosamente controlados, sem que a taxa inflacionária seja declinante. Sem entrar no mérito da pertinência do controle dos preços, principalmente num país imenso,

em que várias regiões são desprovidas de cooperativas, cumpre pôr em relevo apenas que, nesse regime de rígido controle, as cooperativas são as únicas prejudicadas. Por isso que seus produtos estão à mostra, facilmente requisitáveis pelo Governo nos momentos de dificuldades no abastecimento, com sérios prejuízos para a programação de venda dos produtos ao longo do ano, a fim de que o preço médio evite prejuízos de uma comercialização maciça logo após a colheita.

Segundo José Pereira Campos Filho, é da maior importância o sentimento de união do sistema: "sempre unidos na busca de dias mais venturosos, na esperança de que nosso esforço não tem sido em vão e que nossas falhas foram pequenas se comparadas às inúmeras dificuldades que têm sido impostas a um sistema que já ofereceu muito ao País e quase nada dele recebeu".



Pereira Campos a Amaury Stábile: "o sistema já ofereceu muito ao País e quase nada dele recebeu".

As teses do Congresso

Um Congresso é feito principalmente de teses, da apresentação de idéias para modificar ou introduzir coisas novas. O de Cooperativismo, que aconteceu em Brasília, não foi diferente. No total foram apresentadas 39 teses, abrangendo todos os setores fundamentais do cooperativismo, como trabalho, consumo e produção.

Uma das mais discutidas teses apresentadas foi a de eliminação da

cobrança do ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias) de cooperativas que pratiquem o chamado "ato cooperativo", que é aquela comercialização realizada entre a cooperativa e o cooperado. Esta proposição foi também reforçada com um projeto apresentado na Câmara Federal pelo deputado Antônio Miguel Feu Rosa, do Espírito Santo, onde fica bem claro que este imposto somente pode ser aplicado quando existe circulação de mercadorias e não quando existe esta transação entre cooperativa e cooperado.

O pessoal que participou do Congresso pretende derrubar esta aplicação do ICM a partir de uma ampla mobilização nacional de todo o sistema cooperativista. E isto realmente é preciso, pois a idéia entra em choque com os interesses da política tributária do governo.

Outras teses apresentadas dizem respeito a criação de um modelo de reforma agrária brasileiro, baseado na constituição de cooperativas por todo o país; a criação de cooperativas de trabalho para menores abandonados; a definição do cooperativismo médico como a melhor forma de implantação de uma política de assistência à saúde; a criação de um novo Fundo de Eletrificação Rural com base em percentuais sobre a venda de combustível, entre outras.

Estas teses, bem como as posições de discordância em relação a elas, serão encaminhadas a uma Comissão que vai ser formada pela OCB. Esta Comissão selecionará as teses para depois encaminhá-las aos organismos responsáveis na área oficial.

Supermercado em Dourados

Em pleno centro de Dourados, na rua Joaquim Teixeira Alves, foi inaugurado um novo mercado Cotrijuf, para atender os associados residentes neste município sul-matogrossense. A abertura do estabelecimento, que aconteceu sem maiores atos solenes, foi no dia 12 de abril.

Além de atender o consumo dos associados do município, o mercado ainda desempenhará a função de depósito central para o Mato Grosso do Sul, distribuindo as mercadorias às unidades de Rio Brilhante e Maracajú, onde também já estão instalados setores de consumo. A área de vendas é de 992 metros quadrados. No pavimento inferior estão localizados os artigos de alimentação, limpeza e outros itens normalmente constantes em supermercados. Na sobre-loja fica o setor de vestuário e calçados. A nova unidade abastecedora também oferece aos associados peças, lubrificantes e acessórios.

O diretor da área de Compras e Abastecimento, Valdir Zardin, explica que a Cotrijuf amplia este Departamento no Mato Grosso do Sul com o objetivo de criar um termômetro de preços para os produtores da região:

— Todos os esforços serão dirigidos no sentido de prestar um bom serviço aos associados da região. Com o decorrer do tempo as pretensões da Cotrijuf são as de adquirir o melhor nível de eficiência na área de peças, lubrificantes e bens de consumo (ferramentas, insumos, etc).

Zardin continua, explicando que a Cotrijuf entende que o produtor sempre está voltado a buscar a melhor remuneração possível para o produto colhido na sua lavoura:

— Porém, ele vai gastar parte deste resultado em bens de produção e bens de consumo. Ele adquirindo estes produtos em condições mais acessíveis, como o mercado pode oferecer, ele estará diminuindo o custo da lavoura e também o custo da família, obtendo melhores resultados.

O mercado e a loja, em Dourados, estarão atendendo os associados diariamente, inclusive sábados, no horário das 7h30 min às 12 horas e das 13h30min às 19 horas.



MUDANÇAS NO CUSTEIO

Depois de muita pressão, ameaça por parte dos agricultores de que não iriam mais plantar trigo esse ano, ocasionando uma significativa redução na área cultivada em todo o Rio Grande do Sul, o Governo decidiu alterar a forma de concessão do Valor Básico do Custeio (VBC). Os agricultores bateram pé e mostraram que não iriam plantar trigo, caso se conservasse a idéia de que deveriam, para fins de financiamento, adotar a média histórica de produtividade, segundo as estatísticas de produção agrícola de cada município. Como essa média histórica de produtividade não passava da faixa dos 728 quilos por hectare, ou seja, perto de 12 sacos, o Valor Básico do Custeio da lavoura seria de apenas Cr\$ 6.987,00. Com esse valor, os agricultores não estavam mais querendo plantar trigo, porque logo de

saída teriam que desembolsar dinheiro para completar o custeio.

Estudos elaborados por organizações cooperativistas (OCERGS — Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul — Fecotrigo, Cotrijuí, OCESC — Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina — OCEPAR — Organização das Cooperativas do Estado do Paraná e OCESP — Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo), demonstraram que para se fazer uma lavoura razoável, o agricultor necessitaria de um custeio de Cr\$ 9.987,00 por hectare.

Por outro lado, o agricultor que desejasse ingressar numa faixa de produtividade maior, obrigatoriamente teria que apresentar um projeto ou um plano simples de assistência técnica para a la-

voura e fazer a produção de acordo com as recomendações técnicas da Comissão Sul Brasileira de Pesquisa (a principal é a obrigatoriedade de cultivar com trigo apenas um terço da área plantada anteriormente. O restante da área deve ser cultivada ou com colza, linho, forragens, tremço ou aveia).

Após muitas discussões, reivindicações e declarações do ministro Delfim Netto, de que "plantasse quem quisesse, porque o custeio não seria aumentado", até que enfim foi alterado o VBC. A notícia saiu bem no fim do mês. A partir das novas alterações, para fins de financiamento, o agricultor deverá levar em conta a melhor produtividade dos últimos 5 anos, ou seja, o cálculo deverá ser feito de acordo com a maior colheita de cada um.

Neste caso, a grande maioria dos produtores da Região Pioneira da Cotrijuí, ficou enquadrada na faixa dos 1.000 a 1.200 quilos por hectare, média obtida no ano de 78. Por essa faixa, os agricultores da Região Pioneira receberão um custeio no valor de Cr\$ 9.396,00 por hectare, sem a necessidade de elaboração de um plano ou projeto e sem a assistência técnica à nível de imóvel rural. Alguns agricultores, que tiveram rendimentos su-

periores a 1.200 quilos por hectare, poderão pegar uma faixa superior, e conseqüentemente, um custeio bem mais alto. Se um agricultor, durante esses últimos 5 anos, não conseguiu obter uma produtividade boa, poderá se valer dos trabalhos de um agrônomo, para apresentar um projeto ou um plano simples de assistência técnica, tudo dentro das normas estabelecidas pela Comissão Sul Brasileira de Pesquisa, para obter uma produtividade alta e conseqüentemente, um menor custeio.

O mini e o pequeno produtor continuam tendo 100 por cento de VBC, enquanto que o médio e o grande terão 80 por cento, como estava determinado anteriormente.

Apesar da modificação do VBC, bastante reivindicada pelos agricultores, nem todos irão plantar trigo esse ano. O percentual de redução, na área da Cotrijuí, está estimado em 25 por cento. Os agricultores ainda acham que não adianta só modificar o valor do custeio, é preciso atualizar o preço mínimo do trigo, fixado em Cr\$ 710,00, já que o preço reivindicado pelas organizações cooperativistas, é de Cr\$ 859,00 por saco de 60 quilos.

Mas do mesmo nem todos plantam

Quando a batalha já estava praticamente perdida e os agricultores estavam desistindo de plantar trigo, o Governo surpreendeu a todos, modificando o sistema de financiamento para fins de custeio.

Mas apesar dessa modificação no custeio, que veio favorecer os agricultores, muitos não "arredaram o pé" da decisão de não mais plantar trigo este ano. Outros ainda cheios de fé, pensaram, repensaram e decidiram mais uma vez dar crédito ao trigo. Quem decidiu plantar trigo, ou aumentar a área depois das últimas alterações, está num corre-corre para fazer financiamento e ainda preparar a terra e semear.

Um dos que anda às voltas com o trigo é o Seu João Bueno, de São Martinho, dono de 30 hectares de terra. Seu João ia plantar de início apenas 10 hectares, mas agora, motivado pelas alterações no custeio, pretende financiar pelo Banco do Brasil, mais 5 hectares.

— Eu ia plantar trigo do mesmo jeito. Pior de tudo é a gente deixar a terra ficar devalde, criando inço e sendo lavada pela chuva. Depois tenho as máquinas financiadas que preciso terminar de pagar.

Seu João diz que não foi muito bem com o trigo o ano passado mas no final das contas, o dinheiro empatou com as dívidas e não houve prejuízo.

— No ano passado colhi uns 10 sacos por um, mas o específico foi muito baixo, deu uns 65 por cento. Mesmo as



Firmino: o custeio é prá engatar

sim, sou de acordo que o agricultor deve continuar plantando. Nesse ponto concordo com o ministro Delfim Netto quando diz que deve plantar quem quiser. É por isso que continuo plantando.

ENGATANDO O AGRICULTOR

Já o agricultor Firmino Calgaro, dono de 100 hectares de terra em Nossa Senhora de Fátima, em Santo Augusto, pensa um pouco diferente e diz que deve plantar somente o agricultor que tiver condições de escapar do financiamento.

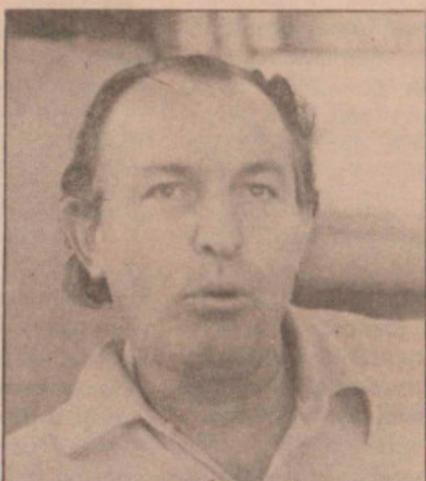
— Esse custeio que o Governo dá, serve é para engatar cada vez mais o agricultor. Por isso não planto mais trigo. Esse ano vou deixar minha terra descansando, vou passar calcário para esperar a safra de soja.

Depois tem outra coisa que meio desanimou o seu Firmino: o preço muito baixo.

— A gente planta, colhe e entrega por um preço baixo demais. Assim não vale a pena plantar mais. Dando só uma olhada no preço da soja, eu pergunto: a cooperativa pode chegar pró agricultor e dizer vou te pagar tanto pela saca de soja? Não.

O agricultor Rubino Bertoldo Dalfer, proprietário de 25 hectares na Linha Iracema em Chiapetta, diz que vai continuar plantando porque é produtor de sementes e tem esperanças que o governo revise o preço do trigo.

Seu Rubino aproveitou a oportuni-



Rubino: o Ministro quer importar

dade e criticou o ministro Delfim Netto dizendo que ele estava a fim de acabar com a agricultura. Chamou a atenção para o caso dos agricultores do Paraná, que viram a época do plantio passar e suas reivindicações por um aumento de custeio não foram atendidas.

— O Ministro Delfim Netto nem se preocupou em resolver o problema desses agricultores. Essa política agrícola tá toda errada e acho que o Ministro tá querendo mesmo é importar 100 por cento do trigo.

CANSADO COM O TRIGO

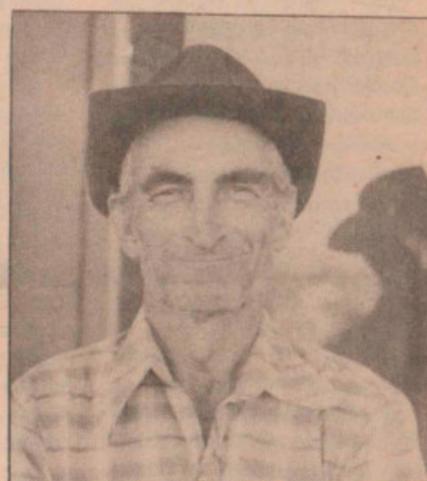
Outro agricultor que sentou o pé na decisão de não mais plantar trigo é o seu Adolfo Naabs, dono de 15,4 hectares de terra em Gameleira, Tenente Portela.

— O trigo me cansou. Não dá lucro nenhum, por isso desisti de plantar. Até hoje só levei "tufo" com o trigo. No ano passado plantei 8 sacos de semente e colhi apenas 50. Vê se dá prá continuar plantando? De jeito nenhum. Vou desistir de vez.

Nem mesmo a recente modificação no custeio da lavoura de trigo animou um pouco mais o seu Adolfo.

— O custeio é só mais uma dívida para o agricultor e além disso, o preço do trigo tá muito baixo, enquanto que a semente tá cara demais.

Do mesmo jeito, anda pensando o seu Albino Schelesti, da Linha 6 Norte,



Luís: esperar que o preço melhore

— Se o trigo ainda desse um pouco, até que dava prá arriscar, mas do jeito que tem dado nessas últimas safras e ainda por cima com um preço baixo, não vale a pena mais plantar.

Mas seu Albino não critica o Governo pelos preços baixos do trigo e nem pelo valor do custeio (conversamos com ele antes da modificação do custeio). Até acha que ele tem feito o possível.

— Eles também já estão cansados e com muitas dívidas. Também pudera, tem sido frustração em cima de frustração. O Governo tá fracassado e não sabe mais o que fazer.

É claro que nem todos puderam permanecer com a idéia de não mais plantar trigo. São as dívidas, prestações de máquinas, bancos para pagar. Seu Luís Brigo, da Linha 23 em Ajuricaba, proprietário de 28 hectares de terra estava decidido a não plantar mais trigo se as coisas não mudassem. Como elas mudaram, Seu Luís também mudou de idéia e resolveu financiar 20 hectares para plantar trigo.

— Do jeito que estava, com custeio baixo, eu não ia plantar de jeito nenhum. Era só prá me endividar mais, porque de saída, eu ia ter que desembolsar dinheiro.

Agora como o cálculo para fins de financiamento será feito de acordo com a maior colheita de cada um, Seu Luís está mais satisfeito e até meio animado. Só resta esperar que o preço melhore e que o trigo dê bem.

SEM TERRA, SEM LUGAR. CANSADOS DE ESPERAR

No ano passado, por volta do meio do ano, a Funai retirou de dentro da Reserva Indígena de Toldo da Guarita, em Tenente Portela e Miraguaí, 83 famílias, de humildes agricultores que viviam em sistema arrendatário. Um dos objetivos da expulsão desses colonos, como disse o interventor de Tenente Portela, Israel Capelari, seria o de fazer uma limpeza na área. "Mas para espanto de muita gente, essas terras da qual os colonos foram expulsos, estão hoje ocupadas por grandes latifundiários".

Esses agricultores expulsos da Reserva Indígena, foram envolvidos no Projeto de Colonização Incra-Coopercana, e seriam levados ainda no mês de setembro do ano passado para Terra Nova, município de Chapada dos Guimarães, no Mato Grosso (o do Norte). Os colonos receberam das mãos do presidente da Cooperativa Agrícola Mista Canarana - Coopercana, Norberto Schwantes, o título provisório e posse das terras e o comunicado que estariam sendo transferidos entre os dias 20 e 22 de setembro daquele ano. E até hoje os colonos aguardam o dia da transferência, sem que a Cooperativa tenha dado mais alguma vez sinal de vida. A Canarana, foi fundada em Tenente Portela, tendo à frente o ex-pastor Norberto Schwantes. Hoje a Cooperativa já se transferiu para o Mato Grosso e nada mais dela existe no município.

Assim, a exemplo dos colonos expulsos da reserva indígena de Nonoai em 1978, essas 83 famílias enfrentam hoje sérios problemas. Induzidos pelos responsáveis pela transferência, se desfizeram de seus pertences, vendendo animais, instrumentos de trabalho, casa, e utensílios domésticos. Esses colonos ficaram mais de um ano, à espera de uma solução para o caso. Passando misérias, moraram em beira de estrada, em pequenos barracos, até que um dia, incentivados pela célebre frase do Governador Amaral: "invadam que eu vou junto", invadiram a Fazenda Sarandi e a Granja Brilhante. Até hoje essas famílias se encontram ocupando essas terras aguardando que as promessas sejam cumpridas. Eram mais de 110 famílias. Os colonos de Tenente Portela e Miraguaí, na boa fé, também ainda estão à espera da Canarana, e não vêm outra solução para o caso, senão a ida para o Mato Grosso.

Lucídio da Silva é um dos agricultores expulsos da Reserva Indígena. O que mais entristece Lucídio é a presença de grandes latifundiários, plantando, na área dos índios. "Mandaram, nós pequenos colonos se arrancarem de lá, prá deixar os grandes entrarem". Apontando o dedo para os lados da reserva, Lucídio chama a atenção para o desmatamento que está sendo feito. "Isso tudo, dá uma grande tristeza na gente".

A exemplo da maioria dos colonos expulsos, Lucídio, que é casado e pai de uma criança de dois meses, está enfrentando grandes dificuldades. Mora em um pequeno quarto, alugado por Cr\$ 250,00 mensais, usando alguns pertences domésticos emprestados. "A nossa vida está difícil. Aqui em Tenente Portela não há emprego.

Ajuda, Lucídio diz que só recebeu uma. "Um pequeno rancho que deu prá gente se defender mais ou menos numa semana". Esse rancho distribuído aos colonos, se constituiu de 2 quilos de sal, 2 paco-

tes de leite, 4 quilos de arroz, 6 quilos de farinha de milho, 2 latas de azeite, 4 quilos de açúcar e 4 quilos de feijão. Na verdade, existem muitos comentários sobre esse rancho. Os colonos dizem que foi mandado para Tenente Portela um "quarto cheio de alimentos", que corresponderia a 20 mil quilos. O resto desse alimento, fala Lucídio pelo que a gente sabe, foi vendido para a LBA, (Legião Brasileira de Assistência) a preço de custo". Mas o interventor Capelari diz que chegaram apenas 4 mil quilos de alimentos para serem distribuídos entre os colonos. "Houve uma sobra de farinha de milho, que nós repassamos para a LBA", explica Capelari. Lucídio fala mais ainda sobre o rancho, dizendo que foi distribuído apenas para umas "40 pessoas".

"PENSEI QUE ME CHAMAVAM"

Meio desacomodada, Dona Alzira Dreyer, diz que ainda estão esperando a Cooperativa, "comendo todo o dinheirinho que fizemos com a venda das nossas coisas". Com 7 filhos, dona Alzira e seu ma-

rido Armindo, vivem do que ganham para cuidar de um dos campos de futebol de Tenente Portela. Ganham Cr\$ 500,00 por mês e mais uma pequena comissão que varia de acordo com a renda do jogo. Para poder sobreviver, dona Alzira, deixa seus 2 filhos pequenos em casa, sozinhos, e vai para as lavouras, trabalhar na colheita da soja e do milho a Cr\$ 100,00 por dia.

Meio cansado pela corrida da lavoura até a casa chega seu Armindo, um tanto decepcionado vai dizendo: "pensei que tavam me chamando para ir para o Mato Grosso". Poucos minutos antes, um avião sobrevoara Tenente Porte-

la. "Pensei que aquele avião era da Cooperativa". Seu Armindo faz uma careta de desânimo e acrescenta: "é, pelo jeito, a coisa ainda vai demorar muito tempo".

Seu Armindo, agora já recuperado e meio revoltado com a situação, conta como tudo aconteceu no dia 20 de setembro, quando assinaram o contrato de posse da terra. "Se todo o mundo está numa situação difícil, é porque o pessoal da Cooperativa Canarana disse que era para a gente vender tudo quanto era pertence. Eles ainda disseram: o que vocês não puderam vender, dão prós pobres. E foi o que todo o



Saul: não moro, acampo



Lucídio: uma tristeza

A denúncia da situação

Depois de ouvir as queixas e sentir o problema dos colonos, em precárias condições de moradia, sem emprego fixo, sem seus pertences, e abandonados, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela e de Miraguaí, passaram a lutar juntos com seus associados. Através de seus Sindicatos, as 83 famílias expulsas do Toldo da Guarita e a espera da transferência para Chapada dos Guimarães, no Mato Grosso do Norte, estão exigindo uma solução para o caso.

No dia 18 de abril, os dois Sindicatos, através de seus presidentes, Walter José Irber, de Tenente Portela e Aldomiro da Silva, de Miraguaí, realizaram uma reunião para debater com os colonos o problema. Na oportunidade foi elaborada a "Carta Aberta ao Rio Grande do Sul". Nessa carta os colonos e os dois Sindicatos denunciam a grave situação de abandono e a promessa não cumprida da Cooperativa Agrícola Mista Canarana. "Estamos vivendo momentos de extrema preocupação familiar, o que nos leva a denunciar a todo o Rio Grande esta situação de injustiça". Os colonos se dizem cansados, porque já estão

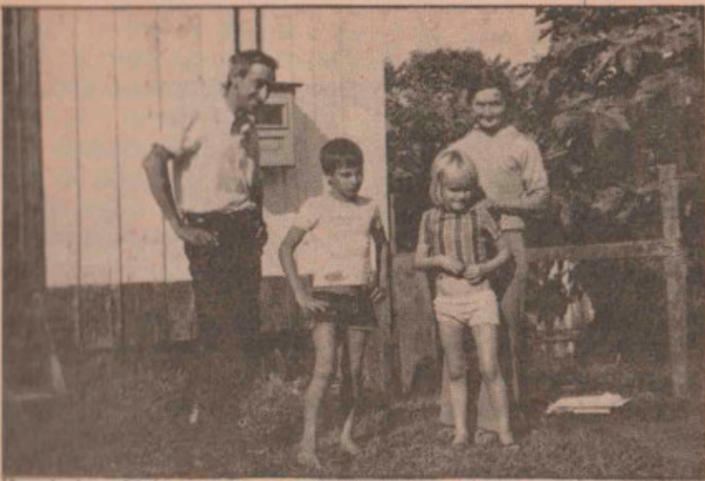
nessa espera desde setembro de 79.

Os colonos expulsos da área indígena receberam também o apoio da Regional dos Sindicatos Trabalhadores Rurais da Região Cealeiro, filiados à Fetag e formado de 10 municípios. Os Sindicatos divulgaram uma nota de solidariedade, denunciando a situação de miséria e de "total insegurança dos colonos quanto ao referido projeto". Diz ainda a nota que a injustiça se torna mais grave, pelo simples fato de que após sua expulsão, a área indígena passou a ser ocupada por grandes produtores, enquanto que os colonos, após serem incentivados a se desfazerem de seus pertences, estão em total abandono.

Mas foi exatamente nessa reunião que os colonos resolveram levar o caso para frente. Aproveitaram e formaram uma Comissão, constituída por 7 colonos e apoiada pelos Sindicatos e partiram para Porto Alegre, atrás das autoridades competentes. Os primeiros passos dessa Comissão, foram dados, quando dois colonos, Guilherme Calson e José Carlos Nunes Cavalheiro, denunciaram tal situação durante o Simpósio sobre Êxodo Rural realizado no fim do mês de abril em Porto Alegre (veja matéria na

última página). E os colonos não pararam. Foram até a Assembléia Legislativa, junto a Comissão de Agricultura. Lá na presença do futuro presidente da Comissão de Agricultura, dos dois presidentes de Sindicatos, ouviram da boca do Coordenador do Incra, Alcione Burin, a promessa de que a Cooperativa Canarana virá buscá-los ainda no mês de maio. Alcione Burin aproveitou a oportunidade para explicar e também tirar o "corpo fora", que a responsabilidade pela transferência dos agricultores não é mais do Incra e sim da própria Cooperativa, que inclusive já deve ter recebido o dinheiro do Ministério do Interior para aplicar no projeto.

Para que tudo não fique só na conversa e na promessa, os Sindicatos e os Colonos pediram que a Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa entre em contato com a Cooperativa Canarana e Incra, para que dentro dos próximos dias seja realizada uma reunião, para discutir o assunto. Os colonos querem conversar frente a frente e saber da Canarana, porque motivos ainda não foram transferidos para o Mato Grosso. A reunião, possivelmente, acontecerá em Tenente Portela.



Armindo e Alzira: esperando, esperando . . .

mundo fez. Eu, que até não fui dos mais apressados, vendi a minha casinha, a geladeira, a televisão e as poltronas, tudo por Cr\$ 34 mil. Botei tudo fora. O resto, cama, fogão e outras coisas, vou levar tudo junto". Seu Armindo ainda conta outro fato acontecido nesse dia 20 de setembro:

— "Ainda me lembro como se fosse hoje, o presidente da Cooperativa, Norberto Schwantes subiu em um banquinho e nos alertou: "vendam tudo o mais depressa que puderem, porque quando o trem apitar, quem tá pronto vai, quem não tá, fica". Imagina só, que correria.

É, . . . o triste de tudo isso, é que nós humildes, demos o nosso lugar lá na reserva para os tubarões cada vez ficarem mais ricos.

"COISAS DA VIDA"

Saul Bordingnon, outro colono expulso, também lamenta que a reserva indígena hoje esteja ocupada por gente que não precisa. "São as coisas da vida, né? Lá dentro da reserva só tem grandes produtores que não precisam mais de terras. Eles têm as terras deles".

De todos os colonos expulsos, Saul é um dos que se encontra em melhores condições de vida. Trabalhando na cidade, ele faz de tudo um pouco. Passou de agricultor, para pedreiro, pintor, carpinteiro, eletricitista, enfim, qualquer serviço ele pega. A gente precisa se virar para poder se alimentar. A minha mulher, pegou numa loja, de balconista".

Saul diz que não vendeu seus pertences domésticos porque pretende levar tudo junto. Agora casa, ele não tem. "Eu não moro mais, eu acampo". E naquela época, o presidente da Cooperativa Canarana, Norberto Schwantes, nos disse que nós tinha tirado a loteria esportiva indo pro

Mato Grosso. Mas que loteria é essa que não chega nunca?".

DIAS COMPRIDOS

Como todos os outros colonos expulsos, Saul disse que já cansaram de procurar Israel Capelari, um dos incentivadores do projeto, para saber como andam as coisas:

— A última vez que a gente foi lá na Prefeitura ele disse que não sabe de nada e nem quer se meter mais. Ele falou ainda que o problema agora é com os homens lá de cima".

Para esses colonos já quase desesperançados, a única solução agora é ir para o Mato Grosso e aventurar em terras estranhas. "Como vamos ficar aqui, se não temos mais nem casa prá morar? Do que a gente vai viver? Não temos terra nem prá fazer uma hortinha! A única solução prá nós endireitar de vida é o Mato Grosso. Se eles não vierem nos buscar logo, eu não sei o que vai ser dessa gente, logo agora que está se aproximando o inverno," comenta ainda Saul.

Não é só Saul quem pensa assim. Todos os outros colonos estão botando toda a fé nas terras do Mato Grosso, mas estranharam a demora. Como disse seu Armindo, "não nos importa se a cooperativa tem problemas internos, que lá não se entendem direito, que não tenha dinheiro ou que tenha problemas com garimpeiros. O caso é que ela prometeu que ia levar tudo nós prá lá e tem que levar. Onde que nós vamos arrumar terras aqui no Sul?"

Na verdade, os colonos não querem mais desculpas. Eles querem o cumprimento da promessa que já se arrasta há quase oito meses, sem solução. "E isso que o seu Schwantes nos disse que vinham nos buscar em dois dias. Mas que dois dias compridos", comenta seu Armindo.

Por que este atraso?

O caso das 83 famílias ex-arrendatárias e expulsas da Área Indígena do Toldo da Guarita, só tomou impulso depois que os dois Sindicatos Rurais também entraram na briga. Walter José Irber, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela, preocupado com a situação de abandono dos colonos explica que estão sendo feitos todos os esforços para que esse clima de instabilidade e tensão que envolve os colonos termine logo, "mas para isso é preciso que a Cooperativa cumpra a sua palavra". Os colonos estão em precárias condições, sem recursos, sem seus pertences e muitos sem emprego, vivendo de biscates ou de ajuda de familiares. E o pior é que essa situação tende a se agravar ainda mais com o fim da colheita da soja e com a entrada do inverno".

Walter não poupa críticas a situação de abandono e miséria em que se encontram essas famílias. "Na verdade, a Funai expulsou os colonos porque não ia mais arrendar as terras. Logo após a expulsão, a reserva foi totalmente ocupada por grandes produtores".

"E o que acontece hoje é que os colonos estão totalmente descrentes. Isso eles demonstraram em Porto Alegre, quando o Coordenador do Incra, Alcione Burin informou que a Cooperativa estava prometendo vir buscá-los ainda em maio. Um dos colonos chegou a perguntar, ao Coordenador, em maio de que ano seria a transferência. E enquanto isso, os grandes continuam plantando e desmatando, aos olhos de todos, a reserva indígena".

ÁGUA FRIA

Na verdade nem Walter Irber acredita muito na nova promessa da Cooperativa de Canarana. "Eles dizem que vão resolver o problema, que é para os colonos se acalmarem e esperarem a transferência. Isso é uma maneira de colocar água fria no caso para esfriar e morrer". Nem Walter e nem os colonos sabem explicar direito os motivos de tanto atraso. A Coopercana tem alegado a presença de garimpeiros na área de colonização e também muitas chuvas lá na região. Agora, o motivo certo e exato ninguém sabe. Na realidade, existem muitas contradições com relação aos motivos de atraso da transferência das famílias, que vão desde a presença de garimpeiros até a problemas de ordem financeira.

Apesar de todo o apoio que tem dado aos colonos e que pretende continuar dando, Walter deixa bem claro que não vê com bons olhos esse tipo de colonização, levando gaúchos para o Mato Grosso. "Lugar

de gaúcho é em terras gaúchas". Para Walter isso tudo, transferência, colonização em outras áreas é mais uma maneira de esvaziar o movimento de Reforma Agrária. "Nós temos terras aqui, que muito bem poderiam ser distribuídas aos sem-terras, desde que se fizesse uma Reforma Agrária, sem necessidade de colonos gaúchos se aventurarem em outras terras.

Essa colonização não passa de mais um engano em termos de Reforma Agrária". Walter salienta que o seu apoio está sendo dado, porque os colonos já estão sendo conduzidos para esse tipo de colonização. "Agora não há como escapar. Incentivados pelos responsáveis pela colonização, os colonos se desfizeram de todos os seus pertences: casa, cama, fogões . . . Então o que temos de fazer é auxiliá-los na solução imediata, ou seja na transferência para Mato Grosso".

LIMPEZA DA ÁREA

Israel Capelari, interventor de Tenente Portela, foi um dos grandes incentivadores da ida dessas 83 famílias para Mato Grosso. E ele não nega, bem pelo contrário, diz até que esteve no Mato Grosso visitando a área de colonização. Só que agora, ele diz que não quer mais saber do assunto. "Essa colonização já me deu muita dor de cabeça. Houve época em que os colonos queriam até invadir a Prefeitura".

O interventor de Tenente Portela explica que foi favorável à retirada dos colonos da Área Indígena por dois motivos bem claros: limpeza da área e chance dos pequenos, sem terras, terem a sua propriedade. E foi então que apareceu o Projeto de Colonização, liderado pela Coopercana em convênio com o Incra e a Funai. "Na realidade, um bom projeto de colonização". Mas nem o interventor sabe explicar os motivos de tanta demora na transferência. "Fala-se em chuvas, em problemas de ordem financeira. A Cooperativa alega que ainda

não recebeu Cr\$ 30 milhões da primeira gleba de colonos, embora o Ministério do Interior afirme que já repassou esse dinheiro". Quanto a existência de garimpeiros na área denunciada por um colono e confirmada por Alcione Burin, Coordenador do Incra, durante o encontro em Porto Alegre. Capelari diz que não é verdade. "Os garimpeiros que existem estão a 200 quilômetros da área de colonização".

Embora se declare totalmente contra a entrada de estranhos, principalmente grandes produtores na reserva indígena, Capelari afirma de bom tom, que vê pontos positivos nisso tudo. "Na verdade, embora pareça um absurdo, o índio está sendo beneficiado. Ele não tem maquinário, sementes, adubos, experiência e nem tecnologia para trabalhar a terra e com a entrada desses produtores, o índio está conseguindo elevar seu padrão de vida". Pelo sistema de arrendamento, usado com os pequenos, quem recolhia os tributos era a Funai, em Brasília. É claro que agora tudo está sendo feito à revelia da lei, mas no final das contas tudo é dividido com os índios que recebem 30 por cento do total da produção. Naturalmente que a maior parte sempre cabe ao Cacique, que hoje se chama de capitão. Com isso tudo, o índio está aprendendo a trabalhar. Pelo atual sistema, o branco planta e o índio limpa, colhe, "sempre fiscalizado pelo branco".

Já no sistema de arrendamento, condenado por Capelari, o índio não participava dos lucros e era obrigado a trabalhar para a sua subsistência. No final, quem está ganhando mesmo, são os grandes produtores, que além da terra, têm a mão-de-obra de graça.

ÍNDIO INSTRUÍDO

E por que a reserva indígena não é fiscalizada? "Por uma razão muito simples", explica Capelari. "Não há como a Funai ou o próprio Governo fiscalizar. Se eu chegar agora lá na reserva e perguntar para um índio de quem são aquelas lavouras, sabe o que ele vai me responder? São minhas e os brancos são meus empregados. Ele está instruído para dizer isso, quando a gente sabe que é bem o contrário".

Capelari discorda de que os colonos abandonados estejam passando por uma situação difícil. "Na realidade a situação dos colonos de Tenente Portela não é tão grave quanto os de Nonoai. É claro que existem problemas, principalmente de moradia, porque eles se desfizeram logo de seus pertences na esperança de serem transferidos logo".



Capelari: limpeza na área

VOLTANDO ÀS ORIGENS

O solo gaúcho apresenta hoje uma baixa fertilidade, provocada pela pouca matéria orgânica que ele apresenta. Como a fertilidade do solo é baixíssima, torna-se bastante difícil o agricultor fugir de uma adubação química. A exagerada elevação dos preços dos fertilizantes nos últimos tempos está deixando o agricultor um pouco assustado com os custos da lavoura. Deixar de comprar fertilizantes, o agricultor não pode, porque o adubo está condicionado ao financiamento. Se resolver colocar uma menor quantidade de adubo está correndo o risco de comprometer tecnicamente a sua lavoura. Por outro lado, substituir a adubação química pela orgânica é quase impossível, porque a quantidade exigida para adubar apenas um hectare é bem maior e também pelo simples motivo de que não existe matéria orgânica suficiente.

Mas os técnicos afirmam, e o agricultor também sabe disso, que uma adubação química não oferece os elementos naturais que a matéria orgânica pode oferecer. Está comprovado que a adubação química aumenta a fertilidade do solo, mas também se sabe que não passa disso. Também é sabido que a fertilidade do solo não se resume apenas na quantidade de elementos nutritivos. A fertilidade do solo também se caracteriza pela porosidade do solo, pela melhoria da estrutura física e pela capacidade de retenção da umidade.

MATÉRIA ORGÂNICA

"O fundamental para o solo fértil é a matéria orgânica", comenta o agrônomo Hélio Ito Pohlmann, responsável pelo Setor de Hortigranjeiros da Cotrijuf.

— A matéria orgânica, no processo de culturas anuais, quando não são adota-

das práticas adequadas e mesmo com a adoção dessas práticas, vai diminuindo no solo.

Segundo Hélio é muito difícil de recompor essa matéria orgânica por meios convencionais como aplicação de esterco ou restos de culturas.

— É claro que essas duas operações auxiliam um pouco a restauração do conteúdo orgânico, mas não são suficientes.

A maneira mais adequada de recompor essa matéria orgânica é pela utilização de culturas permanentes, sendo que a mais viável no momento é a utilização de pastagens perenes para serem aproveitados na produção pecuária.

— De toda a forma é importante que o agricultor procure usar todos os meios para recuperar o seu solo e, onde não for possível adotar o sistema de culturas permanentes, deve ser aplicado então a adubação orgânica nas formas convencionais: esterco, enterrio de restos de culturas ou então a adubação verde.

É importante lembrar que a matéria orgânica tem a sua maior ação na liberação de seus elementos principais, nitrogênio, fósforo e potássio (N, P e K), mais do que o próprio fornecimento desses elementos.

— A adubação orgânica é fundamental para o êxito de qualquer outra adubação, podendo diminuí-la, mas nunca substituí-la totalmente nas culturas anuais.

Hélio cita como exemplo de adubação orgânica o esterco de galinha que é o mais forte dos adubos orgânicos.

— O esterco de galinha tem uma fórmula química constituída de 2 por cento de nitrogênio, 2 por cento de fósforo e 1 por cento de potássio (221 NPK), enquanto que os demais estercos, ne-

nhum de seus elementos chegam a atingir 1 por cento.

ADUBANDO COM ESTERCO

Adubar lavouras com esterco não é fácil e, além do mais, como diz o agrônomo João Klohn, não existe criação intensiva de animais que produza esterco suficiente para substituir o adubo químico. A suinocultura ou a avicultura ainda é muito pequena e o esterco produzido não é coletado devidamente. E tem outra causa para a não aplicação da adubação orgânica citada por João: a facilidade de aplicação dos adubos químicos em comparação com a aplicação do esterco. Mas tem um fator que está fazendo os agricultores pensarem melhor: o alto preço do adubo químico.

— Na medida em que os fertilizantes começaram a ficar muito caro, o agricultor já começou a voltar às suas origens, no sentido de utilizar o adubo produzido dentro de sua própria propriedade.

Na verdade os tempos não mudaram muito e até nos dias de hoje a maioria dos agricultores que fazem a adubação orgânica carrega o produto até a lavoura de carroça e depois espalha por cima do solo.

Como produzir adubo orgânico? Em termos práticos, pode ser obtido com qualquer tipo de animal, mas principalmente com o suíno ou com aves de postura ou de corte em confinamento. João Klohn explica que todo o associado que possui a sua criação de suínos, tem condições de produzir adubo orgânico, desde que o esterco seja coletado em esterqueiras, deixando-a fermentar para posterior aplicação na lavoura ou na horta.

— É claro que é muito mais fácil obter esterco de animais confinados, porque é só o agricultor recolher o esterco de dentro

da pocilga ou estábulo. Também é mais vantajoso porque se recolhe o esterco misturado com a urina, água de limpeza, com a palha e restos de alimentação, tornando-se portanto mais rico ainda em matéria orgânica.

O QUE PRODUZ UM SUÍNO

Quanto pode produzir de esterco um suíno? Considerando um suíno desde o seu nascimento até o seu abate, que ocorre normalmente mais ou menos nos seis meses de idade, recebendo uma alimentação a base de ração, água e um pouco de pasto verde, ele poderá produzir em média 600 quilos de esterco e urina.

— Vamos supor que o agricultor tenha 5 porcas criadeiras. Cada porca produzirá 15 leitões terminados por ano e cada animal produzirá 600 quilos de esterco. Assim a produção total desta criação será de 45 toneladas de esterco por ano.

Com essas 45 toneladas este agricultor terá condições de adubar mais ou menos um hectare de lavoura, uma vez que a recomendação técnica é de aplicação de 20 a 50 toneladas por hectare, para se conseguir bons resultados práticos.

A ação do esterco permanece no solo por vários anos, dependendo muito do manejo do solo. No primeiro ano as plantas vão utilizar 50 por cento desse esterco, no segundo ano, 35 por cento e no terceiro ano, as plantas utilizam os 15 por cento restante.

PREOCUPAÇÃO COM A FERTILIDADE

Uma terra tem valor pelo seu nível de fertilidade. Como diz João: o seu valor real está na fertilidade. Uma terra fraca, desgastada só aumentará a sua fertilidade com materiais orgânicos.

— Também não se aumenta a fertilidade de uma terra de um ano para outro.

Uma boa diferença

Seu Nelson Viecilli, lá de Fundo Grande em Coronel Barros, está começando a aplicar o esterco de suínos nas lavouras.

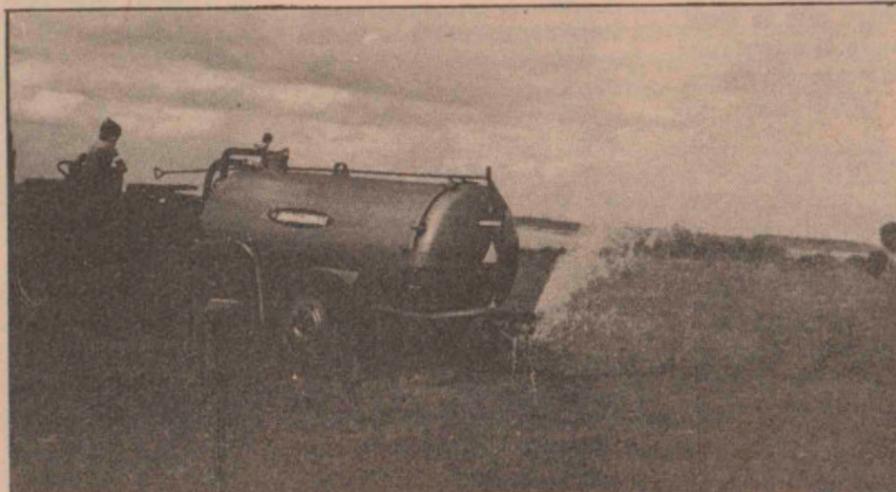
Só que na granja dos Viecilli tudo é feito dentro de uma tecnologia. Tudo tem uma infra-estrutura perfeita. Cada chiqueiro, em número de 3, é ligado a uma esterqueira por encanamentos subterrâneos. A esterqueira, um depósito de cimento que serve para armazenar o esterco até ser espalhado ou injetado na lavoura, tem a capacidade para 180 mil quilos. Quem explica melhor é o Rubio, um dos filhos do seu Nelson:

— Diariamente os chiqueiros são lavados e o esterco vai cair na calha localizada pelo lado de fora. Essa mistura de esterco, água e urina, fica um dia na calha para fermentar. Somente depois de uma boa mexida, é que se abre as comportas da calha e o esterco vai cair através de canos, na esterqueira localizada a uns mil metros de distância.

Depois desse processo, o esterco é

retirado da esterqueira e colocado dentro de uma máquina comprada faz pouco, que pode espalhar o esterco na lavoura através de dois processos: de cobertura e de injeção no solo. Uriel, outro dos filhos do seu Nelson fala sobre a utilidade da máquina, dando maiores explicações:

— Com essa máquina, vamos intensificar o sistema de injeção de esterco no solo. O adubo orgânico será depositado através do injetor hidráulico e, dessa maneira, estaremos evitando a perda de nitrogênio. A semente também desce junto com o adubo.



A máquina dos Viecilli

Mas Uriel reconhece que apesar das vantagens, também existe desvantagem da injeção do adubo no solo:

— Todo o adubo aplicado fica localizado em um só ponto. Não é como a aplicação por cobertura. É claro que a aplicação em cobertura é muito boa, mas tem o problema da perda de nitrogênio.

Embora não existam resultados práticos, porque recém os Viecilli estão começando a trabalhar com adubo orgânico e foram feitas aplicações apenas em uma lavoura de forrageiras, tanto Uriel como Rubio afirmam que a olho nu, já dá para se notar uma boa diferença. "A planta adubada tem um melhor desenvolvimento e as folhas se apresentam mais verdes".

"A pesquisa", diz Uriel, "já provou que hoje em dia a adubação orgânica pode ser a solução para a recuperação do solo. Pelo desgaste do solo, só adubação química não vai resolver o problema. Só mesmo partindo para uma adubação orgânica ou então para o enterrio de matéria orgânica, através da adubação verde.

Entra também na questão o manejo do solo, a rotatividade de culturas. E só com o adubo químico é muito difícil de aumentar a fertilidade, pois ela só melhora na época em que foi aplicado e além disso, em período de seca a planta sofre bem mais, porque o adubo mineral não retém a umidade. Não devemos esquecer que a terra é um bem comum e a preservação de sua fertilidade é de responsabilidade de quem a trabalha.

E A TAL DE ADUBAÇÃO VERDE?

A adubação verde se constitui na incorporação ao solo de culturas verdes, visando melhorar as suas condições. O material orgânico é produzido no próprio local a ser adubado. São mais usadas nesta prática as leguminosas, como o tremoço e o feijão miúdo, por produzirem muita massa de fácil decomposição, que logo se

transformam no estado humus — matéria rica em elementos nutritivos para as plantas. Outra característica é que em certos nódulos (pequenos nós que se formam em suas raízes) são encontradas bactérias, que se encarregam de fixar no solo o nitrogênio. Há quem diga que a prática de adubação verde vem de muitos anos, desde a época em que os romanos andaram dominando o mundo. Já naquela época, utilizando o tremoço, eles se preocupavam em melhorar as condições do solo.

Embora o benefício de uma adubação verde não seja o mesmo do esterco, além de colocar o nitrogênio ao solo, a matéria orgânica existente age como alimento dos organismos do solo, podendo ajudar nas variações biológicas. A adubação verde exerce ainda influência sobre os elementos nutrientes existentes no solo, vindo assimilar os componentes solúveis que poderiam ser perdidos por erosão. Vista desse ângulo, a adubação verde funciona como cobertura de solo.

O agrônomo Rivaldo Dhein, da área de forrageiras da Cotrijuí, explica que a adubação verde revigora a terra já desgastada. Isto acontece porque as leguminosas, como as usadas para a adubação verde, apresentam longas raízes, o que permite que os nutrientes da camada mais profunda do solo sejam deslocados até a superfície da terra. "Dessa maneira a adubação verde vem favorecer as condições físicas do solo, proporcionando uma melhor estrutura e conseqüentemente, facilitando a absorção e a armazenagem de água".

— Evidentemente que uma adubação verde vem favorecer as culturas em períodos de grande seca, porque fornece a planta uma maior resistência.

Como o tremoço é a leguminosa mais utilizada como adubação verde, na região pioneira da Cotrijuí serão plantados mais ou menos uns 1.500 hectares, envolvendo em torno de 250 produtores. Dessa área, a metade será destinada para a produção de sementes. A cooperativa espera receber em torno de 850 toneladas de semente. Os outros hectares serão utilizados para a recuperação de solos, ocupando áreas onde não serão plantados o trigo ou mesmo forrageiras de inverno.

— Plantar tremoço ou qualquer outra leguminosa é muito bom, porque não deixa o solo desocupado e descoberto, sujeito a erosões.

Além da adubação orgânica, aquela formada à base de esterco ao natural, muitas vezes misturada com a palha de milho, da soja . . . , uma outra adubação apareceu no mercado: a adubação orgânica formulada. É formada à base de car-

vão e esterco, só que industrializados.

No Centro de Treinamento da Cotrijuí — CTC — estão sendo feitos experimentos com vários tipos de adubação orgânica formulada. As informações sobre a eficácia desse tipo de adubo ainda são poucas. Os experimentos ainda estão no primeiro ano. Mas quem fala melhor sobre o assunto e mesmo sobre as experiências é o agrônomo Volney Viau.

— Estamos com vários trabalhos de pesquisa no CTC, testando produtos que hoje são vendidos sob a forma comercial. Temos produtos à base de esterco (50 por cento de esterco curtido de aves) e turfa (matéria orgânica de origem vegetal) e um outro à base de carvão, tratado e enriquecido, com adubo mineral.

De acordo com as explicações de Volney, o objetivo desses experimentos é observar o comportamento dos produtos, como fonte complementar na fertilização do solo. Em função dos custos atuais dos fertilizantes químicos e mesmo tecnicamente, a fertilização orgânica traz uma série de vantagens.

— Evidentemente que a fertilização orgânica não poderá substituir a química mas a quantidade de adubos químicos aplicado pode ser reduzida e complementada com a adubação orgânica.

Embora ainda não existam resultados concretos dos experimentos, Volney explica que se nota a diferença de uma lavoura para outra, onde foram aplicados adubos formulados diferentes. Cada lavoura apresenta suas características diferentes. Uma planta está mais baixa, outra mais alta. Ou então as folhas estão mais verdes ou amareladas.

INCORPORANDO A RESTEVA

Uma outra prática para recompor a fertilidade do solo é a incorporação de restevas. Em vez do agricultor queimar a palha da planta no solo, ele pode muito bem picá-la na hora da colheita e deixá-la na lavoura para ser incorporada durante a lavração. Incorporando a palha, o agricultor está deixando no solo uma grande quantidade de matéria orgânica. Volney diz mais ainda:

— Os próprios resultados das pesquisas têm mostrado o valor da palha, não só em termos de renovação do material orgânico, como no sentido de evitar erosões.

Qualquer palha pode ser incorporada e utilizada para a formação de materiais orgânicos. Tanto pode ser a da soja, como a do milho ou a do trigo.

Valter Colombo, técnico do Centro de Treinamento da Cotrijuí, conta uma experiência, mostrando os efeitos da palha.

— Reservamos uma pequena área para esse tipo de experiência. Durante 3 anos seguidos, queimamos a palha do trigo e da soja. Nessa área as produções não foram superiores a 1.700 quilos de soja por hectare. Em outra área onde não se queimava a resteva, os rendimentos sempre foram superiores a 2.000 quilos por hectare.

Volney ressalta que esse tipo de experiência mostra que a incorporação da palha, mesmo dando um pouco mais de trabalho, não prejudica a próxima cultura.

— Acontece bem o contrário. A incorporação da palha vai auxiliar o enriquecimento do solo e, conseqüentemente, contribuir para um aumento de produtividade da lavoura.

Sem maiores despesas

No interior de Formigueiro, Ajuricaba, mora o seu Hugo Kürnher. Em sua propriedade, de 15 hectares, ele planta de tudo e um pouco, mas dá mais atenção a suinocultura. Planta milho, feijão, soja, pastagem, cria galinhas e tem umas 3 vacas para tirar o leite das crianças. Seu Hugo aproveita tudo: o esterco dos suínos, das galinhas e das vacas. Tudo é misturado com palha e espalhado pelas lavouras. Mas não é de hoje que seu Hugo faz aplicação com adubo orgânico.

— Me criei colocando o esterco dos animais na lavoura. Toda a vida que o esterco é muito melhor que esses adubos caros, que a gente compra na cidade. Olha, quem espalha esterco na lavoura, anda de passos largos prá frente.

Dona Helga, que está sempre ao lado do marido nas lidas da lavoura, conta que para terras fracas, nada pode substituir o esterco.

— Esse adubo químico, só ajuda a planta, mas a terra continua fraca e com o esterco a terra se fortalece. Nós aqui plantamos milho, feijão, aveia e um pouco de soja só com esterco. Não usamos o adubo químico. A lavoura de aveia adubada com esterco cresce muito melhor com as folhas mais verdes e mais macias.

MANEJAR COM CUIDADO A TERRA

Mas seu Hugo faz um alerta e diz que não adianta só colocar o esterco em cima do solo.

— É preciso muito mais que isso. O agricultor deve manejar a sua terra com muito cuidado. Cantinho por cantinho.



Helga: nós plantamos . . .



. . . milho só com esterco



Hugo: cuidar da terra

Se cada agricultor não cuidar da sua terra, quem é que vai cuidar? Tem que ser ele mesmo.

Seu Hugo explica que todos os anos, ele recupera um pedaço da sua terra. "Claro que nem tudo pode ser feito só de uma vez". E lá na granja de seu Hugo, tudo é feito com muito capricho.

— Por uns 3 anos, essa terra está forte e não precisa de adubo. E na lavoura de soja, sempre enterrei a palha junto e nunca tive nenhum problema. Na lavoura de milho, por exemplo, a terra já está boa e nem usei adubo este ano. Estou colhendo uns 70 sacos por hectare. Não é muito, mas já é uma boa quantia. E assim eu vou indo. Todo o ano preparo um hectare.

E assim seu Hugo diz que não tem maiores despesas, porque não precisa investir em adubo:

— Tudo é produzido aqui dentro da minha propriedade. Já pensou se eu tivesse que comprar adubo para pôr na lavoura? Com esse preço que é uma barbaridade de caro? Essa hora eu estaria cheio de contas para pagar.

Como a propriedade de seu Hugo não é muito grande e as lavouras ficam ao redor da casa, ele não tem muito trabalho na aplicação do esterco que é feito com um garfo.

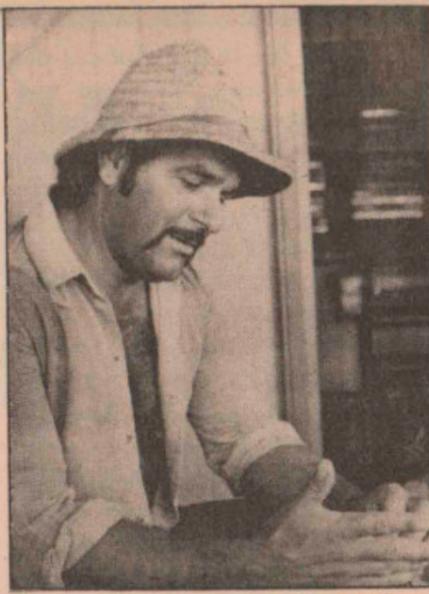
— Ponho o esterco dentro da carroça e deixo amontoado na lavoura. Depois vou lá com um garfo e espalho em cima da terra, deixando sempre uma camada bem grossa que é para melhor fortalecer a terra.



Vilbaldo: invadiam igual



Reinoldo: queremos indenização justa



Vetore: não se tem mais gosto de nada

la barca que liga o município de Concórdia, em Santa Catarina, à Marcelino Ramos, não demora muito a comentar com os outros passantes ou mesmo com o pessoal da barca se sabem de alguma novidade a mais. Falta é informação em Marcelino sobre afinal como é que vai ser a tal de barragem.

Seu Reinoldo Schneider, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, tem duas vezes razão para andar preocupado. Primeiro que ninguém sabe ao certo quem terá sua terra atingida pelas águas. E o que dá de associado perguntando como vai ser a situação não é coisa que ele até perdeu a conta. Nem seu Reinoldo nem ninguém sabe das coisas. A segunda razão prá ele andar preocupado é que sua terra, uma colônia de terra boa, onde ele engorda

coisa de 220 porcos por ano, é certo que fica embaixo d'água.

A grande questão que seu Reinoldo levanta é o que será feito de tantos agricultores que vão perder sua terra:

— Pelo que a gente sabe, o pessoal que perdeu sua terra para a construção de outras barragens, como a Passo Real, o Salto-Santiago e outras, foi muito mal indenizado. Nós aqui queremos o preço que vale a nossa terra para poder comprar outra idêntica.

A REVOLTA

O seu Anelmo Santo Vetore, vizinho do seu Reinoldo, se diz muito nervoso com toda esta situação:

— Nós tínhamos até pensado em trancar o serviço deles, fazer um piquete assim duns 100 homens, prá eles se manifestarem sobre afinal co-

mo vai ser este negócio de barragem. Aqui não se trabalha mais com vontade. Não se tem certeza de nada.

Seu Vetore, nascido e criado naqueles morros de Marcelino Ramos, é proprietário de 25 hectares de terra. Nem tudo é terra que pode ser aproveitada para a agricultura, mas o que é de fértil é coisa de se admirar:

— Aqui não se põe adubo prá crescer o milho. Nem precisa que tudo dá. Pelo que a gente imagina, nas conversas por aí, é que uns 80 por cento da minha área vão ficar embaixo d'água. O que não tamar de água vai ficar uma ilha. Como continuar plantando aqui?

Para ele, esta é uma época de grande preocupação:

— Depois que estamos bem colocados, com a propriedade ajeitada, vem todas estas preocupações: quan-

to vão pagar pela nossa terra, para onde podemos ir? E eles não se manifestam sobre o que vão fazer de nós. Só sei que quero ir para algum lugar onde possa trabalhar que nem aqui. Não adianta querer fazer granja que não temos condições nem de comprar máquina.

CRIADORES DE PORCO

Esta questão levantada por seu Vetore é dos casos mais sérios a preocupar o presidente do Sindicato, o seu Reinoldo. A economia de Marcelino Ramos é baseada quase que exclusivamente no porco. É por causa do porco que se planta milho, é por causa do porco que o agricultor tem investido na construção de chiqueiros, tem se endividado no banco. O pouco de soja que por lá se planta é prá deixar entrar mais um dinheirinho na economia da propriedade:

— Nós, tudo criador de porco, vamos estranhar muito se for preciso começar outra cultura. Ninguém nem ao menos pensa em ir para o Mato Grosso. Tenho falado com muito agricultor e ninguém gosta da idéia. Começar tudo de novo, num novo sertão, nós não queremos. Somos gente nascida e criada por estes lados. Queremos terra aqui mesmo, que tem terra prá nós no Rio Grande.

Seu Vetore, realmente dos mais revoltados de toda região, não tem nem idéia do que vai acontecer até o momento em que as águas chegarem alagando tudo:

— Alguma orientação eles tem que dar. Dizer onde é que tem terra prá gente comprar. Ou será que eles

A repórter Tânia Kruttscka, da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre — a Coojornal — se baseou em dados de um relatório da Eletrosul para elaborar esta matéria. Aqui ela dá a versão oficial sobre a extensão da área que será alagada, número de pessoas atingidas e lembra que estes dados não são muito reais. Os técnicos responsáveis pelo levantamento das consequências sociais e econômicas da construção destas barragens, reconhecem que não tiveram tempo e nem condições de executar este trabalho como efetivamente seria necessário.

Na construção das 23 barragens na bacia do rio Uruguai e seus afluentes, serão inundados 1.525 quilômetros quadrados de terra — ou 152.500 hectares — entre o norte do Rio Grande do Sul e o sul de Santa Catarina, equivalentes a dois por cento da área total da bacia, que abrange cerca de 75 mil quilômetros de terras.

Os reservatórios de água formados com a construção das barragens irão modificar profundamente toda região, destruindo cerca de 42 quilômetros de rodovias federais — 60 por cento dos quais pavimentados — cerca de 3 quilômetros de estradas de ferro, 1.660 metros de pontes de concreto de primeira classe e 390 metros de pontes secundárias, cerca de 4 quilômetros de linhas de transmissão de 230 quilovates e mais dez quilômetros em tensão mais baixa (44 quilovates e 23 quilovates) e ain-

da três usinas hidrelétricas de pequeno porte: a usina de Pery, no rio Canoas, e as usinas de Voltão e Anoni, ambas no rio Chapecozinho.

POPULAÇÃO ATINGIDA

A população a ser atingida, segundo estimativa de 1977, época em que foram realizados os estudos técnicos para a implantação das barragens, é de 39.500 habitantes, dos quais 29.300 vivem no meio rural ou em vilas menores e 5.900 em cidades. Destas, as mais seriamente atingidas estão todas em território catarinense: Itá, que será totalmente destruída; São Carlos, atingindo 30 por cento da sede do município, e Águas do Chapecó. Serão ainda atingidos os distritos de Volta Grande, no município de Concórdia, Abdon Natista, em Campos Novos e Ilha Redonda, um povoado de Palmitos.

Ainda cerca de 700 indígenas

dos grupos Kaingang e Guarani, distribuídos em diversos postos ou dispersos em pequenos grupos familiares em toldos indígenas permanentes, e que vivem na região, também serão afetados direta ou indiretamente pela inundação de suas terras.

A Eletrosul elaborou três alternativas para implantar as barragens, buscando além de um bom aproveitamento energético e econômico, um menor impacto social e físico, pela extensão de áreas inundadas. Do ponto de vista econômico, a alternativa escolhida — a terceira — provocará a perda de 16.500 empregos, dos quais cerca de 87 por cento em atividades do setor primário (agricultura, pecuária e extração vegetal). Foi estimada em cerca de Cr\$ 326 milhões — a preços de 1977 — a renda anual sacrificada. Este valor representa cerca de 1,2 por cento da renda anual regional.

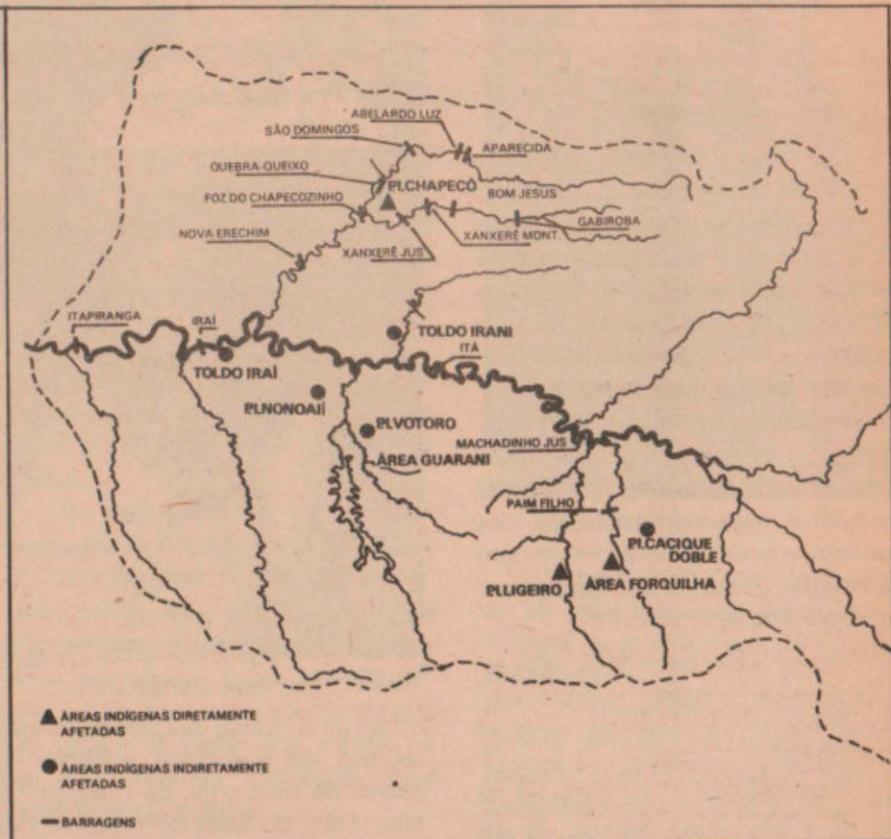
DADOS FALHOS

Nos estudos técnicos, ficou caracterizado ainda que a implantação da alternativa selecionada provocará, além das repercussões sociais e econômicas diretas sobre as áreas alagadas, efeitos indiretos sobre toda região. Haverá uma interferência na estrutura social, política, cultural e

econômica, que não pode ser isolada no tempo e no espaço, pois a área integra-se em um todo maior.

Na verdade, os estudos sociológicos sobre os efeitos que as barragens causarão ao homem e ao meio ambiente, não foram realizados em detalhes, conforme os técnicos confessam em seus relatórios. Eles não são completos porque as informações das pesquisas foram obtidas apenas junto às lideranças residentes nos núcleos urbanos, e não foram percorridas todas as áreas a serem afetadas. Os técnicos justificam esta falha lembrando a extensão do território e o pequeno espaço de tempo dado pela Eletrosul para a apresentação dos resultados. Por isso, segundo os próprios técnicos, estes números sociológicos não correspondem à realidade e, portanto, a pesquisa não é digna de fé. Em três anos — a pesquisa foi feita em 1977 — os números, mesmo os relativos à população, se alteraram. Mas eles dizem em suas conclusões que, ao atingir as terras e conseqüentemente a população, as inundações deverão provocar um fluxo migratório, com a transferência dos habitantes das áreas atingidas, com profundas alterações na atual estrutura social.

O direito dos índios



Aproveitamento	Rio	Altura da barragem (m)	Potência instalada (W)	Preço (milhões Cr\$)
Barra do Pessegueiro	Canoas	30	—	1.477
São Roque	Canoas	98	256.000	6.434
Garibaldi	Canoas	116	398.000	6.400
Campos Novos	Canoas	147	748.000	7.107
Passo da Cadeia	Pelotas	133	104.000	3.139
Pai Querê	Pelotas	161	288.000	6.044
Barra Grande	Pelotas	173	609.000	9.155
Machadinho	Pelotas	124	1.590.000	15.635
Itá	Uruguai	114	1.841.000	15.020
Manjolinho	Passo Fundo	69	72.000	1.820
Aparecida	Chapecó	100	64.000	2.957
Abelardo Luz	Chapecó	30	84.000	1.907
São Domingos	Chapecó	45	55.000	1.353
Quebra-Queixo	Chapecó	113	162.000	4.488
Gabiroba	Chapecozinho	51	—	822
Bom Jesus	Chapecozinho	60	—	1.801
Xanxerê	Chapecozinho	20	25.000	799
Voltão Novo	Chapecozinho	52	45.000	1.280
Foz do Chapecozinho	Chapecó	102	184.000	3.838
Nova Erechim	Chapecó	76	198.000	3.974
Iraí	Uruguai	66	1.488.000	16.845
Itapiranga	Uruguai	53	1.248.000	13.959

* Preços de 1977

mente ultrapassado: enquanto os países desenvolvidos empregam um sistema de transmissão de energia através de cabos enterrados no chão, aqui, apesar de acharmos que usamos uma tecnologia avançada, estamos nada mais nada menos do que empregando os refugos dos países desenvolvidos. São quilômetros e quilômetros de redes aéreas de energia elétrica, exigindo permanente manutenção.

para estabelecer esta indenização não podem ser meramente técnicos. Em cima de nossas terras colocamos tudo. Para nós elas tem um valor que a técnica não percebe. Por isso que ao estabelecer seu valor queremos que seja ouvido o proprietário, as lideranças sindicais e as lideranças comunitárias. E que as indenizações sejam encaminhadas previamente a qualquer construção de barragens... Somos comunidade, não somos indivíduos isolados. É em comunidade que queremos abordar o problema das indenizações e o problema de nossa reinserção. Para tanto queremos nos manter unidos em nossas comunidades locais e fazemos um apelo à grande comunidade regional para que assumam solidariamente o nosso problema... Terra se troca por terra e não por dinheiro, nem por lucros dos grandes.

OS DIREITOS

Nas reuniões que se sucedem entre os agricultores já foi muito bem definida a forma de encaminhar esta luta que os moradores do Alto Uruguai catarinense e gaúcho têm pela frente. Naquele documento de Concórdia eles tomaram uma posição clara sobre seu direito de participar das decisões:

— Queremos que a nossa palavra tenha peso e valor. Temos direitos sobre estas terras, tanto ou mais do que aqueles que de longe planejam sua utilização para as barragens. Queremos que seja ouvida a voz de nossas lideranças de classe e das lideranças das nossas comunidades, inclusive para que sejam acatadas modificações nos planos das barragens.

Outra reivindicação do documento é uma indenização justa para as terras:

— Se for para o bem comum não nos negamos ao sacrifício de deixar nossas terras. Porém colocamos como absolutamente indispensável uma justa indenização. E os critérios

para estabelecer esta indenização não podem ser meramente técnicos. Em cima de nossas terras colocamos tudo. Para nós elas tem um valor que a técnica não percebe. Por isso que ao estabelecer seu valor queremos que seja ouvido o proprietário, as lideranças sindicais e as lideranças comunitárias. E que as indenizações sejam encaminhadas previamente a qualquer construção de barragens... Somos comunidade, não somos indivíduos isolados. É em comunidade que queremos abordar o problema das indenizações e o problema de nossa reinserção. Para tanto queremos nos manter unidos em nossas comunidades locais e fazemos um apelo à grande comunidade regional para que assumam solidariamente o nosso problema... Terra se troca por terra e não por dinheiro, nem por lucros dos grandes.

A EXPERIÊNCIA

Ajuda um tanto a luta destes agricultores a experiência negativa vivida por agricultores de regiões que já foram atingidas por obras deste estilo. Numa das reuniões participaram agricultores do Paraná, de Salto Santiago, onde foi construída uma barragem e mesmo depois de abertas as suas comportas e alagadas as terras muitos agricultores não receberam sua indenização. O presidente do sindicato de Chopinzinho, na área do Salto Santiago, Bruno Bragato, também mandou uma carta prô pessoal do Alto Uruguai, onde ele conta que o custo da indenização de 8 mil alqueires atingidos chegou aproximadamente a menos de um por cento do valor total da obra. Num trecho da carta ele afirma:

— Energia elétrica é progresso para a Nação, então é justo que a Nação inteira arque com o custo desse progresso e não somente os "flagelados" atingidos pela bacia, que na maior parte dos casos, como aconteceu aqui, não conseguiram comprar outras terras, empobreceram à custa do progresso. Nada valem as usinas geradoras de energia elétrica se o homem for relegado a um plano inferior.

A Constituição Federal — a lei maior do País, que contém todas as normas que devem ser seguidas — acabará sendo frontalmente desobedecida com a construção das barragens. É que a Constituição garante aos índios a posse permanente e o uso das terras que habitam, assim como das riquezas naturais e de todas as outras utilidades ali existentes.

Se as barragens forem construídas — e existem poucas dúvidas sobre se isto vai ou não acontecer — os grupos indígenas localizados nos postos de Cacique Doble, Ligeiro, Nonoai e Iraí (no Rio Grande do Sul), Iraí e Chapecó (em Santa Catarina) serão afetados direta ou indiretamente pelas inundações. Por isto, eles devem receber como indenização do Estado uma área de terra equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas.

"E quem pode afirmar", indaga-se no Informativo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, de outubro de 1979, "que das três aldeias a serem atingidas diretamente — Cacique Doble, Ligeiro e Chapecó — os índios conseguirão viver em outras terras?"

Uma das barragens deverá inundar 22 por cento dos 15 hectares da reserva Kaigang de Chapecó. Esta reserva abriga os dois mil integrantes da tribo indígena e cerca de 1.200 pessoas serão obrigadas a se deslocar dali.

ASSASSINATO PREMEDITADO

"Se não for paga uma indenização à tribo, com a entrega a seus membros de uma área equivalente

à anterior, inclusive no aspecto ecológico, o fim daquele grupo indígena estará decretado". Quem afirma isto, no mesmo informativo da IECLB, é o antropólogo (um estudioso da vida humana) Silvio Coelho dos Santos. Ele conta que a preservação da área indígena ainda vem sendo negociada com a Eletrosul, embora a Funai — Fundação Nacional do Índio — que seria a responsável pela preservação da vida destas tribos, não tenha feito qualquer pronunciamento sobre o assunto, até agora.

A Eletrosul já alterou as cotas e localização de algumas barragens, tentando com isto evitar o desaparecimento das águas termais e de uma parte da cidade de Iraí. Nem assim, porém, se preocupou em salvar o toldo indígena de Iraí, que sofrerá conseqüências indiretas com a barragem. Ele não será alagado mas será atingido de outras formas: pela invasão de trabalhadores acampados para a construção das obras, o que vai impedir a comunicação e o acesso a outras comunidades indígenas; pela disputa da terra que eles ocupam pelos brancos desalojados pela inundação; pela prostituição e turismo para os trabalhadores ou população que permanecerá ou visitará as obras das barragens.

Os estudiosos não tem dúvida nenhuma em afirmar:

— Se não houver condições ecológicas semelhantes para o reassentamento dos indígenas — o que é quase impossível de acontecer — a Eletrosul será responsabilizada pelo assassinato de um grupo racial mais bem projetado desta década no País.



Padre Ivo: tecnologia ultrapassada

O desastre ecológico

Além do homem, ameaçado de ver sua terra tragada pela água, a preocupação em Tenente Portela ainda é com a ecologia. O que será do meio-ambiente?

"Como o agricultor pode planejar sua vida se não sabe se a sua terra vai ficar embaixo d'água?" pergunta o vigário de Itapiranga, Otmar Schwengber. Pois se em Marcelino Ramos, onde a Eletrosul tem mais adiantados seus trabalhos de levantamentos para a construção da primeira barragem, a de Machadinho — considerada prioritária — existe muita desinformação (veja na página 18), a situação é mais confusa ainda nos municípios onde as obras ficam para mais tarde. É o caso de Itapiranga e Tenente Portela.

Fala-se que Itapiranga não será seriamente atingida, ficando submersas áreas reduzidas de terra se comparadas à devastação que acontecerá mais acima no rio Uruguai, lá por Itá e Marcelino Ramos. Já em Portela pode desaparecer uma das mais belas paisagens deste Rio Grande do Sul — o Salto do Yucumã, — uma queda d'água de pequena altura, mas que tem três quilômetros de extensão. Não se sabe ao certo qual o futuro da região. Existem versões de que o Salto desaparece de qualquer forma. Outro comentário é que isto apenas acontecerá se o Brasil não acertar com a Argentina a construção de barragens binacionais, mais abaixo no rio Uruguai. Neste caso (veja a matéria na página ao lado) o Brasil



Padre Otmar: como planejar a vida?

construiria outra barragem só para seu uso, em Itapiranga, alagando um oitavo do município de Tenente Portela. Além do Salto de Yucumã, fica embaixo d'água os 17 mil hectares da Reserva Florestal do Turvo, a última de toda região. Ali é proibido caçar, pescar, tirar um graveto ou uma pedra do chão. É uma reserva ecológica.

"Mas bem se vê a preocupação com a ecologia. Eles vão inundar tudo isto aí", conta o seu Theobaldo Lüdtke, morador em São Pedro, em Tenente Portela, e um dos poucos habitantes do município que está mais ou menos informado sobre o assunto. Seu Theobaldo leu a respeito



Theobaldo: o que vai ser disto?

das barragens numa das edições do Jornal Evangélico, editado pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. Ele lembra ainda um caso, famoso no município, de um morador das vizinhanças do Parque do Turvo que matou uma onça e acabou respondendo processo na Justiça, já que é proibido devastar a reserva:

— Proibiram de matar a onça, mas agora vão acabar com todas as onças, os pássaros, com todos animais, com a madeira . . . O que vai ser disto aqui?

A pergunta do seu Theobaldo também não tem resposta. Não se sabe a extensão do desastre e de alteração de todo meio-ambiente com a



Walter: o ambiente é de tensão

inundação das extensas áreas de terra. Sabe-se que a vegetação, os animais, têm uma influência muito grande sobre as condições de vida do homem numa região. Se esta zona já está tremendamente desmatada e já se enfrenta sérios problemas de desequilíbrio do clima (não chove mais nas épocas normais, cai geadas onde nunca caiu, se enfrenta períodos de seca) não dá nem para prever o que vai acontecer depois de construídas as barragens e alagadas as terras.

No Jornal Evangélico pelo qual seu Theobaldo ficou sabendo da história, foi publicado um documento que a Igreja Evangélica enviou à Presidência da República, pedindo provas da necessidade de uma obra tão ampla e também a participação do povo na busca de soluções. Neste documento, está dito:

"Considerando-se que a Região Sul é uma das mais desmatadas do País e que apenas no Rio Grande do Sul restam menos de um por cento de matas nativas;

— que são imprevisíveis as consequências da aplicação deste projeto sobre a fauna, a flora e o clima;

— que a única floresta fluvial do País, a Reserva do Turvo, está ameaçada;

— que o projeto poderá criar ambientes favoráveis à proliferação de pragas e doenças, a IECLB alerta para a grande responsabilidade que pesa sobre o Governo e todo o povo, lembrando que a tarefa dada por Deus ao homem, de sujeitar a terra (Gênesis 1,28) não autoriza ninguém a aviltá-la, tornando-a inabitável aos seres vivos.

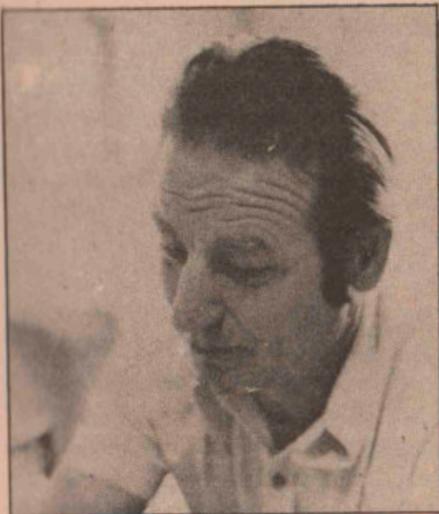
O pessoal de Portela, e também de Itapiranga não está querendo ficar sabendo que sua terra será alagada apenas no ano em que começarão as obras de construção da barragem de



O Salto do Yucumã e mais os 17 mil hectares do Parque do Turvo serão alagados

Itapiranga, que já tem até lugar escolhido: no Km 19 do rio Uruguai, o que fica pouco acima do local onde desagua o rio Guarita. Mas, isto, o pessoal não sabia. Como também ninguém sabe o que querem dizer uns marcos espalhados por diversos pontos dos municípios da área. Eles são de concreto e trazem em cima uma plaqueta de bronze.

"Será que a água chega até aqui?" pergunta Waldir José Gervasoni, proprietário de 12,5 hectares em Bom Plano, em Tenente Portela, bem



João: eles não chegam aqui

na costa do rio Guarita, ao olhar um destes marcos, na costa do Uruguai lá na localidade de Barra do Guarita, bem em frente à Itapiranga. Se chegar, até Itapiranga vai prá baixo d'água. O mais provável é que estes marcos sejam apenas uns pontos de localização dos estudos do pessoal da Eletrosul, pois a barragem em Itapiranga deve ser construída acima da desembocadura do Guarita, que acontece bem em frente ao município catarinense.

Mesmo estando longe a data de início de construção desta barragem, as lideranças sindicais, tanto de Portela como de Itapiranga já mostram sua preocupação com os problemas que os alagamentos irão provocar. Walter Irber, presidente do Sindicato de Portela, além de se mostrar preocupado com a desinformação sobre o assunto, se diz interrogado sobre o que vai acontecer com o povo do lugar:

— Isto vai atingir bem as costas do rio, onde só existe minifúndio. A própria cooperativa tem projetos de fruticultura para estas regiões e quem sabe nem valerá a pena começar a desenvolvê-los. Como ninguém sabe de



Waldir: o que querem...

nada, o ambiente é de tensão. Aqui uns poucos ouviram falar sobre o assunto, mas não tem nem o quê comentar.

Do outro lado do rio, em Itapiranga, um ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, João Averbek, conta que a "Eletrosul está simplesmente atrás do teco". Os técnicos que andam lá por Itá não dão informação nenhuma, que dizem que não sabem de nada. Mas mesmo assim estão fazendo marcações, invadindo as propriedades"



... dizer estes marcos?

O pessoal de Itapiranga, segundo ele, está preparado prá quando os homens e as máquinas da Eletrosul chegarem:

— Enquanto não tiverem um projeto pronto e não procurarem um contato com o agricultor para um acerto justo, eles não chegam aqui.

O problema das três grandes

Até o próximo dia 14 de maio, quando o presidente João Baptista Figueiredo visitar a Argentina, já deverão estar definidos os estudos elaborados por comissões técnicas do Brasil e da Argentina em torno do acordo que possibilitará a construção de três hidrelétricas pelos dois países no rio Uruguai. Estas três hidrelétricas, segundo informações oficiais, deverão gerar 5 milhões e 750 mil quilowates de energia, o que corresponde a metade da energia gerada por Itaipu.

Garabi, a primeira usina a ser construída — isto em prazo ainda não definido — deverá ter uma capacidade instalada de 2 milhões de quilowates. Ela deverá se localizar abaixo das cachoeiras de Roncador e Panambi, perto de duas localidades com o mesmo nome de Garruchos, uma no lado brasileiro — no município de São Borja — e outra no lado argentino — em San Tomé, província de Corrientes.

Roncador deverá ter uma capacidade instalada de 2 milhões e 800 mil quilowates, sendo o projeto de maior potencialidade entre as três usinas. O ponto escolhido para a construção desta barragem fica, no lado brasileiro, a oito quilômetros do centro do município de Porto Lucena e, no lado argentino, em Panambi, província de Corrientes.

DÚVIDAS

Até agora ainda existe uma dúvida se não seria mais vantajoso construir duas barragens, uma depois da outra, em Roncador e Panambi, no lugar de apenas uma. Essa idéia surgiu ainda durante o governo de Gei-

sel — sucedido na presidência do Brasil por Figueiredo — e levou em consideração o fato de que uma única barragem provocará uma grande inundação de áreas de terras muito ricas para a agricultura e de grande concentração de minifúndios (a região da Grande Santa Rosa). Com um sistema de duas barragens, distantes pouco mais de 15 quilômetros uma da outra, será possível reduzir à metade a área inundada, pois elas terão menor altura.

Finalmente, quase na divisa entre Brasil, Argentina e Uruguai, ficará situada a usina de São Pedro. Essa obra, mesmo que ainda sejam poucos extensos os estudos existentes, deverá ser a de melhores condições técnicas e, portanto, a de menores preços. A usina de São Pedro, entretanto, vai enfrentar um problema de limitação quanto à capacidade de geração de energia (prevista em 750 mil quilowates). Acontece que ela ficará próxima a cidades de grande importância política e econômica, tanto no Brasil (Uruguaiana, São Borja, Itaqui) como na Argentina (Paso de los Libres, Alvear). Por isso mesmo, a barragem deverá ser construída com uma pequena altura, tentando evitar inundações.

A INUNDAÇÃO

Além do risco de inundar as cidades próximas, há outro problema: a ponte internacional, que liga Brasil e Argentina, em Uruguaiana e Paso de los Libres, poderia também ser inundada se a barragem tiver uma altura superior a 15 metros. Esta ponte tem uma grande importância econômica, pois é por ali que é transpor-

tada grande parte de mercadorias de um país para o outro.

O ponto no qual se apóia o governo brasileiro para justificar a construção destas barragens é a viabilidade de ligação dos rios Jacuí e Ibicuí, tornando navegável sua extensão desde Mar del Plata, na Argentina, até Porto Alegre e o litoral brasileiro, através do porto de Rio Grande.

O ponto exato de sua construção é a 18 quilômetros da barra do rio Quaraf. Se esta construção não for aprovada, o Brasil se decidirá a construir outra barragem, apenas para seu próprio aproveitamento, em Itapiranga. Neste caso, as previsões iniciais admitem que a barragem ocasionaria a inundação de cerca de um oitavo do município de Tenente Portela.

A RAZÃO DA DEMORA

Apenas os estudos de Garabi estão em fase mais adiantada. As outras duas usinas previstas — Roncador e Panambi — apresentam dados ainda bastante superficiais e podem sofrer mudanças depois de estudos mais aprofundados. E são exatamente os planos de Garabi que a comitiva do presidente Figueiredo discutirá em Buenos Aires, com os técnicos daquele País. O aproveitamento de Garabi é considerado prioritário dentro dos planos energéticos dos dois países.

No entanto, pelo que se pode deduzir dos noticiários de jornais, as Forças Armadas Argentinas apresentaram pontos de vista diferentes em relação ao projeto. A Marinha, por exemplo, não o está apoiando e, tal-

vez por isso, as negociações estejam tão demoradas. Os oficiais da Marinha argentina acham que em lugar de três usinas binacionais, a Argentina deve construir obras nacionais na Bacia do Prata. Eles lembram ainda que o Brasil precisa transformar a linha de comunicação natural Norte-Sul da Bacia do Prata em uma Linha Leste-Oeste para se beneficiar. Esses oficiais, porém, não têm poder de decisão nas negociações com o Brasil. Além disso, sua proposta também se choca com as prioridades de Junta Militar que governa o País, que reclama a utilização de todas as fontes hidráulicas economicamente rentáveis até o fim do século.

FALTA DINHEIRO

Mas, do lado brasileiro, surge um dado muito importante: o orçamento federal para 1980, destinado para o setor elétrico, não permite que sejam iniciadas novas obras este ano, devendo apenas ser mantido o ritmo das obras atualmente em execução. Portanto, se depender de verbas oficiais, no momento, a construção das barragens na bacia do rio Uruguai e as três usinas binacionais estão suspensas, pelo menos até o próximo ano. Num raciocínio lógico: Garabi, Roncador e São Pedro dependem das outras barragens da Eletrosul na parte nacional do Rio Uruguai. De acordo com um estudo técnico, se estas três barragens binacionais forem construídas antes das 23 barragens exclusivamente brasileiras, a inundação do território nos dois lados — brasileiro e argentino — seria grande demais.

PROBLEMAS DO INÍCIO AO FIM

Os pequenos e médios produtores rurais que há três anos vêm fazendo contabilidade agrícola em suas propriedades, estiveram reunidos no Seminário de Administração Rural, à procura de soluções para os seus problemas. Depois de muitas discussões, as coisas se complicaram ainda mais e os produtores se deram conta de que não é possível resolver seus problemas num dia. O Seminário terminou confuso, com os produtores reclamando da falta de clareza e objetividade nas discussões.

"Está na hora de se definir o espaço econômico para o pequeno e o médio produtor, quando ainda resta algum poder de barganha", dizia Adelar Francisco Baggio, diretor do CeCA (Centro de Ciências Agrárias da Fidene) a um grupo de produtores de Ajuricaba, Augusto Pestana e Ijuí, durante a abertura do Seminário Regional de Administração e Economia Agrícola. Estes produtores são os participantes do projeto de Contabilidade Agrícola que está sendo desenvolvido na região através de um convênio entre a Cotrijuí e a Fidene.

O Seminário aconteceu no dia 13 de maio e reuniu ainda técnicos e diretores da Cotrijuí e do CeCA, o pessoal da Comunicação e Educação da Cotrijuí e do IEP (Instituto de Estudos Permanentes, da Fidene). O Seminário foi programado depois da realização de reuniões com os participantes do projeto (veja na matéria da página ao lado), quando eles ouviram os técnicos falarem principalmente sobre perspectivas de produção e de comercialização. Durante estas reuniões os produtores levantaram várias ques-

tões que ficaram sem resposta. Por isto a realização do Seminário, que tinha o objetivo de estudar mais profundamente os problemas dos produtores e ainda tentar determinar as causas da não aceitação de várias culturas apresentadas como opção para as pequenas e médias propriedades.

"O momento é de grande decisão", como lembrava Baggio na abertura do Seminário.

Do início ao fim o Seminário deixou perguntas no ar. Aqueles que falam que o médio e o pequeno produtor são preguiçosos estão com a razão? Quais as pretensões em termos de família e propriedade?

PROBLEMAS E ASPIRAÇÕES

Num primeiro momento o pessoal presente ao Seminário e reunidos em grupos (ao todo 10 grupos de participantes, sendo que 4 eram de produtores) se envolveu com 4 questões propostas, ou seja: quais os principais problemas comuns aos médios e pequenos produtores? Desses problemas, qual o principal? Quais as aspirações gerais dos mé-

dios e pequenos produtores? E qual a principal aspiração? Cada grupo, respondia a essas questões de acordo com o seu ponto de vista, da sua experiência vivida entre agricultores.

Entre os principais problemas, os grupos encontraram o fator clima; preço mínimo baixo; desvalorização da produção nacional pelo próprio Governo; falta de crédito fundiário; alto custo de produção; falta de terras; falta de representatividade política; crédito dirigido, atendendo outros interesses, que não os dos médios e pequenos produtores; falta de organização da classe; alto custo do combustível, adubos, inseticidas, máquinas; altos juros; financiamento fácil para trigo e soja, gerando a monocultura; falta de garantias para o preço do suíno; desaparecimento das culturas de subsistência; falta de uma política agrícola adequada aos interesses também dos médios e pequenos produtores, entre outros.

A falta de terras para os filhos; preços mínimos baixos; política agrícola voltada para a exportação e não para a subsistência e a desvalorização da produ-

ção rural, foram considerados pelos vários grupos, como os problemas mais graves que enfrentam pequenos e médios produtores. Já as aspirações desses produtores, vão desde a necessidade de uma maior estabilidade econômica para assegurar a família, garantia de terras para os filhos, uma assistência médica e social condigna, vez e voz na elaboração da política agrícola, educação escolar de acordo com a realidade rural até a independência financeira.

Numa segunda etapa do Seminário, os grupos discutiram e procuraram selecionar alternativas de soluções para os problemas encontrados, sempre atendendo as aspirações dos produtores, assim como as estratégias e as formas objetivas de encaminhamento destas soluções. Como alternativas, os grupos apresentam: diversificação da lavoura com controle técnico; organização econômica da propriedade como um todo integrado e não isoladamente, em função de safras; trabalho com recursos próprios, deixando um pouco de lado os financiamentos bancários; discussão e elaboração de uma política agrícola a

partir das bases; adequação da produção de acordo com a mão-de-obra disponível na propriedade; uma política de preços justos para todos os produtores; aproveitamento de resíduos orgânicos na lavoura, para aos poucos eliminarem adubação química; apoio e incentivo às lutas concretas da classe...

Mas como o médio e o pequeno produtor deverão executar estas alternativas? Os grupos, em função das idéias apresentadas sugeriram várias estratégias. Algumas delas: articulação com Sindicatos e Cooperativas para exigir o cumprimento do Estatuto da Terra, deflagração de uma mobilização geral, para debater a situação agropecuária, procurando definir um plano sócio-econômico brasileiro para brasileiros, implicando na mudança do sistema, discussão com o produtor na condução da diversificação da lavoura.

TERRA: O MAIOR PROBLEMA

Os maiores problemas colocados durante o Seminário giraram em torno da questão terra, do que produzir, dos preços mínimos baixos, da falta de crédito



Nas discussões em plenário e ...



... nos grupos, uma avalanche de problemas

fundiário. Alguns produtores concordaram que a solução para todos os problemas dos pequenos seria mais terras. "O produtor precisa de mais terras para diversificar. Em cima de nada não se faz nada e a solução tem que ser dada a curto prazo. Não dá mais para esperar. Depois da terra, o fundamental é começar a produzir para então começar a lutar por melhores preços", comentou um produtor. Concordam que mexer no problema terra, não é uma coisa fácil e muita coisa terá que mudar. "É preciso mexer nas multinacionais, meter o dedo no capital estrangeiro".

Mas como comprar terras, se o pequeno e o médio produtor não têm dinheiro? E será que mais terra, resolveria o problema? E depois, o que fazer com a terra? A existência de um crédito fundiário, resolveria mesmo o problema, ou seria apenas mais uma dívida para o agricultor? Esses questionamentos foram levantados pelos agricultores. Um produtor chegou a dizer que o problema está muito além da questão terra. "Não sei até que ponto se pode dizer que falta terra, para quem já tem. Acho que a questão é outra, porque todo o mundo está trabalhando com prejuízos ou então sem margem de lucros, tanto aquele que tem apenas 10 hectares, como aquele que tem 100".

VALEU A PENA?

Já quase no fim do Seminário, os próprios produtores se perguntaram sobre a validade de ficar discutindo em cima do problema terra, sem chegar a uma solução concreta, a um ponto final no caso. "Será que vale a pena ficar aqui discutindo o problema terra, se não se revolve nada? Acho que temos que nos unir mais e nos juntar a outras classes para denunciar o que está errado".

Na verdade a proposta apresentada pelo CeCA, de um Seminário resolver o problema dos pequenos e médios produtores era bastante pretenciosa e pelo grande número de pessoas, uma avalanche de alternativas foi jogada na frente do produtor, sem

uma discussão mais profunda. Os próprios produtores, reclamaram da falta de clareza e de objetividade na discussão dos assuntos, sem se chegar a alguma coisa de concreto. Como as coisas não se definiam, chegando a se tornarem um pouco confusas, e em função do próprio tempo, ficou decidido que a questão terra, por não ser um problema tão simples, será discutido mais profundamente nas bases, à nível de mini-seminários. Só então depois é que se partirá para um Seminário maior, onde novamente a questão será levantada, com novas propostas e com formas de encaminhamento da questão.

O Seminário terminou muito distante de seus objetivos propostos inicialmente. A coisa concreta que ficou decidida foi a formação de uma comissão provisória que terá a função de desencadear o processo de discussão, mexendo com as bases nos núcleos, através dos seminários regionais, onde então as alternativas assim como o problema terra, serão, levadas ao conhecimento de outros produtores, com o objetivo de conscientizar a classe sobre as questões.

A grande queixa: o que fazer?

Desde 1977 que produtores rurais de Ijuí, Augusto Pestana e Ajuricaba estão fazendo a Contabilidade Agrícola em suas propriedades. Esses produtores são participantes do convênio Cotrijuí - Fidene. No mês de março deste ano, aconteceram duas reuniões com esses produtores. A primeira, em Ijuí, com produtores locais e a segunda, no Centro de Treinamento da Cotrijuí - CTC, com produtores de Augusto Pestana. A terceira reunião, realizada em abril, também no CTC, contou com a participação dos produtores de Ajuricaba. Nessas reuniões, os produtores ouviram o pessoal do Departamento Técnico da Cotrijuí, do Setor de Comercialização, da Direção e os responsáveis pelo Projeto de Administração Rural Cotri-CeCA (convênio Cotrijuí - Centro de Ciências Agrárias da Fidene) falar sobre perspectivas de produção, de comercialização, de mercado, de crédito e principalmente sobre as culturas que poderão ser exploradas neste inverno e ainda sobre os custos da lavoura. Como opções a curto prazo, foram levantadas a cultura do trigo, da aveia, do tremoço, da cevada, da colza, centeio, ervilhaca. A médio prazo, o agricultor ouviu falar sobre leite, suinocultura, aves e hortigranjeiro.



Produtores fazem contabilidade agrícola desde 77.

Na ocasião, o agricultor ouviu tudo muito atentamente, mas também levantou questionamentos, como o médio e o pequeno podem pagar suas dívidas? Como fazer para sobreviver, se não há lucro? Será que realmente essas alternativas resolvem o problema do médio e do pequeno produtor? Como tomar decisões se não temos nada oficial? O que fazer diante desse panorama? Os debates se estenderam durante todo o dia e os produtores deixaram bem claro que o problema maior está além: falta terras para diversificar.

As limitações apresentadas pelos produtores e que interferem diretamente na tomada de decisão, são imensas, como a falta de estrutura para a comercialização de muitos produtos, política agrícola indefi-

nida, dificuldade da própria cooperativa de entrar no mercado com determinados produtos, plantio por conta própria sem a cobertura do Proagro, preços mínimos desestimulantes, exigência de adubação por parte do Banco encarecendo o produto, e pesquisa voltada para produtos exportáveis.

Mesmo assim, em função de tantos problemas e mais o fator clima, os produtores se queixam de que não sabem direito o que fazer no inverno. Se plantam aveia, trigo, colza linhaça, cevada ou tremoço. Existe ainda a suinocultura, a avicultura, mas e o mercado? Onde vender? Deixaram bem claro que é necessário encontrar, o mais depressa possível, novas saídas para o pequeno produtor.



Dê mais trabalho para as suas colheitadeiras. Aumente a produtividade do seu trigal com Afidrin.

Afidrin é o melhor inseticida que existe contra os pulgões que atacam o trigo.

E também o mais econômico: com apenas 400ml por hectare, você

garante um amplo controle sobre esta praga. Afidrin é mais eficiente porque atua de três maneiras: por ação sistêmica, por contato e fumigação. Isto quer dizer que, com Afidrin, os

pulgões localizados nas folhas e nas espigas serão amplamente controlados. Aplique Afidrin e obtenha maior produtividade da sua lavoura de trigo ao menor custo possível.



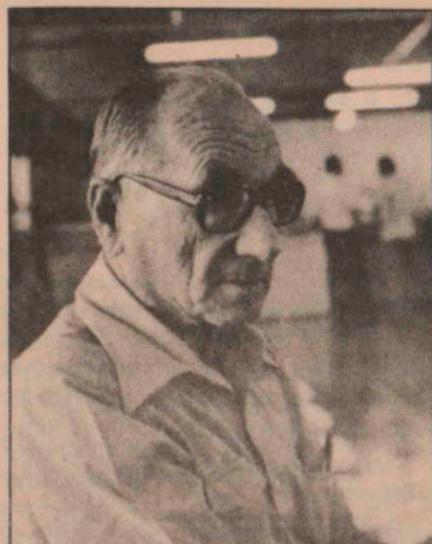
Afidrin controla os pulgões do trigo com o menor custo por hectare.



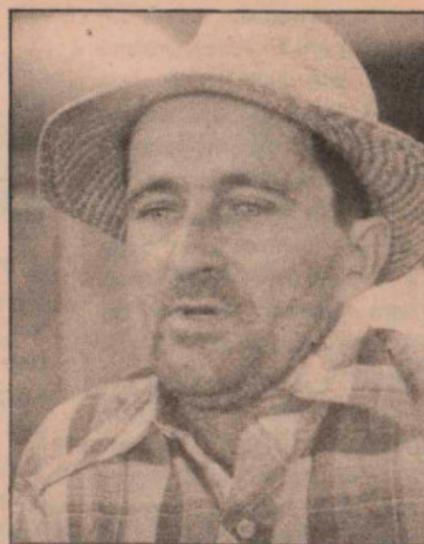
DÁ PARA ENTENDER A LIQUIDAÇÃO?

Todo o ano, quando chega a época da liquidação de safra é sempre a mesma história. O agricultor vem na cooperativa acertar as contas e receber o dinheiro que sobrou. Mas na verdade o agricultor se queixa que na hora da liquidação, quando recebe o extrato de sua conta corrente, ele não sabe o que pagou. Não sabe o que foi descontado. O

que acontece é que devido a sua complexidade, muitos agricultores não entendem certinho a mecânica da liquidação de safra. Ele se queixa que as dívidas descontadas não são comprovadas com recibos, que o extrato da conta corrente, em si, não é muito claro, que os números confundem muito. As queixas são várias e os agricultores pedem que a



Leopoldo: muito código



Gilberto: dúvidas sempre existem

cooperativa seja mais clara na hora da liquidação. Que os descontos sejam descritos um por um, deixando um pouco de lado os códigos.

LIQUIDAR COM CLAREZA

Seu Arnaldo Redlich, da Linha 3 em Ajuricaba, é um dos agricultores que gostaria de receber maiores esclarecimentos quanto à mecânica de liquidação de safra. O que mais preocupa Seu Arnaldo são os descontos.

— A gente, que não tem muito estudo, fica muitas vezes meio atrapalhado com tantos números que não se sabe a que correspondem. Mas prá mim, liquidação de dívida deveria vir sempre acompanhada de um documento. Não que eu duvide da Cooperativa, mas um comprovante serve também para o controle do agricultor.

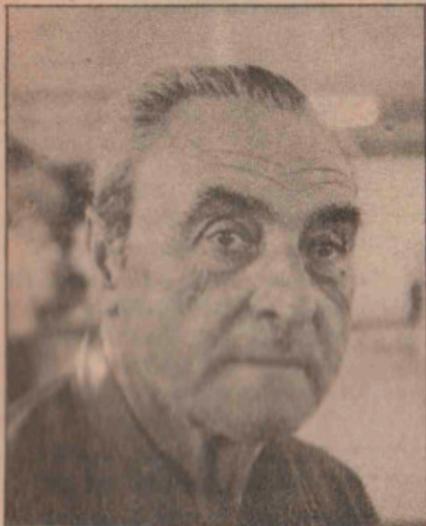
Seu Arnaldo diz que o único recibo que o agricultor recebe é o do dinheiro que sobra e a cooperativa lhe devolve:

— Acho que até os gastos no mercado, na loja, deveriam aparecer separados de qualquer outro desconto. Seria interessante que o agricultor recebesse uma liquidação mais clara, para que ele soubesse o que está sendo descontado do seu dinheiro.

Já o agricultor João Adolino Becker, da Esquina Thomas, em São Martinho, é outro que pensa que a liquidação poderia ser mais clara, não só para um melhor controle do associado, como também para que ele possa ficar bem por dentro do que realmente foi descontado:

— Tem muita coisa que a gente não entende. São só números, códigos, e isso se torna muito difícil para o agricultor entender. Se a gente vai pagar a conta de uma máquina, recebe um código, mas eu não sei o que esse código quer dizer. Acho que não é certo isso.

Nesse sentido, seu João diz que a Cooperativa deveria simplifi-



Ermínio: problema difícil



Arnaldo: atrapalhado com os números

Como funciona o negócio

A Cotrijuí opera com seus associados através das modalidades preço do dia (produto em depósito), preço médio e futuro. Essas três modalidades são utilizadas na liquidação de safra para o produto soja. O produto trigo tem sua liquidação baseada no preço fixado pelo Governo. Já os demais produtos, como milho, feijão, sorgo, entre outros, não têm a modalidade "preço futuro", enquanto que as forrageiras são comercializadas somente na modalidade preço médio. Também o associado que entrega lã na Cooperativa, como é o caso de Dom Pedrito, liquida sua safra a preço médio, enquanto que a carne é liquidada a preço do dia. Para o arroz a Cotrijuí opera com associados de Dom Pedrito a preço médio, enquanto o arrozeiro do Mato Grosso do Sul pode ainda depositar sua produção.

QUANDO LIQUIDAR

Pela modalidade "preço do dia", o associado tendo entregue o produto na cooperativa, pode fazer a liquidação da safra a qualquer momento, de acordo com o preço divulgado, "desde que

não tenha compromissos não cumpridos, como adiantamento na modalidade "preço médio" ou então a contratação de soja futuro", explica Ari Zimpel, contador geral da Cotrijuí.

Na modalidade "preço médio" a liquidação somente poderá ser realizada depois que a Cooperativa tiver comercializado toda a produção.

— No caso da soja, a liquidação a preço médio acontece normalmente em fins de julho e início de agosto. Portanto, como o associado pode perceber, a Cooperativa jamais pode liquidar uma safra sem antes comercializar toda a produção. Esse é o motivo que atrasa a liquidação com o associado.

Já na contratação "preço futuro", as coisas se modificam um pouco. Aqui, é o associado quem fixa a data para a liquidação da safra com alguns meses de antecedência. Nesse caso, o associado obedece os mesmos critérios estabelecidos pela modalidade "preço do dia".

Como os associados reclamaram muito no ano passado da demora no aten-

dimento para a liquidação da soja futuro, a Cooperativa mudou o sistema neste ano. Em consequência do grande número de associados envolvidos com a liquidação de safra — principalmente na modalidade preço médio — a Cotrijuí passou a fazer uma escala de atendimento:

— A Cooperativa se viu obrigada a fixar um limite máximo de associados para serem atendidos no mesmo dia. Na unidade de Ijuí, por exemplo, se faz uma média de atendimento para 150 associados por dia. Nas outras unidades o número de associados atendidos por dia, varia em função da capacidade de atendimento.

OS DESCONTOS

Uma série de despesas são descontadas na hora da liquidação e junto com elas é feita a retenção do capital e o pagamento do Funrural. O associado contribui para o Funrural com 2,5 por cento sobre o total de sua produção entregue na Cooperativa, que tem apenas a função de recolher este valor e destinar ao Funrural

para que ele preste assistência aos agricultores. Já o percentual descontado para a conta-capital varia de uma região para a outra. Na Região Pioneira o desconto é de 2 por cento sobre a soja e 3 por cento nos demais produtos. Na região de Dom Pedrito e Mato Grosso do Sul, o desconto é de 3 por cento sobre qualquer produto, seja ele soja, arroz, trigo, etc. Zimpel explica como são feitos outros descontos:

— Todo associado que tem contratação de repasse na cooperativa ou financiamento no Banco do Brasil ou em qualquer outro banco, sofre o desconto na hora da liquidação. Mas a prioridade de desconto é para o custeio de lavoura e outros empréstimos de emergência de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco do Brasil.

Somente após estes descontos é que serão retidos os débitos de financiamentos diretos da cooperativa, como compra de automotriz, débitos em conta corrente, cartão de crédito e Unimed.

car mais as coisas, a ponto de que o agricultor tenha facilidade de entender o que está pagando. Aproveita a oportunidade e cita como exemplo a máquina que comprou através da Cooperativa, mas que até hoje não recebeu o contrato:

— Claro que sei quando devo pagar as prestações, mas não me deram o contrato.

DEMORA NA LIQUIDAÇÃO

Nelcir Brigo, agricultor de Coronel Bicaco reclama é da demora da liquidação da safra, mas também comenta os descontos:

— O que me preocupa um pouco é a demora na liquidação. Mas também não sei se isso é normal ou tem outras implicações. Só acho que demora um pouco. Quanto aos descontos seria interessante que eles aparecessem separados. Agora é claro que a gente entende que não é fácil para a própria cooperativa separar os descontos de tantos associados. É um trabalho difícil para fazer.

"Dúvidas sempre existem", comenta Gilberto Schreiber, de São Jacó em Santo Augusto:

— O problema é que o agricultor nem sabe direito como é feito a liquidação da safra. A gente nem fica sabendo o que é descontado.

Ele cita o exemplo do desconto para a Unimed, "que não vem com recibo. Se paga duas vezes por ano, mas nunca se recebe um comprovante".

A sugestão de Gilberto é que a Cooperativa faça constar um recibo de todos os descontos. Se houver descontos para o sorgo, que apareça no extrato final. Prestações vencidas de qualquer maquinário ou outro artigo, devem vir sempre acompanhadas de recibo:

— São pequenas coisas que sempre ficam duvidosas. Muitas vezes a gente concorda e fica quieto

que é para não andar criando caso com a Cooperativa. Mas tenho certeza que se ela adotar esse sistema, muitas dúvidas desaparecerão.

Outro que reclama da falta de recibo é o seu Ermínio Casagrande, de Dr. Bozano, Ijuí. Para ele "esse negócio é um sério problema", que às vezes incomoda a gente". Ele continua:

— Não desconto assistência odontológica para a minha esposa e está bem marcado na carteirinha, mas esse semestre foi descontado e agora o que eu vou fazer para ganhar de volta o meu dinheiro? Aqui na Cooperativa me mandaram ir lá reclamar no escritório da Unimed, mas eu pergunto: como é que eu vou provar que me descontaram esse dinheiro se não tenho um recibo?

BUROCRACIA

Já Carlos Francisco Brauchner, da Linha 6 Leste, em Ijuí, acha que o pior de tudo é a burocracia:

— A burocratização dentro da Cooperativa é muito grande e tem muita coisa que precisa melhorar. Nada mais se entende aqui dentro.

O seu Leopoldo Löw, de Chiapetta, não tem maiores problemas quanto à liquidação de safra:

— É claro que às vezes demora um pouco, mas o agricultor deve entender que a Cooperativa depende de um mercado para comercializar a produção.

Embora sem grandes dúvidas, Löw concorda que seria interessante se a Cooperativa fornecesse além do extrato de conta um comprovante ou um demonstrativo mais claro de todas as dívidas descontadas. Isso iria ajudar também, na sua opinião, que o agricultor entendesse melhor a própria cooperativa:

— O agricultor não entende muito de código, de número. Isso aí a Cooperativa poderia deixar de lado.

O controle das dívidas

Ari Zimpel, contador geral da Cotrijuí, explica que em função do grande número de associados que controlam suas contas pelo extrato mensal da conta-corrente, não são fornecidos os avisos de débito. Mas existe um jeito de se inteirar das dívidas:

— É claro que todo associado interessado, e que necessitar de comprovante de uma dívida, poderá solicitar aos atendentes do balcão. Existe um atendente encarregado de fornecer aos associados qualquer solicitação, seja aviso de lançamento de suas operações ou até mesmo cópias de contratos realizados com a Cooperativa. É quase impossível automatizar mais de 15 mil lançamentos, quando se sabe que são poucos os interessados. Nós temos 39.508 contratos no Departamento de Crédito da Cooperativa

e assim, como se vê, torna-se ainda mais difícil generalizar esses contratos para associados que desejam informações mais detalhadas.

Embora concorde com as reclamações dos associados "porque na verdade muitas vezes ele não sabe o que paga". Zimpel explica que em qualquer compra realizada dentro da cooperativa é fornecida uma nota fiscal. Através dessas notas os associados podem também controlar seus descontos:

— Além disso, todos os anos, são fornecidas informações de todas as operações do associado com a Cooperativa, para fins de preenchimento do seu Imposto de Renda. Nessas informações constam os valores dos financiamentos, aquisição de insumos, posição do capital e liquidação do produto.

Feira do Terneiro

SEGURANÇA NA COMPRA

O movimento promete ser grande na Feira do Terneiro que será realizada em Ijuí no período de 2 a 4 de junho próximos. Estão inscritos para venda 3.075 terneiros, o maior número de todas as 18 feiras programadas para este ano.

Esta programação da Secretaria da Agricultura tem entre seus objetivos fornecer terneiros desmamados para serem terminados como novilhos precoces até os dois anos e meio de idade.

O agrônomo Becklerc de Oliveira, da Cotrijuí, é quem dá as informações necessárias aos compradores interessados em adquirir animais através das Feiras. Ele conta que para alcançar os melhores resultados dentro do menor prazo possível no apronte de terneiros, é preciso adotar critérios seguros na ocasião de adquirir os animais. Os critérios são os seguintes:

1. Peso médio do lote situado entre 170 e 180 quilos, no mínimo.
2. Procurar lotes com a maior uniformidade possível. Assim, o apronte dos novilhos se processará numa mesma época. Às vezes é preferível comprar lotes com menos

peso e grande uniformidade, do que animais pesados e desuniformes em desenvolvimento.

3. Ao receber os terneiros na propriedade, o comprador deverá procurar o veterinário, que fará recomendações sobre vacinações, aplicação de vermífugos e vitaminas.

Outra coisa que Becklerc observa, é que é muito importante o produtor se preocupar em alcançar os pesos mais elevados possíveis na hora de abater os novilhos:

— É que o novilho precoce é comercializado na base de carne, ou seja, no peso de carcaça.

Ele dá como orientação básica para aqueles que comprarem terneiros das raças Hereford, Aberdeen Angus, Shorthorn, Zebuínos, ou cruzas onde essas raças predominem, pesos não inferiores a 450 quilos no momento do abate. Para os terneiros Charolês, Santa Gertrudis e suas cruzas bem definidas, os novilhos deverão ser levados a 470-480 quilos para então serem abatidos. "Os dados obtidos até agora", ele conta, "indicam que aos pesos referidos, pode-se obter carcaças de boa qualidade".



Seguindo alguns critérios na hora da compra, é possível alcançar melhores resultados no menor espaço de tempo.

* Na realização de Seguro de Vida, Acidentes Pessoais, Incêndio, Automóveis e outros, procure orientação junto a nossa Corretora de Seguros.

* Sem qualquer despesa adicional, prestaremos as informações para uma correta cobertura e taxa de seu seguro.



COTRIEXPORT
Corretora de Seguros Ltda.

EM IJUÍ — Rua das Chácaras, 1513 — fone 332-2400 — ramal 364
EM PORTO ALEGRE — Av. Júlio de Castilhos 342 — 5º andar —
Fone 33-50-32

Representantes discutem saúde, consumo e modelo

Saúde, política agrícola, comercialização e consumo foram os assuntos da reunião dos representantes eleitos de toda Região Pioneira no dia 29 de abril. Participaram desta reunião também os presidentes de Sindicato da área de atuação da Cooperativa, conselheiros e diretores da Cotrijuí.

A reunião começou com um relato de Carlos Karlinski, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ijuí, sobre o rompimento do convênio existente entre o Hospital de Caridade e o Funrural para atendimento médico-hospitalar aos trabalhadores rurais do município (veja na página 6). Carlinhos lembrou também que uma das reivindicações dos agricultores vem sendo a construção de um outro hospital em Ijuí para atender os habitantes do meio rural, pois eles enxergam aí a melhor solução para este problema.

Na mesma discussão sobre saúde, se entrou no assunto convênio Cotrijuí-Unimed, que é visto por muitos produtores como um dos responsáveis pelas dificuldades que existem nos hospitais ao seu atendimento através do Funrural. É que compensa muito mais atender os agricultores pela Unimed do que pelo Funrural. A renovação ou não do convênio vai depender das opiniões dos associados sobre a sua validade e utilidade para o corpo social da Cooperativa.

CONSUMO

A idéia de abrir o setor de consumo da Cotrijuí para terceiros, ou seja, tam-

bém não associados, já vem sendo discutida há um bom tempo. Na reunião dos representantes o assunto voltou a ser comentado pelos problemas que estão aparecendo. A área de ação da Cooperativa se expandiu demais e os espaços físicos dos supermercados e lojas já são pequenos para atender adequadamente os associados, cansados de entrar em filas e não poder fazer tranquilamente suas compras.

Uma alternativa para resolver o problema pode ser a construção de um grande supermercado, que também seja aberto para terceiros. Pela lei não é permitido que as cooperativas comercializem mais de 30 por cento no setor de consumo para não associados. Acontecen-

do isto ela é obrigada a pagar Imposto de Renda sobre o resultado. Se o caso é este, então uma solução é abrir de vez o setor, segundo interpretam alguns dos administradores do consumo. Uma outra idéia é abrir a Cooperativa para o setor de Consumo, transformando-a, futuramente, numa Cooperativa de Consumo, ligada à outra Cooperativa de produção.

Os representantes foram discutir este assunto em grupos. E todos os grupos acharam que o setor de consumos deve ser aberto para terceiros. As razões são inúmeras: maiores vantagens em preços (quanto mais a Cooperativa comprar e vender, mais baratos ficam seus custos) aproximação entre o produtor e o consumidor; eliminação do intermediário; colocação assegurada para a produção do associado; maior integração entre cooperativas (como a colocação, nos mercados, de produtos industrializados ou produzidos por outras cooperativas), etc.

E COMO ABRIR?

Se foi fácil descobrir as vantagens, o

pessoal não chegou a uma conclusão sobre qual a melhor forma de abrir os mercados para terceiros. De acordo com algumas opiniões, os associados da Cotrijuí devem ter um desconto diferente para as compras à vista, enquanto os não associados não teriam este direito. Na idéia de outras pessoas, só o fato de não associados estarem adquirindo produtos na Cooperativa, os associados já estão tendo vantagens, pois pelo volume comercializado pode ficar reduzido o custo.

O grande receio é que os consumidores acabem decidindo pelos associados. "Isto seria entregar a cooperativa aos consumidores", lembrou um dos representantes. O que ficou bem claro é que a decisão de abrir o setor de consumo para não associados vai modificar bastante o comportamento da Cotrijuí. Por esta razão, mesmo que todos concordassem sobre as vantagens desta atitude, a opinião final foi de que o assunto deve ser sempre mais discutido com o grande grupo de associados, para que assim se encontre a melhor forma de operacionalizar a idéia.

Um outro tema da reunião foi a provocação do Governo para que a Cotrijuí "apresentasse o modelo agrícola que deseja ver implantado no Brasil" (veja na página 3). Aí, mais uma vez, se reforçou a necessidade de ouvir as bases para definir a participação dos agricultores na elaboração de uma política para o setor primário. Os representantes, os conselheiros, os diretores concordaram que o mais importante é ampliar a discussão sobre o modelo agrícola, levando o posicionamento também a outras cooperativas e a outras regiões, envolvendo o maior número possível de pessoas neste trabalho.



Representantes reunidos com as diretorias de sindicatos e da Cooperativa



COTRIJUI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 52 ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. - COTRIJUI - no uso das atribuições que lhe confere a letra "b" do artigo 43º do Estatuto Social, convoca os senhores associados em pleno gozo de seus direitos estatutários para se reunirem em

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

a ser realizada no próximo dia 28 de maio de 1.980, no salão de festas do Centro de Tradições Gaúchas Laureano Medeiros, sito na rua Emílio Glitz, sem número, Bairro São Geraldo, nesta cidade de Ijuí, em primeira convocação às doze (12) horas com a presença de no mínimo 2/3 dos seus associados; ou em segunda convocação às treze (13) horas, com a presença de no mínimo metade mais um (01) de seus associados, ou ainda, em terceira e última convocação às quatorze (14) horas do mesmo dia e no mesmo local, com a presença de no mínimo dez (10) associados, para deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1º - Apreciação, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço encerrado em 29.02.80; Demonstrativo de Sobras e Perdas, Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 29 de fevereiro de 1.980;
- 2º - Destinação das Sobras do Exercício;
- 3º - Fixação dos honorários da Diretoria;
- 4º - Autorização da Assembléia Geral ao Conselho de Administração com validade até a realização da próxima Assembléia Geral, no mês de maio de 1.981, para adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, nos termos da letra "i" do artigo 40 do Estatuto Social;
- 5º - Autorização da Assembléia Geral para o Conselho de Administração, com validade até a realização da próxima Assembléia Geral Ordinária, no mês de maio de 1.981, para firmar com qualquer estabelecimento bancário oficial, particular ou de economia mista, contratos de financiamento com garantia patrimonial;
- 6º - Eleição e posse do Conselho Fiscal;
- 7º - Outros assuntos de interesse social.

NOTA: Para efeitos de "quorum", declara-se que o número de associados nesta data é de 18.562 (dezoito mil, quinhentos e sessenta e dois).

Ijuí, 14 de maio de 1.980
Ruben Ilgenfritz da Silva
Presidente



COTRIJUI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 53 ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. - COTRIJUI - no uso das atribuições que lhe confere a letra "b" do artigo 43º do Estatuto Social, convoca os senhores associados em pleno gozo de seus direitos estatutários para se reunirem em

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

a ser realizada no próximo dia 28 de maio de 1.980, no salão de festas do Centro de Tradições Gaúchas Laureano Medeiros, sito na rua Emílio Glitz, sem número, Bairro São Geraldo, nesta cidade de Ijuí, em primeira convocação às quinze (15) horas com a presença de no mínimo 2/3 dos seus associados; ou em segunda convocação às dezesseis (16) horas, com a presença de no mínimo metade mais um (01) de seus associados ou ainda, em terceira e última convocação às dezessete (17) horas do mesmo dia e no mesmo local, com a presença de no mínimo dez (10) associados, para deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA

- Alteração do Estatuto Social nos seguintes artigos:
- Alíneas "c" e "d" do Art. 1º - Características;
 - Artigo 3º e seus itens VII e VIII - Dos objetivos;
 - Artigo 6º substituição dos § 2º e 3º - Dos associados;
 - Alínea "f" do artigo 8º;
 - Alínea "e" do artigo 9º;
 - Artigo 15º;
 - Artigo 19º e seus parágrafos 1º e 3º - Do capital social;
 - Artigo 20º e seu parágrafo 1º;
 - Artigo 21º e seu parágrafo único;
 - Artigo 22º, seus parágrafos 1º e 2º e inclusão do parágrafo 3º;
 - Alínea "b" do parágrafo 1º do Artigo 36º - Dos órgãos de administração;
 - Alínea "b" do Artigo 40º - Do Conselho de Administração;
 - Artigo 48º;
 - Artigo 66º e eliminação de seu parágrafo único - Das disposições gerais e transitórias;
 - Eliminação do artigo 67º.

NOTA: Para efeitos de "quorum", declara-se que o número de associados nesta data é de 18.562 (dezoito mil, quinhentos e sessenta e dois).

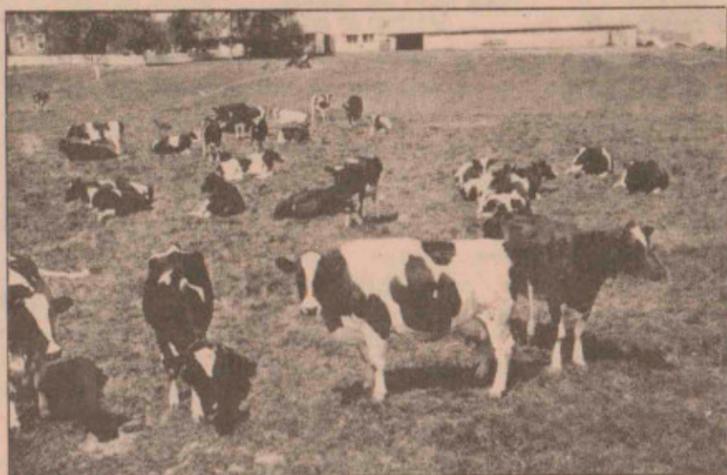
Ijuí, 14 de maio de 1980
Ruben Ilgenfritz da Silva
Presidente

COOPERATIVA DE LEITE NA PRODUÇÃO DO MATO GROSSO

O cooperativismo de produção no Mato Grosso do Sul entra agora também na área do leite. No dia 10 de maio foi criada a Cooperativa Mista dos Produtores de Leite da Região Centro-Sul Ltda, que tem sua área de ação abrangendo os municípios de Campo Grande, Sidrolândia, Rio Brilhante, Terenos, Dois Irmãos, Camapuá, São Gabriel do Oeste e Bandeirantes.

Participaram da sessão de fundação da cooperativa 75 produtores de leite sul-mato-grossenses, que também já elegeram a diretoria da entidade. Como presidente foi escolhido o médico-veterinário Luiz Bortolai Migliano. O vice-presidente é Joaquim Cavalcanti Freire e o secretário é Ruy Barbosa Ferreira.

Numa primeira etapa a cooperativa vai investir na área de consumo, fornecendo aos seus associados todos os produtos necessários ao desenvolvimento da atividade leiteira. Numa etapa posterior ela pretende instalar um posto de resfriamento para o produto que está sendo entregue pelos associados, em nome da Cooperativa, à Indústria



Numa primeira etapa, a Cooperativa se preocupará com o fornecimento de insumos para desenvolver a pecuária leiteira da região

de Laticínios Itá, que detém o monopólio do beneficiamento do leite no Estado.

Quem foi prestigiar a instalação da nova cooperativa foi o presidente da CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite), Frederico Gunnar Dürr, que esteve recentemente no Mato Grosso falando exatamente em como surgiu a CCGL. Isto foi durante a realização do I Encontro de Cooperativismo do Mato Grosso do Sul que aconteceu no mês de março, em Campo Grande. A experiência da Central de Leite pode auxiliar significativamente aos produtores do Mato Grosso que agora também se organizaram para produzir e, pre-

tendem ainda ingressar na área de industrialização e comercialização de seu produto.

A filiação da Cotrijuí à OCEMS

Desde o dia 9 de maio a Cotrijuí também é uma das associadas da OCEMS (Organização das Cooperativas do Estado do Mato Grosso do Sul, que passa agora a contar com 27 cooperativas registradas.

O ato solene de filiação aconteceu na sede da Organização, em Campo Grande, e foi dirigido por Luiz Pachally, presidente da OCEMS. Representando a Cotrijuí estavam o diretor-presidente, Ruben Ilgenfritz da Silva e o diretor regional do Mato Grosso do Sul, Nelcy Rospide Nunes.

Durante a solenidade ainda foi registrada a presença de Geraldino de Souza, assessor da presidência do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); de Luiz Gonzaga Reis, gerente da agência do BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo) em Campo Grande; de Frederico Dürr e Antônio Carlos Lacerda, respectivamente presidente e diretor da Cooperativa Central Gaúcha de Leite, além de assessores e funcionários da OCEMS.

A aplicação de defensivos exige técnica e cuidados especiais. Observe as recomendações dos agrônomos e técnicos agrícolas antes de cada aplicação.

Faça a prova do trigo!

Quando você usar herbicida na soja, não deixe de usar Dual pelo menos em uma parte de sua lavoura.

Na hora de plantar o trigo faça a prova: onde passou Dual não há mais resíduos que impeçam que o seu trigo cresça forte e bonito.

Dual, o herbicida para a soja e que respeita o trigo.

CIBA-GEIGY



Hospital Santa Terezinha agora é Bom Pastor

O Hospital da Cotrijuí em Santo Augusto, o Santa Terezinha, mudou de nome. Ele agora se chama Hospital Bom Pastor. Não é só por achar que um nome é mais bonito que o outro que a razão social da entidade foi alterada. É que agora o Hospital é uma Sociedade Anônima, e na hora de registrá-lo foi encontrado um outro hospital com o mesmo nome de Santa Terezinha.

A alteração para Sociedade Anônima se fez necessária pois se pretende ampliar o Hos-

pital. Afí se explica: enquanto ele permanecesse como um departamento da Cooperativa, não havia a possibilidade de obter recursos oficiais destinados efetivamente ao Hospital. Este fato vinha impedindo que a entidade buscasse os recursos necessários ao desenvolvimento desejado para o seu trabalho. A Cotrijuí continua detendo o controle acionário da entidade. Os novos acionistas são os diretores da Cooperativa, isto apenas para cumprir uma exigência da legislação sobre as Sociedades Anônimas.

A SOJA DÁ LEITE E DÁ FARINHA

Andou saindo, no final do mês de abril, em tudo quanto é jornal do Brasil, que o Ministério da Agricultura estava estudando o uso da soja no leite e no pão. Para quem tem boa memória, desde 1976 já era para estar sendo adotada no País a mistura de 5 por cento da farinha de soja com a farinha de trigo utilizada na produção de pães, massas e biscoitos, que é a chamada "farinha panificável".

Sabe-se lá por quais razões esta mistura obrigatória nunca foi cumprida, mesmo que tenha sido aprovada durante uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Naquela época, além da finalidade básica divulgada, que era a de melhorar o valor nutritivo do pão, das massas e dos biscoitos, esta medida ainda pretendia auxiliar no desenvolvimento da agroindústria e economizar divisas, já que o trigo precisa ser importado de outros países pois o consumo é muito maior do que a produção brasileira.

Explicando ou não as razões de nunca estas medidas serem colocadas em prática, o caso é que se volta a falar no aproveitamento da soja para a alimentação humana. Além do uso, já bastante intenso,

do óleo de soja na preparação de alimentos, a intenção é incentivar seu consumo direto, através da farinha e do leite. Já em 76, quando se falou pela primeira vez amplamente no assunto, foram divulgados os benefícios que se teria com a mistura da farinha de soja ao do trigo. Entre eles estão:

- melhoria do conteúdo nutritivo dos produtos fabricados a partir do trigo, com conseqüente vantagem no nível de nutrição da população em geral;

- diminuição indireta do custo dos pães e massas, pois pelo mesmo preço a população pode consumir produtos de valor nutritivo bem mais alto;

- introdução do consumo de soja nos hábitos alimentares da população brasileira, o que proporciona além dos benefícios nutricionais, o aumento do mercado interno para a leguminosa e uma diminuição de dependência do mercado externo do produto.

- a alimentação da população - reconhecidamente mal alimentada e sub-nutrida - fica enriquecida de proteínas de grande valor, que estão sendo utilizadas para a fabricação de rações destinadas à alimentação de animais.

Mesmo se custar para estes estudos determinarem, mais uma vez, a obrigatoriedade da mistura da farinha de soja à do trigo, ou mesmo do aumento do consumo de leite de soja na alimentação humana, o agricultor, que planta e colhe a soja, pode ir se adiantando às experiências oficiais e começar a preparar, em casa mesmo, sua farinha e seu leite. Veja como é fácil prepará-los e aprenda algumas receitas onde a farinha e o leite estão incluídos.

LEITE DE SOJA

Ingredientes: 1 copo de soja em grão; 3 copos de água; açúcar; cravo, canela e sal.

Modo de fazer: Escolha a soja, tirando os grãos escuros e defeituosos - Lave a soja - Deixe de molho durante 10 ou 12 horas - Depois desse tempo retire a casca dos grãos - Passe a soja pela máquina de moer duas vezes - Para cada copo de massa de soja junte 3 copos de água quente, coloque cravo e canela - Leve esta mistura ao fogo, tendo o cuidado de mexer sempre, para não grudar no fundo da panela - Depois de levantar ferver, deixe ferver durante 10 minutos - Passe o leite por um pano fino e limpo - Junte ao leite o açúcar, a gosto, e uma pitada de sal - Conserve o leite em lugar fresco e limpo.

O leite de soja pode substituir o leite de vaca em qualquer receita.

FARINHA DE SOJA INTEGRAL

Lave os grãos de soja limpos e inteiros; coloque-os em água quente, levando a ferver durante 20 minutos. É muito importante que antes dos grãos de soja entrarem em contato com a água eles não sofram qualquer dano ou estrago. Se isto acontecer, o seu gosto pode ser alterado. Depois de cozidos durante 20 minutos os grãos devem ser colocados no forno do fogão para secar. Cuidado para que a temperatura não seja muito alta a ponto de queimar os grãos ou ficar um torrado muito forte. Depois de secos os grãos são moídos como qualquer outro produto usado como farinha. Pode-se usar até mesmo o pilão ou o moedor de pimenta. Depois de moída, a farinha obtida deve ser peneirada para que se utilize a porção mais fina que se obtiver.

Com este processo de preparação se consegue uma farinha panificável com gosto neutro. Devido a sua alta porcentagem de óleo, a farinha de soja usada na fabricação de pães não exige o uso de gorduras que são indispensáveis na pre-

paração de pão doce e outros tipos de pães.

MACARRÃO DE SOJA

Ingredientes: 400 g de farinha de trigo; 100 g de farinha de soja; 4 ovos; sal.

Modo de fazer: coloque a farinha de trigo e de soja em uma bacia ou tigela - Junte os ovos à farinha - Dissolva o sal em um pouco de água fria - Misture os ingredientes - Sove bem a massa - Polvilhe a mesa com farinha de trigo - Abra a massa - Polvilhe a massa com farinha de trigo - Enrole a massa - Corte as fatias a gosto. Espalhe numa bandeja forrada com guardanapo. Deixe secar pelo menos 4 horas.

PANQUECAS DE BATATAS

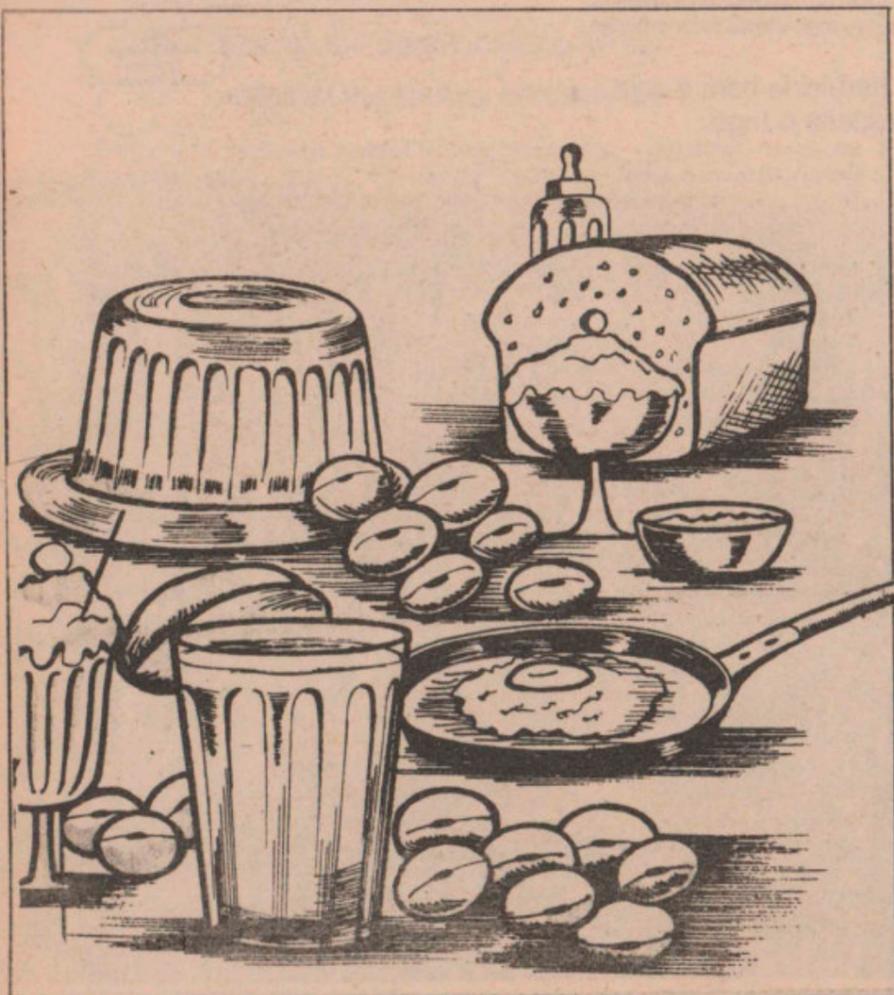
Ingredientes: 6 batatas cruas, descascadas e raladas; 1 ovo; sal; 1 colher de chá de margarina; 2 colheres de sopa de farinha de trigo; 2 colheres de sopa de farinha de soja; 1 colher de sopa de maizena; 1/2 cebola de cabeça média picadinha; pimenta; leite de soja.

Modo de fazer: Misturar todos os ingredientes e bater no liquidificador - Ir juntando o leite até conseguir massa um pouco mais grossa que a panqueca simples - Fritar até dourar - Servir quente com carne assada.

BOLO DE SOJA

Ingredientes: 3 colheres de sopa de manteiga - 3 colheres de sopa de farinha de soja torrada - 2 xícaras de açúcar - 1 xícara de leite - 2 xícaras de farinha de trigo - 1 xícara de maizena - 3 colheres de sopa de fermento em pó - 1 colher de sopa de chocolate em pó - 3 claras em neve - 3 gemas - raspa de limão.

Modo de fazer: Bater a manteiga com o açúcar, colocar as gemas, batendo bem - colocar o leite, aos poucos juntar os ingredientes secos - Juntar as claras em neve, o fermento e as raspa de limão - Colocar em forma untada e assar durante 30 minutos.



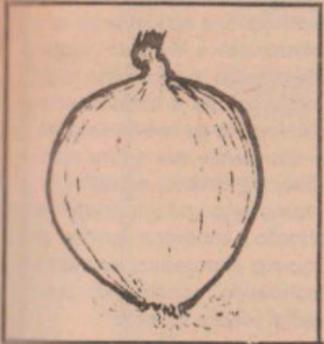
LAVOURA NO MÊS



HORTALIÇAS DIVERSAS

As hortaliças de inverno já citadas nas edições anteriores e que incluem quase todas as hortaliças usadas normalmente, podem ser perfeitamente semeadas durante o mês de maio. As sementeiras não têm muito a ver com as chuvas, pois são áreas pequenas, podendo muito bem serem molhadas com regadores manuais. As irrigações de sementeiras devem ser efetuadas de preferência à noite, molhando-se bem o solo. Jamais deve-se molhar somente a camada superficial, porque a ação do sol viria formar uma crosta prejudicial às plantas.

Antes de realizar o transplante das mudas (aconselhável logo após uma chuva) se recomenda deixar de molhar no mínimo um dia antes, para que dessa forma fiquem mais resistentes e suportem melhor o novo local para onde foram mudadas.



CEBOLA

A procura de semente de cebola por parte dos associados da Cooperativa tem aumentado bastante. Dois são os motivos que estão fazendo com que o associado procure semente: primeiro porque este ano o preço da semente está custando um pouco mais da metade do preço do ano passado e segundo motivo é a chance do produtor aumentar a área com

um produto que tem grande utilização culinária durante todo o ano.

Na época certa, o Departamento Técnico estará dando informações sobre a colheita e armazenagem da cebola. Pode-se informar desde já que é possível guardar a cebola por muitos meses mas cabe dizer também que para existir o produto para armazenar é preciso plantar. O plantio deve ser feito agora, pois do contrário a planta não terá boas condições para produção.

A variedade mais adequada para a nossa região é a Baía Periforme e pode ser encontrada para compra avulsa nas diversas Unidades da Cotrijuí, juntamente com o setor que comercializa produtos veterinários.



ALHO

O mês de abril, principalmente durante os primeiros dias, foi um período em que muitos produtores iniciaram as sementeiras de alho, embora as condições do tempo não tenham sido favoráveis, pois as escassas chuvas dos últimos dias, provocaram uma germinação muito desuniforme, prejudicando as condições gerais da lavoura.

Aqueles produtores que ainda não semearam podem esperar pelas próximas chuvas, pois o mês de maio é um período no qual o alho pode ser plantado sem trazer nenhum prejuízo ao rendimento final da lavoura.

Por outro lado, os produtores que têm condições de irrigar a lavoura, ou seja conduzir água por canal, ou outra maneira, até a área a ser plantada, devem fazê-lo para desta forma aproveitar a época de plantio e ganhar tempo no desenvolvimento da planta.

Os defensivos são venenos fortes. Busque a orientação de um técnico antes de aplicá-los.

Recados

Um alerta aos produtores de trigo: quem utilizar o Valor Básico de Custeio na faixa de produtividade 1.000 a 1.200 quilos por hectare (Cr\$ 9.396,00) precisará produzir 17 sacos por hectare só para pagar o financiamento de custeio. Quem ficar na faixa de 1.201 a 1.400 quilos (Cr\$ 10.483,00) deve colher um pouco mais para liquidar seu financiamento: 18,5 sacos por hectare.

A Unidade de Santo Augusto está comunicando aos seus associados que a seção de peças, ferramentas, eletrodomésticos e farmácia veterinária não está mais funcionando junto ao supermercado. Para prestar um melhor atendimento a seção foi transferida para um lugar mais amplo, com capacidade de manter um maior estoque de artigos. Agora o associado interessado poderá procurar geladeiras, fogões, medicamentos para animais, peças, etc, na seção junto ao armazém de insumos.

Apenas mini-produtores (aqueles que tiveram receita bruta inferior a 100 MVR, ou Cr\$ 192 mil, no ano passado) são atendidos pelo repasse de forrageiras para a produção de pastagem, através de uma verba do Banco Sul Brasileiro. Já para a produção de grãos, tanto de aveia como de centeio e azevém, o atendimento — este através do Unibanco — é para mini, pequenos, médios e grandes produtores. Além da produção de grãos, existe ainda a possibilidade de lotação para alimentação de animais. O repasse está disponível nos municípios de Dom Pedrito, Ijuí, Ajuricaba, Augusto Pestana, Coronel Bicaco, Chiapetta, Santo

Augusto e Vila Jóia.

Até o último dia 12 de maio, a Cotrijuí havia recebido e processado 8 milhões, 72 mil e 765 sacos de soja. Por região, até aquele dia, já haviam sido registrados 4 milhões 475 mil e 214 sacos em Ijuí, 75 mil e 38 sacos em Dom Pedrito e 3 milhões 522 mil e 512 sacos no Mato Grosso do Sul. Do total recebido, 7 milhões 548 mil e 456 sacos foram destinados à soja comércio e 542 mil e 309 sacos para soja semente.

Os produtores interessados no plantio de aveia para o comércio, deverão dirigir-se ao Departamento Técnico de sua Unidade, afim de efetuar sua inscrição e proposta para financiamento.

O plantio da lavoura de aveia para produção de grãos deve iniciar a partir do dia 15 de junho e a colheita, conforme recomendação técnica, deve ser feita antes que a planta esteja totalmente madura, para que ela seja secada na própria cooperativa. Outro detalhe importante, é que o produtor poderá entregar a sua produção à granel.

A Unidade de Ijuí está comunicando aos associados interessados de que dispõe de feno de alfafa para vender. O associado poderá adquirir o feno ao preço de Cr\$ 7,00 o quilo.

Ruben Ilgenfritz da Silva, presidente da Cotrijuí, foi distinguido pelo Governo Federal com a Ordem do Rio Branco, no grau de oficial. Esta é a segunda condecoração em importância no Brasil, logo após a Ordem do Cruzeiro do Sul.

DITHANE[®] M-45



Toda vez que alguém come um pedaço de bolo, uma bolacha, um pão, você também come um pedaço dos lucros. Dos lucros que o trigo lhe dá e só Dithane M-45 e Karathane[®] são capazes de garantir.

TRIGO	DITHANE M-45	COLHEITA
2 sacos de sementes/ha (+ boas práticas culturais)	3 aplicações de 2,5 kg/ha	22 a 25 sacos

Dithane M-45, o fungicida orgânico de largo espectro, garante que a Ferrugem da Folha, a Ferrugem do Colmo, a Septoriose e a Helmintosporiose não vão invadir sua lavoura de Trigo.

Dithane M-45, o pioneiro dos fungicidas do trigo, prova que nada é mais econômico que a qualidade.

*Karathane LC Fungicida específico para o combate do Oídio.



Fabricante de Dithane, Karathane, Blazer, Stam e Kalthane.

Este nome produz o milagre da multiplicação dos lucros.

A SOFRIDA REALIDADE DO HOMEM DO CAMPO

Durante o último fim-de-semana de abril — dias 26 e 27 — no auditório do Colégio Rosário, em pleno centro de Porto Alegre, cerca de 200 agricultores de 46 municípios gaúchos e catarinenses, contaram, ponto por ponto, a trágica e sofrida realidade vivida hoje pelo homem do campo no sul do Brasil. Eles participaram do Simpósio sobre Êxodo Rural, promovido pelas Comissões de Justiça e Direitos Humanos, Regional de Justiça e Paz, Pastoral da Terra, Frente Agrária Gaúcha e FETAG.

As denúncias por eles apresentadas, em discursos previamente preparados, passando por improvisos ou mesmo em forma de jogral, formaram um dos mais completos conjuntos de depoimentos feitos até hoje, numa só ocasião no estado por pequenos agricultores, posseiros, arrendatários e safristas.

Seus principais problemas foram assim resumidos: salários injustos para os peões das fazendas de gado; condições de alta insalubridade, com envenenamento de trabalhadores, devido à aplicação de inseticidas sem uso de máscaras e roupa especial; muitas horas extras de trabalho diário, sem pagamento; condições desumanas de moradia para os peões, enquanto o fazendeiro reside em grandes mansões; êxodo rural determinado pela preferência ao boi e à máquina, em prejuízo do peão e sua família; desinteresse e insensibilidade do governo em reassentar agricultores expulsos de Nonoi e Guarita; famílias traídas no Mato Grosso, a quem o governo prometeu água, escola, luz, casas e não cumpriu.

O relato prossegue: a falta de terra, que está concentrada na mão de poucos, como consequência da política do governo e dos interesses das multinacionais; concentração dramática do homem sem terra, expulso do campo, ao redor das cidades; irresponsabilidade do governo, reassentando mais de 100 famílias na colônia de Nova Esperança, em Bagé, sem realizar e cumprir o projeto que prometia poços artesianos, dez vacas leiteiras para cada família e condições de saúde, escola e produção agrícola; falta de pagamento por parte da Companhia de Seguros, de indenização dos prejuízos no plantio do fumo; destinação dos recursos fi-

nanceiros para incentivar o desenvolvimento turístico de Torres e o conseqüente abandono do meio rural, além da exploração política de preços da banana e da uva em Torres, Bento Gonçalves, Antonio Prado e Caxias do Sul; construção de barragens, com o desalojamento de centenas de famílias; ameaças de expulsão de proprietários de terras, em Viamão, por parte da Empresa Carlos Lubisco S/A.

NÚMEROS DO ABANDONO

"Temos hoje, no Brasil, 40 milhões de migrantes, ou seja, um em cada três brasileiros não está mais na terra que o viu nascer", disse o presidente da FAG Gentil Bonatto, na palestra de abertura do Simpósio. Ele prosseguiu citando mais números: "Em 1960, no Rio Grande do Sul, 72 por cento da população era rural. Dez anos depois, a percentagem baixou para 45 por cento. E, de 1967 até hoje, mais de um milhão de gaúchos foram empurrados do campo para as cidades que, em consequência, triplicaram suas populações, levando muitas administrações municipais às portas da falência, sem recursos para proporcionar as mínimas condições de saneamento, habitação, transportes e educação às periferias urbanas".

Numa mensagem enviada ao Simpósio por Bispos e Provinciais, reunidos em abril, em Viamão, há outros números: "Pelo cadastramento de terras no Estado, feito pelo INCRA, em 1978, sabe-se que desapareceram, no curto espaço de dois anos, nada menos que 61 mil pequenas propriedades rurais. Elas eram 434.536 em 1976, passando a 371.966, em 1978. Também as propriedades de média dimensão sofreram expressiva redução: de 32.348, em 1976, diminuíram para 22.378, em 1978. Os latifúndios, em contrapartida, que eram 81.289, em 1976, aumentaram para mais de cem mil em 1978. Considerando que, nos últimos dois anos desapareceram 60 mil minifúndios e que cada economia tem, em média, cinco pessoas, conclui-se que cerca de 300 mil pessoas ficaram sem terra nesse período".

Para o resto do Brasil, o quadro apresentado por Gentil Bonatto, não é diferente: "Em 1950, 18 milhões eram habitantes urbanos e 33 milhões rurais. Em 1970, sobre 93 milhões de brasileiros, 51 milhões habitavam as cidades e 41 mi-

lhões o campo. As projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, indicam que, em 1980, as cidades abrigarão dois terços da população, isto é, quase 80 milhões de habitantes, ficando o meio rural com 40 milhões".

CRÍTICAS AO MODELO E AOS INTELLECTUAIS

Além do relato de seus companheiros, os agricultores também ouviram, durante o Simpósio, a palavra de intelectuais, criticando-se a si mesmo e explicando as causas do êxodo rural no País. Assim foi com Ivo Poletto, secretário nacional da Comissão Pastoral da Terra: "A principal causa do abandono do campo é o próprio modelo econômico escolhido para o Brasil. Por isso considero uma blague quando se fala que o governo realiza programas para fixar o homem do campo na terra. Esses programas são de fachada, e não têm o objetivo efetivo de evitar o êxodo rural, porque a saída do homem do campo para as cidades é altamente necessária ao atual modelo econômico brasileiro".

E, ele mandou um recado aos intelectuais: "Não passamos de sem-vergonhas da História, porque os camponeses e os operários é que possibilitam nosso estudo. Por isso nosso conhecimento deve ser colocado a seu serviço. Mas, infelizmente, assim não pensam os administradores. É preciso aceitar a realidade: o povo já tem a sua idéia de como seria a sua sociedade. O problema é que o trabalhador ainda não acredita que pode realizar isso. Para o posseiro a terra é um bem comum e só se pode ficar nela produzindo".

O secretário nacional da Pastoral da Terra concluiu fazendo uma análise das funções básicas da agricultura dentro do modelo capitalista brasileiro: "A primeira função é produzir para exportar. A segunda é produzir bens alimentícios a baixo custo, para que o trabalhador da cidade possa se alimentar com seus baixos salários, tornando mais barata a reprodução de seu trabalho, e a última é liberar rapidamente mão de obra para as cidades, a fim de que se tenha o chamado "exército de reserva de mão de obra". Para ele, no entanto, o êxodo rural não é um problema do sistema, como o governo quer fazer acreditar, mas, ao contrário, um objetivo do próprio modelo econômico: "O sistema precisa de mão de obra barata, para que os lucros sejam cada vez maiores e, isto só se consegue com um grande número de pessoas desempregadas. Assim, aumentando cada vez mais o êxodo rural, aumenta o desemprego, porque é cada vez maior o número de pessoas nas grandes cidades que não têm qualificação para o trabalho urbano".

SOLIDARIEDADE E INJUSTIÇA

No final do encontro, os participantes aprovaram uma moção de apoio e solidariedade aos operários paulistas em greve há trinta dias e divulgaram um documento analisando "a situação de injustiça, provocada pelo atual modelo político-econômico, através dessas situações: no esvaziamento do meio rural e conseqüente aumento da marginalização social dos grandes centros urbanos, num propósito planejado pelo sistema para manter um exército de mão de obra barata para a indústria; na política de preços dos produtos destinados à alimentação, fixados em



Foto: L. E. Achutti (Coojornal)

Um grupo de Cachoeirinha canta os problemas de lá

um valor inferior ao custo de produção e que atinge, principalmente, os pequenos proprietários rurais, como meio de manter baixos os salários dos trabalhadores urbanos; na construção de barragens sem pagamento justo de indenizações e na situação de insegurança dos pequenos agricultores.

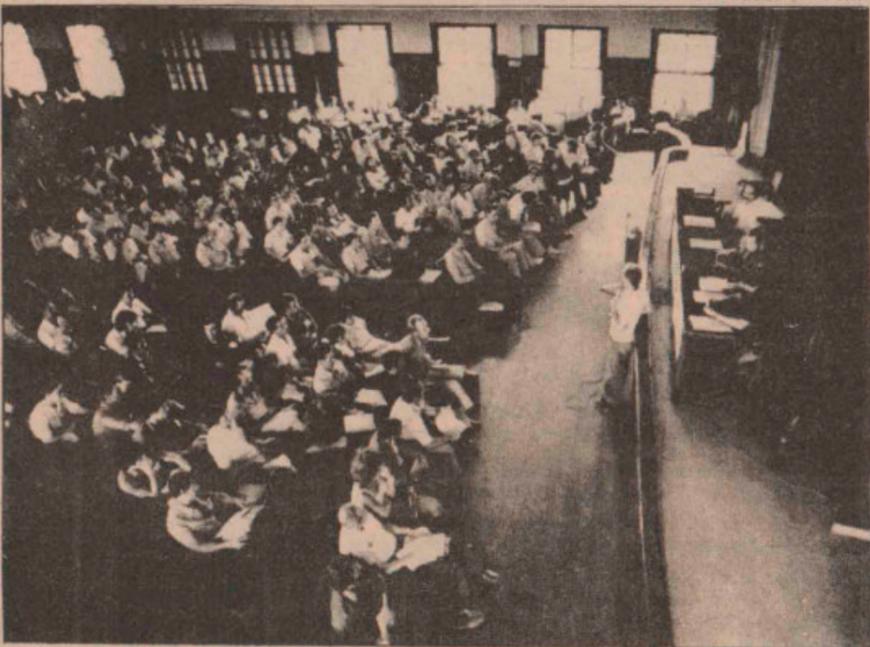
INTERESSES MULTINACIONAIS

"Esses poucos aspectos, parte de toda uma realidade de opressão, de sofrimento e miséria", prossegue o documento, "são frutos que têm sua principal causa no sistema capitalista, tanto em sua perspectiva nacional, como em sua projeção internacional, através do trilateralismo, que dirige e orienta os interesses das empresas multinacionais, de vez que os mecanismos de produção desse sistema são intrinsecamente injustos, pois toda a economia capitalista é voltada para o lucro e não para o homem".

"Daí porque", continua, "ao lado das lutas específicas dos agricultores, que servem de instrumento e meio de organização e conscientização, é necessário levar às bases, às organizações e comunidades rurais, o conhecimento de nossa verdadeira realidade e das causas que a vem mantendo, para que, no debate, na reflexão, possam eles, como responsáveis primeiros por sua libertação, encontrar juntos as soluções, propondo alternativas ao modelo político-econômico, construindo uma nova ordem social justa e fraterna".

O grupo decidiu então, levar suas comunidades a debaterem e estudarem um novo conceito e uma nova finalidade da destinação da terra, com reconhecimento do direito dos que nela trabalham; lutar pela mudança das organizações sindicais, que devem ser assumidas pelos próprios agricultores e transformadas em órgãos verdadeiramente representativos, acompanhando-os em suas lutas e promovendo novas lideranças; e buscar a elaboração de um novo Estatuto da Terra, a partir de reivindicações e idéias dos próprios agricultores, principalmente dos pequenos e dos sem terra.

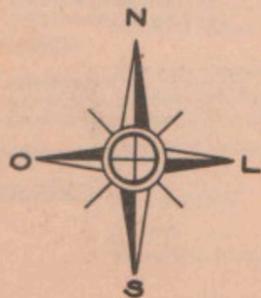
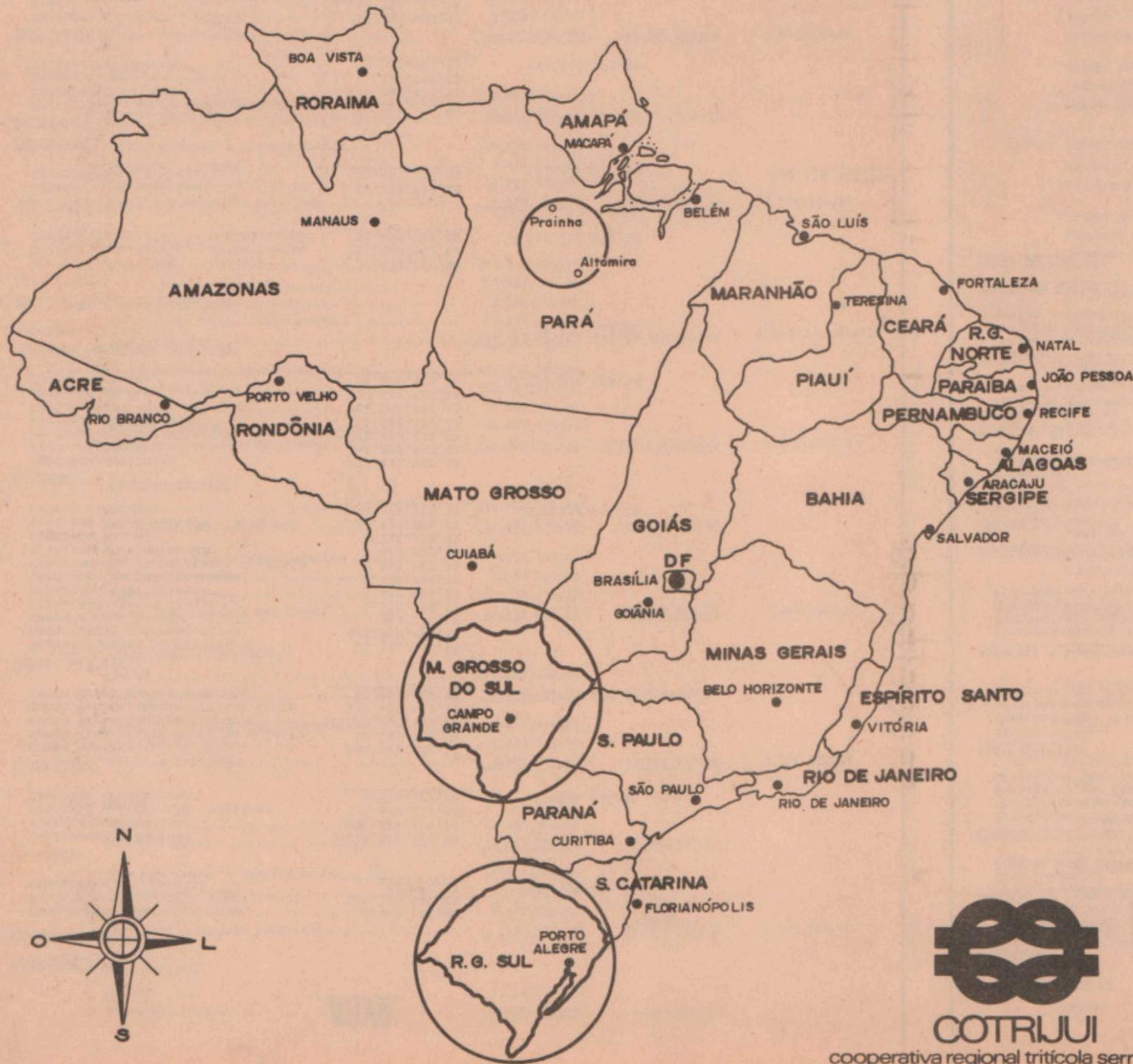
E, finalmente, propuseram que as entidades promotoras do Simpósio, junto com sindicatos e outras entidades ligadas aos trabalhadores rurais e pequenos agricultores, dêem cobertura jurídica à luta pelo reassentamento dos colonos em terras do Estado e na conservação das pequenas propriedades. (Coojornal)



Um plenário atento às denúncias dos problemas do homem rural

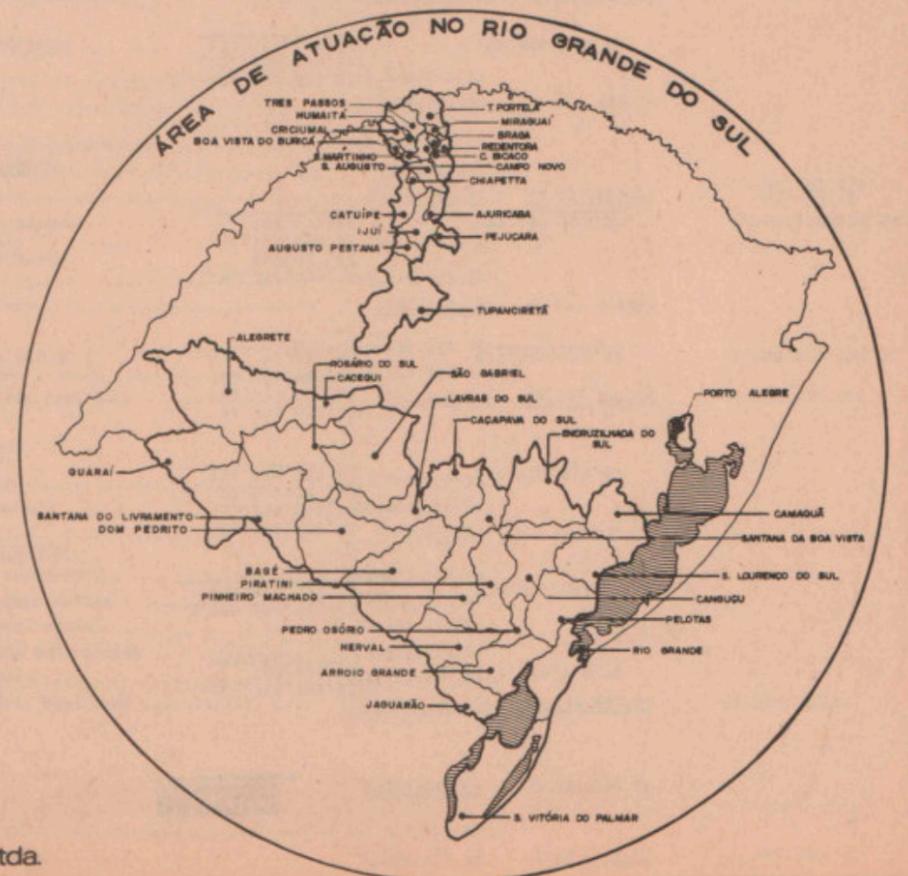
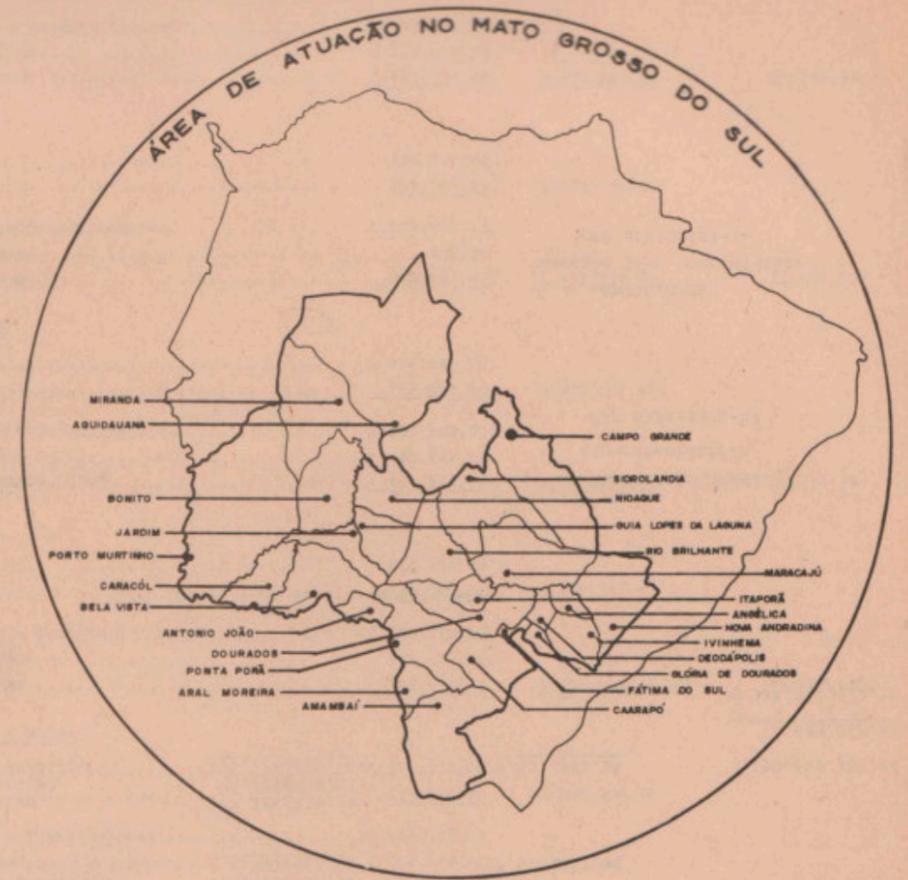
Caderno de Balanço

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 29.02.80



COTRIJUI

cooperativa regional tritícola serrana ltda.



ATIVO**CIRCULANTE****Disponibilidades:**

Bens Numerários	2.430.762,49		
Depósitos Bancários a Vista	285.765.147,75		
Numerários em Transito	109.531,02	288.305.461,26	

Cientes:

Duplicatas a Receber	258.851.466,08		
Titulos Descontados	(95.491.309,28)		
Provisão p/Créd. Liq. Duvidosa	(2.588.514,66)		
Cientes no Exterior	6.096.794,35	166.868.436,49	

Associados:

Conta Particular	505.680.857,73		
Conta Financiamento -Ração e Leite	10.041.350,86		
Conta Financiamento -Lavoura	1.007.207.956,28		
Conta Financiamento -Investimento	117.408.642,40		
Conta Promissórias a Receber	80.263.018,22	1.720.601.825,49	

Outros Créditos:

Representantes no Exterior	16.114.872,15		
Antecipação a Fornecedores	468.669.476,88		
Cheques em Cobrança	263.790,10		
Adiantamentos de Viagem	1.130.258,11		
Depositos Restituíveis	2.450.088,35		
Créditos Com Funcionários	3.473.793,73		
Créditos com Cooperativas Centrais	3.061.697,03		
Créditos de Armazenagem	5.489.821,05		
Créditos Fiscais	3.246.039,83		
Créditos Reembolsáveis -INCRA (2)	129.423.906,07		
Outros Créditos	4.170.957,79	637.494.701,09	

Estoques:

Produtos Agrícolas	222.232.089,51		
Produtos Pecuários	99.890.372,69		
Produtos Industrializados	182.388.456,07		
Produtos Beneficiados	10.348.529,45		
Mercadorias	744.895.965,15		
Comercio em Geral	21.637.317,26		
Outros Estoques	99.526.359,21	1.380.919.089,34	

Despesas Exercício Sequente:

Despesas Diferidas		70.183.912,85	4.264.373.426,52
--------------------	--	---------------	------------------

REALIZAVEL A LONGO PRAZO**Associados:**

Conta Financiamento - Lavoura	32.677.869,87		
Conta Financiamento - Investimento	151.348.392,68		
Conta Promissória - Capitalização	55.000.000,00	239.026.262,55	

Outros Créditos:

Empresas Subsidiárias	16.718.720,49		
Investimentos a Realizar	10.433.730,01	27.152.450,50	266.178.713,05

PERMANENTE**Investimentos:**

Participação em Empresas Subsidiárias	56.061.525,28		
Outras Participações	106.463.415,76		
Marcas e Patentes	330.044,23		
Cauções Permanentes	66.304,03	162.921.289,30	

Imobilizado:

Terrenos	78.804.658,37		
Predios	1.143.355.231,28		
Móveis e Utensílios	78.834.283,40		
Maquinas e Equipamentos	703.739.183,50		
Instalações	98.877.493,04		
Veículos	60.197.760,55		
Construções em Andamento	35.970.793,44		
Semoventes	175.761,92		
Depreciação Acumulada	(592.539.669,17)	1.607.415.496,33	

Diferido :

Despesas Pre Operacionais	32.576.754,55		
Benfeitorias Em Predios de Terceiros	1.085.133,64	33.661.888,19	1.803.998.673,82

TOTAL DO ATIVO

6.334.550.813,39

PASSIVO**CIRCULANTE****Associados:**

Contas Safras a Liquidar	166.716.788,82		
Conta Disposição	702.921,94	167.419.710,76	

Debitos de Financiamentos:

Financiamentos	2.780.250.380,67		
Contratos de Câmbio	154.040.562,08	2.934.290.942,75	

Obrigações Sociais e Tributárias:

Obrigações Tributárias	19.453.268,06		
Obrigações Sociais	13.199.075,44		
Obrigações com Pessoal	22.012.287,17		
Obrigações Diversas	124.093.779,80	178.758.410,47	

Outros Débitos

Títulos a Pagar	34.796.653,20		
Fornecedores	582.773.696,11		
Adiantamento de Clientes	60.000.000,00		
Provisão para Imposto de Renda	23.586,62	677.593.935,93	3.958.062.999,91

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Financiamentos (4)	1.080.246.025,76		
Associados Capital a Restituir	662.067,64		
Associados Telefonia Rural	11.133.996,00		
Provisão para Imposto de Renda	140.031,98	1.092.182.121,38	1.092.182.121,38
			82.461.014,18

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS:**PATRIMÔNIO LÍQUIDO****Capital Social: (3)**

Subscrito	444.423.223,27		
A Realizar	(292.963.744,10)		
Realizado por Capitalização	108.007.234,55	259.466.713,72	

Reservas de Sobras:

Fundo de Reserva	48.528.064,31		
Fundo de Desenvolvimento Econômico	58.976.309,75		
Fundo de Assistência Tec. Educ. e Social	2.503.483,88	110.007.857,94	

Reservas de Capital

Correção Monetária do Ativo	367.884.775,58		
Correção Monetária do Capital	96.426.579,94		
Sobras Inflacionárias a Realizar	365.376.510,76	829.687.866,28	1.199.162.437,94

SOBRAS DO EXERCÍCIO

2.682.239,98

TOTAL DO PASSIVO

6.334.550.813,39

IJUÍ (RS), 29 de fevereiro de 1.980.

RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA
Presidente
CPF 056268970-20

ARNALDO OSCAR DREWS
Vice-Presidente
CPF 028619400-34

CLÓVIS ADRIANO FARINA
Superintendente
CPF 010133350-15

ARI ZIMPEL
Tecnico Cont. CRC-RS 11222
CPF 008301860-34

DEMONSTRATIVO DE SOBRAS E PERDAS - 29.02.1980

1.- REGIÃO PIONEIRA			
1.1.- Trigo Indústria			
Vendas ao Banco do Brasil	414.055.552,18		
Vendas de Resíduos	561.916,46		
Secagem e Armazenagem	8.197.748,06		
Receitas de Custos	7.226.927,51		
Transferências	<u>13.928.937,88</u>	443.971.082,09	
Custo de Vendas e Transferências	423.227.503,76		
Custo de Armazenagem	13.808.082,58		
Despesas Indiretas	9.825.885,66		
Sobra Inflacionária Realizada	<u>(4.562.211,57)</u>	<u>442.299.260,43</u>	1.671.821,66
1.2.- Semente de Trigo			
Vendas	135.899.198,00		
Transferências	<u>13.600.715,81</u>	149.499.913,81	
Custo de Vendas e Transferências	130.070.202,67		
Despesas de Vendas	7.416.539,79		
Despesas Indiretas	11.572.503,09		
Sobra Inflacionária Realizada	<u>(1.536.305,08)</u>	<u>147.522.940,47</u>	1.976.973,34
1.3.- Soja Indústria			
Exportação	194.140.063,79		
Vendas Mercado Interno	55.403.109,86		
Operações em Bolsa	2.196.711,79		
Recuperação Juros S/Adiantamento	86.252.764,38		
Transferências	<u>1.229.997.694,00</u>	1.567.990.343,82	
Custo de Vendas e Transferências	1.401.476.162,23		
Despesas de Vendas	152.587.989,06		
Operações em Bolsa	6.006.359,02		
Despesas Indiretas	20.497.322,31		
Sobra Inflacionária Realizada	<u>(16.090.644,93)</u>	<u>1.564.477.187,69</u>	3.513.156,13
1.4.- Sementes de Soja			
Vendas	156.496.798,50		
Transferências	<u>31.481.560,50</u>	187.978.359,00	
Custo de Vendas e Transferências	158.462.733,94		
Despesas de Vendas	9.129.110,93		
Despesas Indiretas	19.039.475,77		
Sobra Inflacionária Realizada	<u>(1.932.057,27)</u>	<u>184.699.263,37</u>	3.279.095,63
1.5.- Sementes de Forrageiras			
Vendas	24.286.808,01		
Transferências	<u>7.777.427,62</u>	32.064.235,63	
Custo de Vendas e Transferências	22.693.958,08		
Despesas de Vendas	1.254.715,36		
Despesas Indiretas	<u>6.939.349,52</u>	<u>30.888.022,96</u>	1.176.212,67
1.6.- Milho			
Vendas	22.393.301,91		
Transferências	<u>29.967.796,79</u>	52.361.098,70	
Custo de Vendas e Transferências	41.305.885,74		
Despesas de Vendas	2.007.331,82		
Despesas Indiretas	8.134.783,68		
Sobra Inflacionária Realizada	<u>(459.662,49)</u>	<u>50.988.338,75</u>	1.372.759,95
1.7.- Feijão Preto			
Vendas	1.115.910,96		
Transferências	<u>2.821.446,15</u>	3.937.357,11	

Custo de Vendas e Transferências	3.163.995,79		
Despesas de Vendas	123.458,55		
Despesas Indiretas	<u>583.138,62</u>	<u>3.870.592,96</u>	66.764,15
1.8.- Cevada			
Vendas	359.970,00		
Transferências	<u>815.567,20</u>	1.175.537,20	
Custo de Vendas e Transferências	1.105.455,13		
Despesas de Vendas	136,00		
Despesas Indiretas	<u>58.313,87</u>	<u>1.163.905,00</u>	11.632,20
1.9.- Linhaça Comércio			
Vendas	3.030.062,15		
Transferências	<u>278.595,00</u>	3.308.657,15	
Custos de Vendas e Transferências	2.532.502,83		
Despesas de Vendas	245.602,67		
Despesas Indiretas	<u>466.510,90</u>	<u>3.244.616,40</u>	64.040,75
1.10.- Sorgo Comércio			
Vendas	607.170,52		
Transferências	<u>3.033.555,00</u>	3.640.725,52	
Custos de Vendas e Transferências	2.810.292,17		
Despesas de Vendas	133.470,36		
Despesas Indiretas	<u>612.295,55</u>	<u>3.556.058,08</u>	84.667,44
1.11.- Hortigranjeiros e Mudas			
Vendas	36.148.776,80		
Transferências	<u>9.811.517,96</u>	45.960.294,76	
Custo de Vendas e Transferências	37.986.346,93		
Despesas de Vendas	7.658.120,45		
Despesas Indiretas	553.981,69		
Sobra Inflacionária Realizada	<u>(330.484,65)</u>	<u>45.867.964,42</u>	92.330,34
1.12.- Bovinos - Gado Leiteiro			
Vendas	19.881.015,13		
Transferências	<u>27.400.423,03</u>	47.281.438,16	
Custo de Vendas e Transferências	42.886.353,02		
Despesas de Vendas	760.869,06		
Despesas Indiretas	<u>3.119.791,59</u>	<u>46.767.013,67</u>	514.424,49
1.13.- Leiteira			
Vendas	96.129.923,80		
Receitas de Custeio	<u>1.592.550,22</u>	97.722.474,02	
Custo de Vendas	95.638.290,38		
Despesas de Vendas	4.166.848,55		
Sobra Inflacionária Realizada	<u>(526.988,37)</u>	<u>99.278.150,56</u>	(1.555.676,54)
1.14.- Seção de Consumo			
Vendas de Insumos	442.530.060,28		
Vendas de Mercadorias	486.454.556,99		
Eventuais	<u>75.700,52</u>	929.060.317,79	
Custo de Vendas Insumos	293.473.474,50		
Custo de Vendas Mercadorias	366.173.165,85		
Despesas de Vendas Insumos	17.285.225,63		
Despesas de Vendas Mercadorias	55.812.800,77		
Despesas Indiretas	171.296.967,93		
Sobra Inflacionária Realizada	<u>(4.894.739,45)</u>	<u>899.146.895,23</u>	29.913.422,56
1.15.- Sacaria			
Vendas	9.385.749,50	9.385.749,50	
Custo de Vendas	7.614.862,47		
Despesas Indiretas	<u>1.516.160,40</u>	<u>9.131.022,87</u>	254.726,63

1.16.-	<u>Máquinas e Equipamentos Agrícolas</u>			
	Vendas	8.914.146,00		
	Transferências	7.275.899,00		
	Assistência Técnica	<u>796.943,21</u>	16.986.988,21	
	Custos de Vendas e Transferências	6.897.549,93		
	Despesas de Vendas	4.276.666,29		
	Despesas Indiretas	<u>4.985.835,16</u>	<u>16.160.051,38</u>	826.936,83
1.17.-	<u>Sêmen</u>			
	Vendas	1.371.116,20		
	Transferências	<u>49.012,00</u>	1.420.128,20	
	Custo de Vendas e Transferências	886.775,05		
	Despesas de Vendas	<u>608.372,32</u>	<u>1.495.147,37</u>	(75.019,17)
1.18.-	<u>Hospital Santa Terezinha</u>			
	Vendas Farmácia	5.400.774,16		
	Transferência Farmácia	329.582,36		
	Receitas Hospital	5.782.760,25		
	Receitas Eventuais	<u>129.059,48</u>	11.642.176,25	
	Custo de Vendas Farmácia	3.143.585,97		
	Despesas Hospital	8.283.596,67		
	Despesas Indiretas	612.295,55		
	Sobra Inflacionária Realizada	<u>(473.396,33)</u>	<u>11.566.081,86</u>	76.094,39
1.19.-	<u>Fábrica de Ração</u>			
	Vendas	7.169.456,00		
	Transferências	<u>44.081.512,18</u>	51.250.968,18	
	Custo de Vendas e Transferências	45.265.622,42		
	Despesas de Vendas	1.594.133,43		
	Despesas Indiretas	4.344.382,68		
	Sobra Inflacionária Realizada	<u>(669.900,47)</u>	<u>50.534.238,06</u>	716.730,12
1.20.-	<u>Fábrica de Óleo Ijuí</u>			
	Vendas Mercado Interno	268.711.908,26		
	Transferências	117.706.711,65		
	Operações em Bolsa	4.707.239,55		
	Eventuais	<u>3.050.355,82</u>	394.176.215,28	
	Custo de Vendas e Transferências	321.619.088,54		
	Despesas de Vendas	37.209.885,22		
	Operações em Bolsa	12.870.769,33		
	Despesas Indiretas	22.071.796,56		
	Sobra Inflacionária Realizada	<u>(3.394.162,39)</u>	<u>390.377.377,26</u>	3.798.838,02
1.21.-	<u>Departamento Técnico</u>			
	F.A.T.E.S.	33.066.879,17		
	Receitas Ordinárias	<u>3.410.528,10</u>	36.477.407,27	
	Despesas Ordinárias	<u>36.477.407,27</u>	<u>36.477.407,27</u>	-0-
1.22.-	<u>Departamento de Crédito</u>			
	Receitas Ordinárias	<u>97.113.541,16</u>	97.113.541,16	
	Despesas Ordinárias	90.876.048,46		
	Despesas Indiretas	<u>5.335.718,33</u>	<u>96.211.766,79</u>	901.774,37
1.23.-	<u>DAMS</u>			
	F.A.T.E.S.	566.867,48		
	Receitas Ordinárias	<u>31.420.739,52</u>	31.987.607,00	
	Despesas Ordinárias	<u>31.987.607,00</u>	<u>31.987.607,00</u>	-0-
1.24.-	<u>Centro de Treinamento</u>			
	F.A.T.E.S.	1.936.390,11		
	Receitas Ordinárias	<u>976.191,67</u>	2.912.581,78	
	Despesas Ordinárias	<u>2.912.581,78</u>	<u>2.912.581,78</u>	-0-

1.25.-	<u>Departamento de Transporte</u>			
	Receitas Internas	18.859.737,94		
	Rateios	<u>6.332.563,97</u>	25.192.301,91	
	Despesas Ordinárias	<u>25.192.301,91</u>	<u>25.192.301,91</u>	-0-
2.-	<u>REGIÃO RIO GRANDE</u>			
2.1.-	<u>Terminal</u>			
	Receitas Ordinárias	151.219.947,63		
	Receitas Extraordinárias	<u>3.415.010,88</u>	154.634.958,51	
	Despesas Ordinárias	140.035.612,88		
	Depreciações	14.014.042,10		
	Despesas Indiretas	14.610.402,35		
	Sobra Inflacionária Realizada	<u>(14.425.190,17)</u>	154.234.867,16	
	Provisão p/Imposto de Renda		140.031,98	
	F.A.T.E.S.		<u>260.059,37</u>	-0-
2.2.-	<u>Fábrica de Óleo Rio Grande</u>			
	Exportação	894.888.827,88		
	Vendas Mercado Interno	426.976.126,49		
	Vendas de Grão	242.377.997,39		
	Transferências	22.319.621,40		
	Taxa de Industrialização	34.369.930,10		
	Receita Financeira	<u>64.604.409,06</u>	1.685.536.912,32	
	Custo de Vendas e Transf. Prod. Indust.	1.373.411.618,01		
	Custo de Vendas de Grão	171.445.647,28		
	Despesas de Vendas	196.805.612,59		
	Sobra Inflacionária Realizada	<u>(24.964.957,61)</u>	<u>1.716.697.920,27</u>	(31.161.007,95)
2.3.-	<u>Colônia de Périas</u>			
	Receitas Ordinárias	<u>227.792,00</u>	227.792,00	
	Custo de Vendas	283.414,49		
	Despesas Ordinárias	<u>347.750,91</u>	<u>631.165,40</u>	(403.373,40)
2.4.-	<u>Manufaturados de Lã</u>			
	Vendas	17.039.549,37		
	Transferências	<u>3.281.748,70</u>	20.321.298,07	
	Custo de Vendas e Transferências	15.017.645,68		
	Despesas de Vendas	<u>2.568.723,31</u>	<u>17.586.368,99</u>	2.734.929,08
2.5.-	<u>Secção de Consumo</u>			
	Vendas	<u>5.199.548,87</u>	5.199.548,87	
	Custo de Vendas	4.271.047,88		
	Despesas de Vendas	<u>415.790,49</u>	<u>4.686.838,37</u>	512.710,50
3.-	<u>REGIÃO DOM PEDRITO</u>			
3.1.-	<u>Trigo Indústria</u>			
	Vendas ao Banco do Brasil	20.706.671,44		
	Secagem e Armazenagem	190.989,00		
	Receitas de Custeio	<u>482.113,19</u>	21.379.773,63	
	Custo de Vendas	20.632.470,79		
	Custo de Armazenagem	20.352,60		
	Despesas Indiretas	1.113.083,54		
	Sobra Inflacionária Realizada	<u>(476.095,89)</u>	<u>21.289.811,04</u>	89.962,59
3.2.-	<u>Sementes de Trigo</u>			
	Vendas	3.245.695,00		
	Transferências	<u>675.097,08</u>	3.920.792,08	

	Custo de Vendas e Transferências.....	3.306.572,12		
	Despesas de Vendas	83.023,29		
	Despesas Indiretas	573.666,14		
	Sobra Inflacionária Realizada	(87.322,95)	3.875.938,60	44.853,48
3.3.-	<u>Soja Indústria</u>			
	Vendas	129.432,20		
	Operações em Bolsa	941.447,91		
	Transferências.....	77.345.984,00	78.416.864,11	
	Custo de Vendas e Transferências.....	73.106.647,04		
	Despesas de Vendas	1.980.412,42		
	Operações em Bolsa	2.574.153,87		
	Despesas Indiretas	2.113.257,29		
	Sobra Inflacionária Realizada	(1.726.021,80)	78.048.448,82	368.415,29
3.4.-	<u>Sementes de Soja</u>			
	Vendas	16.094.562,00		
	Transferências	875,00	16.095.437,00	
	Custo de Vendas e Transferências	13.323.641,00		
	Despesas de Vendas.....	1.969.348,63		
	Despesas Indiretas	1.074.553,73		
	Sobra Inflacionária Realizada	(358.581,49)	16.008.961,87	86.475,13
3.5.-	<u>Sementes de Forrageiras</u>			
	Vendas	4.632.208,37		
	Transferências	1.242.755,60	5.874.963,97	
	Custos de Vendas e Transferências	4.589.973,77		
	Despesas de Vendas	66.889,36		
	Despesas Indiretas	1.125.926,82	5.782.789,95	92.174,02
3.6.-	<u>Milho</u>			
	Transferências	1.021.937,30	1.021.937,30	
	Custo de Vendas e Transferências.....	625.619,67		
	Despesas de Vendas	3.083,86		
	Despesas Indiretas	363.892,70	992.596,23	29.341,07
3.7.-	<u>CEVADA</u>			
	Vendas	17.460,00		
	Transferências	31.336,80	48.796,80	
	Custo de Vendas e Transferências.....	47.490,00	47.490,00	1.306,80
3.8.-	<u>ARROZ</u>			
	Vendas.....	90.409.702,56		
	Transferências.....	58.180.851,15		
	Eventuais	86.590,68	148.677.144,39	
	Custo de Vendas e Transferências.....	116.287.137,86		
	Despesas de Vendas	17.021.643,46		
	Despesas Indiretas	16.114.335,18		
	Sobra Inflacionária Realizada	(2.037.170,66)	147.385.945,84	1.291.198,55
3.9.-	<u>Sorgo</u>			
	Vendas	5.481,33		
	Transferências	1.983.883,29	1.989.364,62	
	Custos de Vendas e Transferências.....	1.695.972,43		
	Despesas de Vendas.....	72.504,15		
	Despesas Indiretas	205.492,35	1.973.968,93	15.395,69
3.10.-	<u>Sementes de Sorgo</u>			
	Vendas	1.470.176,17	1.470.176,17	
	Custo de Vendas	1.233.970,50		
	Despesas Indiretas	218.335,62	1.452.306,12	17.870,05

3.11.-	<u>Sementes de Feijão Preto</u>			
	Vendas	6.680,00	6.680,00	
	Custo de Vendas	6.680,00	6.680,00	-0-
3.12.-	<u>Sementes de Hortigranjeiros</u>			
	Vendas	94.315,60		
	Transferências.....	46.011,00	140.326,60	
	Custo de Vendas e Transferências.....	100.936,65		
	Despesas de Vendas	12.118,00		
	Despesas Indiretas	25.686,55	138.741,20	1.585,40
3.13.-	<u>Frigorífico</u>			
	Vendas.....	316.578.629,78		
	Transferências.....	30.452.804,53		
	Armazenagem	5.019.112,28		
	Eventuais	8.182.142,06	360.232.688,65	
	Custo de Vendas e Transferências.....	313.429.119,68		
	Despesas de Vendas	34.386.519,91		
	Despesas Indiretas	13.235.210,97		
	Sobra Inflacionária Realizada.....	(1.814.621,04)	359.236.229,52	996.459,13
3.14.-	<u>Frutos do País</u>			
	Vendas.....	1.280.581,96	1.280.581,96	
	Custo de Vendas	1.038.575,37		
	Despesas de Vendas	277.552,16	1.316.127,53	(35.545,57)
3.15.-	<u>Lã</u>			
	Vendas.....	47.197.963,65		
	Transferências	962.459,30	48.160.422,95	
	Custo de Vendas e Transferências	37.785.336,85		
	Despesas de Vendas	8.198.169,14		
	Despesas Indiretas	2.143.284,76		
	Sobra Inflacionária Realizada	(80.709,61)	48.046.081,14	114.341,81
3.16.-	<u>Secção de Consumo</u>			
	Vendas de Mercadorias.....	50.306.288,94		
	Vendas de Insumos	27.279.034,85	77.585.323,79	
	Custo de Vendas de Mercadorias	44.825.989,50		
	Custo de Vendas Insumos	20.447.275,75		
	Despesas de Vendas	8.593.622,09		
	Despesas Indiretas	3.598.594,83		
	Sobra Inflacionária Realizada	(145.277,30)	77.320.204,87	265.118,92
3.17.-	<u>Semen</u>			
	Vendas.....	2.705.464,68	2.705.464,68	
	Custo de Vendas	1.074.236,99		
	Despesas de Vendas	480.887,12		
	Despesas Indiretas	1.066.363,17	2.621.487,28	83.977,40
3.18.-	<u>Departamento de Crédito</u>			
	Receitas Ordinárias	452.593,25	452.593,25	
	Despesas Ordinárias	984.091,45	984.091,45	(531.498,20)
3.19.-	<u>Sacaria</u>			
	Vendas	1.053.591,60	1.053.591,60	
	Custo de Vendas	669.452,15		
	Despesas Indiretas	355.330,52	1.024.782,67	28.808,93
3.20.-	<u>Departamento Técnico</u>			
	F.A.T.E.S.....	5.300.586,74		
	Receitas Ordinárias	40.746,60	5.341.333,34	

	Despesas Ordinárias.....	5.341.333,34	5.341.333,34	-0-
3.21.-	<u>Departamento de Transportes</u>			
	Receitas Internas	60.818,00		
	Rateios.....	5.175,14	65.993,14	
	Despesas Ordinárias	65.993,14	65.993,14	-0-
4.-	<u>REGIÃO MATO GROSSO DO SUL</u>			
4.1.-	<u>Trigo Indústria</u>			
	Vendas ao Banco do Brasil.....	242.980.664,61		
	Vendas Residuais.....	495.695,77		
	Secagem e Armazenagem	4.830.760,42		
	Receitas de Custeio	9.910.360,00	258.217.480,80	
	Custo de Vendas	240.294.224,21		
	Custo de Armazenagem	198.728,57		
	Despesas Indiretas	17.649.915,39		
	Sobra Inflacionária Realizada	(1.622.311,49)	256.520.556,68	1.696.924,12
4.2.-	<u>Sementes de Trigo</u>			
	Vendas	14.400.750,00		
	Transferências	910.700,00	15.311.450,00	
	Custo de Vendas e Transferências.....	13.660.782,90		
	Despesas de Vendas	261.175,40		
	Despesas Indiretas	1.367.045,36		
	Sobra Inflacionária Realizada	(96.585,65)	15.192.418,01	119.031,99
4.3.-	<u>Soja Indústria</u>			
	Vendas	392.427.720,03		
	Operações em Bolsa	23.536.197,75		
	Transferências	405.016.002,00	820.979.919,78	
	Custo de Vendas e Transferências.....	650.451.938,96		
	Despesas de Vendas	97.024.689,20		
	Operações em Bolsa	64.353.846,65		
	Despesas Indiretas	13.004.824,11		
	Sobra Inflacionária Realizada.....	(5.012.631,47)	819.822.667,45	1.157.252,33
4.4.-	<u>Sementes de Soja</u>			
	Vendas	133.917.657,60		
	Transferências.....	38.626.714,00	172.544.371,60	
	Custo de Vendas e Transferências.....	142.981.281,60		
	Despesas de Vendas	13.124.187,05		
	Despesas Indiretas	16.096.780,09		
	Sobra Inflacionária Realizada	(1.084.542,24)	171.117.706,50	1.426.665,10
4.5.-	<u>Arroz</u>			
	Vendas	23.614.649,69		
	Transferências.....	4.004.304,57		
	Prestação de Serviços.....	659.208,90	28.278.163,16	
	Custo de Vendas e Transferências	22.459.679,43		
	Despesas de Vendas	2.945.417,14		
	Despesas Indiretas	2.805.663,76		
	Sobra Inflacionária Realizada.....	(177.619,37)	28.033.140,96	245.022,20
4.6.-	<u>Sementes Arroz</u>			
	Vendas	14.497.192,26		
	Transferências	7.242.300,50	21.739.492,76	
	Custo de Vendas e Transferências.....	18.280.715,28		
	Despesas de Vendas	568.366,37		
	Despesas Indiretas.....	2.784.191,85		
	Sobra Inflacionária Realizada.....	(135.874,73)	21.497.398,71	242.091,00

4.7.-	<u>Sementes de Forrageiras</u>			
	Vendas	321.104,00		
	Transferências.....	1.280.698,80	1.601.802,80	
	Custos de Vendas e Transferências	1.118.189,01		
	Despesas de Vendas	79.317,22		
	Despesas Indiretas	372.179,89	1.569.686,12	32.116,68
4.8.-	<u>Milho</u>			
	Vendas	2.120.460,95		
	Transferências.....	8.213.727,10	10.334.188,05	
	Custo de Vendas e Transferências.....	7.129.852,15		
	Despesas de Vendas	1.036.650,09		
	Despesas Indiretas	2.046.989,38		
	Sobra Inflacionária Realizada	(55.659,53)	10.157.832,09	176.355,96
4.9.-	<u>Feijão Preto</u>			
	Vendas.....	344.230,00		
	Transferências	183.600,00	527.830,00	
	Custo de Vendas e Transferências.....	373.808,33		
	Despesas de Vendas	9.874,94		
	Despesas Indiretas	143.146,12	526.829,39	1.000,61
4.10.-	<u>Departamento Técnico</u>			
	F.A.T.E.S.	3.651.887,91		
	Receitas Ordinárias	2.523.580,53	6.175.468,44	
	Despesas Ordinárias.....	6.175.468,44	6.175.468,44	-0-
4.11.-	<u>Secção de Consumo</u>			
	Vendas de Insumos	30.566.747,29		
	Vendas de Mercadorias	33.850.466,30		
	Vendas de Máquinas	7.969.012,00		
	Prestação de Serviços	66.600,00	72.452.825,59	
	Custo de Vendas	52.536.758,93		
	Despesas de Vendas	4.888.211,63		
	Despesas Indiretas	13.985.374,91		
	Sobra Inflacionária Realizada	(148.337,40)	71.262.008,07	1.190.817,52
4.12.-	<u>Sacaria</u>			
	Vendas	677.095,00	677.095,00	
	Custo de Vendas	420.748,30		
	Despesas Indiretas	236.191,09	656.939,39	20.155,61
4.13.-	<u>Departamento de Crédito</u>			
	Receitas Ordinárias	9.416.534,08	9.416.534,08	
	Despesas Ordinárias	8.215.558,17		
	Despesas Indiretas	1.106.473,14	9.322.031,31	94.502,77
5.-	<u>RECEITAS NÃO OPERACIONAIS</u>			
	Vendas de Bens do Ativo Amobilizado.....	3.891.124,01		
	Custo Vendas de Bens do Ativo Imobilizado.....	2.238.353,49	1.652.770,52	
	Eventuais		10.512,70	1.663.283,31
6.-	<u>RESULTADO DE COLIGADAS</u>			(24.518.038,50)
7.-	<u>SOBRA INFLACIONÁRIA</u>			177.084.835,86
8.-	<u>PROV. P/CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA</u>			
	Reversão		2.711.176,79	
	Formação		2.588.514,69	144.862,13

RESULTADO	184.102.086,36
9.- RESERVA DE SOBRA INFLACIONÁRIA A REALIZAR	(177.084.835,86)
10.- F.A.T.E.S. (Resultado de vendas de Bens do Ativo Imobilizado).....	(1.652.770,52)
11.- RESULTADO A DISTRIBUIR	5.364.479,98
12.- FUNDOS ESTATUTÁRIOS	
Fundo Desenvolvimento Economico (30% das Sobras Líquidas)	(1.609.344,00)
Fundo de Reserva (10% das Sobras Líquidas)	(536.448,00)
F.A.T.E.S. (10% das Sobras Líquidas)	(536.448,00)
13.- SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.....	2.682.239,98

IJUÍ (RS), 29 de fevereiro de 1.980.

RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA
Presidente
CPF 056268970-20

ARNALDO OSCAR DREWS
Vice-Presidente
CPF 028619400-34

CLÓVIS ADRIANO FARINA
Superintendente
CPF 010133350-15

ARI ZIMPEL
Técnico Cont.CRC-RS 11222
CPF 008301860-34

NOTAS EXPLICATIVAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - ALTERAÇÕES DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

1.1. -- ESTOQUES:

No presente exercício os estoques de almoxarifados, lojas e supermercados foram avaliados ao preço médio de aquisição, enquanto que no exercício anterior foi adotada a avaliação pelo valor da última entrada.

1.2. - DESPESAS FINANCEIRAS:

Neste exercício foram diferidos os encargos financeiros incidentes sobre financiamentos para adiantamentos a associados em observância ao princípio da competência dos exercícios. Tal prática representou uma alteração no resultado do exercício de Cr\$ 38.185.436,59.

1.3. - SOCIEDADES SUBSIDIÁRIAS:

O valor resultante da equivalência patrimonial das empresas subsidiárias, calculada em observância ao Decreto Lei 1598/77, foi no presente exercício considerado a débito de Sobras e Perdas no valor de Cr\$ 24.518.038,50. No exercício anterior a equivalência patrimonial apresentou resultado positivo sendo levado a conta de Fundo de Assistência Educacional e Social.

2 - CRÉDITOS REMBOLSÁVEIS INCRA

O valor constante desta rubrica refere-se a investimentos realizados pela COTRIJUI no Projeto Agro Industrial Canavieira Abrahan Lincoln PACAL -, localizado no município de Prainha, estado do Pará, referente a convênio mantido com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

NOTA 3

REGIÕES	Capital Integralizado Até 28/02/79	Capital Integralizado 01/03/79 a 29/02/80	Capital Integralizado 28/02/80	%
Região Pioneira	63.480.622,30	30.134.191,75	93.614.814,05	47,47
Dom Pedrito	10.330.564,64	11.601.179,71	21.931.744,35	112,30
Mato Grosso do Sul	13.545.745,77	22.367.175,00	35.912.920,77	165,12
TOTAL	87.356.932,71	64.102.546,46	151.459.479,17	73,38

VENCIMENTO	FINALIDADE	VALOR	VENCIMENTO	FINALIDADE	VALOR	VENCIMENTO	FINALIDADE	VALOR	VENCIMENTO	FINALIDADE	VALOR
B.R.D.E.			BADESUL			B.N.C.C.			B.N.C.C.		
CRP 76/184 A	Calcário	525.000,00	ER 014/78	Posto ref. Leite	536.880,00	EC 10.76/040	Escritório T. Portela	160.000,00	EC 79/01	Am. Dom Pedrito	2.550.000,00
31.07.82		1.750.000,00	31.08.82		156.590,00	11.05.81		200.000,00	1 parcela vencível 12.12.85		1.688.480,00
31.07.83		3.804.734,55	28.02.83		626.360,00	11.11.81		200.000,00	1 parcela vencível 12.06.86		16.888.480,00
			31.08.83		178.960,00	11.05.82		240.000,00			
CRP 76/004	Insumos	250.000,00	29.02.84		715.840,00	11.11.82		240.000,00	EC 79/020 - Construção armazém Mato G. do Sul		8.769.360,00
31.07.81		75.000,00	31.08.84		201.330,00	11.05.83		280.000,00	30.06.81		16.920.000,00
31.07.82		250.000,00	28.02.85		805.320,00	11.11.83		340.000,00	30.06.82		25.560.000,00
31.07.83		575.000,00	31.08.85		246.070,00	11.05.84		1.940.000,00	30.06.83		33.960.000,00
			31.08.86		984.280,00	11.11.84		200.000,00	30.06.84		42.480.000,00
CRP 76/013	Fertilizantes	500.000,00	28.02.87		268.440,00			200.000,00	30.06.85		51.000.000,00
31.07.81		150.000,00	31.08.87		1.073.760,00	EC 77/007	Antec. Cotas Capital	60.000,00	30.06.86		63.840.000,00
31.07.82		500.000,00	29.02.88		290.810,00	12.05.81		60.000,00	30.06.87		80.760.000,00
31.01.83		500.000,00	31.08.88		1.163.240,00	12.08.81		110.000,00	30.06.88		59.471.064,00
31.07.83		1.650.000,00	28.02.89		1.252.720,00	12.11.81		250.000,00	30.06.89		382.760.424,00
			31.08.89		335.550,00	12.05.82		70.000,00	EC-S/Nº	Gado Leiteiro	
CRP 76/012	Insumos	1.134.275,91	28.02.90		1.342.200,00	12.08.82		70.000,00	14 parcelas de Cr\$ 494.777,77 1º ven		6.926.888,78
31.07.81		527.145,52	31.08.90		11.073.150,00	12.11.82		120.000,00	cível em 23.03.81 e última vencível		
31.07.82		1.759.788,31				12.02.83		300.000,00	em 20.06.84		
31.01.83		1.142.340,75	CRP 77/001	Posto resfr. Leite		12.05.83		90.000,00			
31.07.83		4.563.550,49	17 parcelas de Cr\$ 170.000,00, a 1º ven		2.890.000,00	12.08.83		90.000,00	EC 78/022	Capital de Giro	
			cível em 30.06.81 e a última em 27.06.89			12.11.83		150.000,00	27.03.81		3.500.000,00
CRP 74/144	Armazém Ajuricaba	900.000,00	BANRISUL			12.02.84		380.000,00	27.03.82		4.000.000,00
15.07.81		1.021.000,00	NP S/Nº	Capital de Giro	360.000,00	12.05.84		110.000,00	27.03.83		5.000.000,00
15.01.82		1.921.000,00	30.12.81		500.455,30	12.08.84		110.000,00	27.03.84		6.000.000,00
			30.12.82		860.455,30	12.11.84		190.000,00	27.03.85		7.500.000,00
CRP 74/16	Armazém A. Festana	950.000,00	ER 76/051	Insumos	476.000,00	12.02.85		480.000,00	27.03.86		9.500.000,00
31.07.81		1.150.000,00	13.09.81			12.05.85		140.000,00	27.03.86		12.000.000,00
31.07.82		2.100.000,00	ER 76/170	Calcário		12.08.85		140.000,00	27.08.86		47.500.000,00
			18.10.81		54.784,50	12.11.85		240.000,00			
CC 3590/002	Armazém T. Portela	1.337.760,00	18.10.82		54.750,00	12.02.86		600.000,00	EC 79/017	Antec. Cotas Partes	
26.08.81		2.090.250,00	109.534,50			12.05.86		180.000,00	27.04.81		1.855.000,00
26.02.82		2.424.690,00	ER 76/116	Calcário		12.08.86		180.000,00	27.10.81		2.385.000,00
26.02.83		2.675.520,00	13.09.81		424.996,60	12.11.86		4.320.000,00	27.10.82		2.915.000,00
26.08.83		2.842.740,00	13.09.82		849.993,20	EC 77/016	Armazém Dom Pedrito		27.10.82		2.915.000,00
26.02.84		334.440,00	ER 75/030	Insumos	350.000,00	4 parcelas Cr\$ 230.000,00 1º vencível			27.04.83		2.915.000,00
26.08.84		501.660,00	17.09.82			em 12.07.81 e a última vencível em			27.10.83		3.445.000,00
26.02.85		585.270,00	ER 75/066	Calcário		12.01.83		920.000,00	27.10.84		3.445.000,00
26.08.85		14.548.140,00	31.08.81		450.000,00	4 parcelas Cr\$ 310.000,00 1º vencível			27.04.84		4.240.000,00
			ER 74/026	Insumos		em 12.07.83 e a última vencível em			27.10.85		5.300.000,00
CRP 78/001 FINEP	Safra/Preço	2.249.690,04	31.07.81		840.000,00	em 12.07.85 e a última vencível em			27.10.86		5.300.000,00
18 parcelas Cr\$ 124.982,78, a 1º em			ER 77/057	Calcário		21.01.85		1.240.000,00	27.10.86		6.360.000,00
10.03.81 e a última em 10.08.82			30.07.81		69.438,00	4 parcelas Cr\$ 380.000,00 1º vencível			27.04.87		6.360.000,00
8 parcelas Cr\$ 124.982,77, a 1º em			30.07.82		69.438,00	em 12.07.85 e a última vencível em					51.145.000,00
10.09.82 e a última em 10.04.83			30.07.83		208.314,00	3 parcelas Cr\$ 460.000,00 1º vencível			B.R.D.E. (POM)		
						em 12.07.82 e a última vencível em			CAPC/AP-110-5294/Financ. III 261		
			CRP-ER 79/001	Aquisição terneiros		12.07.88		5.060.000,00	Int. Capital IRFA		
			22.04.81 c/juros		79.061,06	EC 77/002	Trator/Carreta		83 prestações mensais de Cr\$ 95.238,10		
						05.07.81		35.000,00	vencendo a 1º em 10.10.82 e a última em		
			BANCO SULBRASILEIRO S.A.			05.12.81		35.000,00	10.08.89		
			ER 76/01	Fertiliz. Corretivos		05.12.81		82.000,00	1 prestação de Cr\$ 95.237,70 vencimento		
			30.06.81		271.135,55	EC 79/01	Armazém Dom Pedrito		em 10.09.89		
			31.06.81		3.193.142,12	12.06.81		450.000,00	CRP 76/132	Corretivos Fertiliz.	
			31.12.81		622.369,60	2 parcelas de Cr\$ 800.000,00 vencíveis			31.07.81		1.974.125,00
					4.086.647,27	em 12.12.81 e 12.06.82			31.01.82		224.125,00
						2 parcelas de Cr\$ 1.250.000,00 venci-			30.07.82		525.000,00
						veis em 12.12.82 e 12.06.83			31.07.83		67.240,00
						2 parcelas de Cr\$ 1.250.000,00 venci-			31.01.84		1.974.125,00
						veis em 12.12.83 e 12.06.84			31.07.84		224.125,00
						2 parcelas de Cr\$ 2.200.000,00 venci-			CRP 76/184 A	Calcário	
						veis em 12.12.84 e 12.06.85			31.07.81		1.529.734,55

PERCENTUAIS DAS DESPESAS

CONTA	TOTAL	% EM RELAÇÃO À DESPESA TOTAL	% EM RELAÇÃO À RECEITA BRUTA	% EM RELAÇÃO À RECEITA LÍQUIDA
Despesas Financeiras	391.230.917,27	26,0615	4,7089	25,9687
I.C.M. e Outros Impostos	306.454.214,10	20,4142	3,6885	20,3414
Salários, Honorários e Gratificações	213.894.286,53	14,2484	2,5745	14,1976
Fretes	115.891.089,39	7,7200	1,3949	7,6925
Depreciações.....	67.861.562,17	4,5205	0,8168	4,5044
Contribuições Previdenciárias	65.879.398,73	4,3885	0,7929	4,3729
Despesas de Carregamento	50.298.444,42	3,3506	0,6055	3,3386
Manutenção	42.823.641,21	2,8526	0,5155	2,8425
Assistência Social.....	35.997.985,51	2,3980	0,4333	2,3894
Despesas Diversas	24.005.905,15	1,5991	0,2889	1,5934
Despesas com Processamento de Dados	23.532.739,61	1,5676	0,2833	1,5620
Mão de Obra Contratada	18.522.043,73	1,2338	0,2229	1,2294
Luz, Água e Força	15.285.875,65	1,0182	0,1840	1,0146
Seguros	15.265.670,39	1,0169	0,1837	1,0133
Despesas com Veículos	13.837.903,03	0,9218	0,1665	0,9185
Material de Expediente	12.134.554,00	0,8083	0,1461	0,8055
Despesas de Viagem	12.088.556,45	0,8053	0,1455	0,8024
Portes e Comunicações	11.470.018,06	0,7641	0,1381	0,7613
Combustíveis e Lubrificantes	10.364.428,23	0,6904	0,1247	0,6879
Comunicações	9.630.205,95	0,6415	0,1159	0,6392
Desenvolvimento Recursos Humanos.....	6.626.664,85	0,4415	0,0797	0,4399
Publicações e Publicidade	5.026.772,06	0,3348	0,0605	0,3337
Despesas com Refeitórios	4.270.380,64	0,2845	0,0514	0,2834
Aluguel e Armazenagem	3.836.374,00	0,2556	0,0462	0,2546
Ajudas de Custo	3.756.101,06	0,2502	0,0452	0,2493
Despesas com Vistoria de Lavoras	3.749.923,17	0,2498	0,0451	0,2489
Doações	3.709.648,05	0,2472	0,0446	0,2462
Embalagem	3.328.140,66	0,2217	0,0401	0,2209
Despesas do Hospital	1.920.407,83	0,1279	0,0231	0,1275
Guarda, Segurança e Proteção do Trabalho ..	1.840.908,85	0,1226	0,0221	0,1222
Despesas com passagem Funcionários.....	1.513.689,81	0,1008	0,0182	0,1005
Insumos e Imunizantes	1.007.629,60	0,0671	0,0121	0,0669
Jornais, Revistas e Livros	959.017,97	0,0639	0,0115	0,0637
Consultoria Técnica.....	958.765,49	0,0638	0,0114	0,0636
Despesas de Exportação	878.416,39	0,0585	0,0105	0,0584
Contribuição Entidade de Classe	542.166,41	0,0361	0,0065	0,0361
Despesas com Excursões	442.706,09	0,0295	0,0053	0,0294
Despesas com Auditorias.....	174.946,20	0,0117	0,0021	0,0116
Ferências	141.242,03	0,0094	0,0017	0,0095
Despesas com Indigentes	30.962,28	0,0021	0,0003	0,0021
TOTAL	1.501.184.323,02	100,0000	18,0680	99,6439

13UII (MS), 29 de fevereiro de 1.980.

VENCIMENTO	FINALIDADE	VALOR	EC- 77/007	Amazônia Dom Pedro	Amazônia Dom Pedro
B.N.-C.C.	Supermercado Dom Pedro				
EC- 77/005 -					
2 parcelas de Cr\$ 165.000,00-30.03.81 e 30.09.81		330.000,00	5 parcelas de Cr\$ 512.000,00-1º em 26.03.81 e a última em 26.07.81		2.560.000,00
2 parcelas de Cr\$ 275.000,00-30.03.82 e 30.09.82		550.000,00	5 parcelas de Cr\$ 576.000,00-1º em 26.03.82 e a última em 26.07.82		2.800.000,00
2 parcelas de Cr\$ 330.000,00-30.03.83 e 30.09.83		660.000,00	5 parcelas de Cr\$ 704.000,00-1º em 26.03.83 e a última em 26.07.83		3.500.000,00
2 parcelas de Cr\$ 385.000,00-30.03.84 e 30.09.84		770.000,00			8.960.000,00
2 parcelas de Cr\$ 440.000,00-30.03.85 e 30.09.85		880.000,00			
2 parcelas de Cr\$ 495.000,00-30.03.86 e 30.03.86		990.000,00			
30.03.87		550.000,00			
30.09.87		322.387,08			
		5.052.387,08			
EC- 78/024	Refinaria Rio Grande				
14 parcelas de Cr\$ 3.153.575,21 vencíveis semestralmente a 1º em 31.12.81 e a última em 31.12.88, sendo a última de Cr\$ 3.153.575,22.		47.303.628,16			
VG- 75/30-320	Subscrições Ações				
10 parcelas de Cr\$ 9.800,00, vencíveis semestralmente a 1º em 26.06.81 e a última em 26.12.85.		98.000,00			
VG- 73/085-100	Subscrições Ações				
7 parcelas de Cr\$ 4.130,48, vencíveis semestralmente a 1º em 30.06.81 e a última em 30.05.84		28.913,36			
VG- 77/48	Subscrições Ações				
16 parcelas de Cr\$ 5.100,00, vencíveis semestralmente, a 1º em 12.07.81 e a última em 12.01.80.		81.600,00			
VG- 5/NO	Subscrições Ações				
7 parcelas de Cr\$ 3.250,00, vencíveis semestralmente, a 1º em 11.05.81, a última em 11.05.84, e mais uma de Cr\$ 3.000,00, vencível em 11.11.84		25.750,00			
VG- 5/NO	Subscrições Ações				
16 parcelas de Cr\$ 9.800,00, vencíveis semestralmente, a 1º em 16.06.81, a última em 16.12.88, e mais uma de Cr\$ 9.600,00, vencível em 16.06.89		166.400,00			
VG- 75/200 a 214	Subscrições Ações				
9 parcelas de Cr\$ 76.250,00 vencíveis semestralmente, a 1º em 26.08.81 e a última em 26.08.85.		686.250,00			
EC- 77/023	Amazônia Santo Augusto				
16.06.81		245.000,00			
16.12.81		245.000,00			
16.06.82		368.000,00			
16.12.82		368.000,00			
16.03.83		368.000,00			
16.12.83		368.000,00			
16.04.84		490.000,00			
16.12.84		490.000,00			
16.06.85		490.000,00			
16.12.85		490.000,00			
16.06.86		612.000,00			
16.12.86		612.000,00			
16.06.87		612.000,00			
16.12.87		612.000,00			
16.06.88		735.000,00			
16.12.88		735.000,00			
16.12.89		570.037,15			
		9.145.037,15			
EC- 10.75/015	Máquinas Plantadeiras				
31.01.82		32.000,00			
EC- 10.75/044	Ampliação Vila Jôia				
4 parcelas de Cr\$ 595.000,00 1º vencível em 26.12.81 e a última em 26.06.83		2.380.000,00			
5 parcelas de Cr\$ 685.000,00 1º vencível em 26.12.83 e a última em 26.06.85		2.740.000,00			
Parcela vencível em 26.12.85 c/Juros.		1.035.000,00			
		6.590.000,00			
EC- 10.72/118	Admin. Corrento Sede				
6 parcelas de Cr\$ 72.500,00 a 1º vencível em 30.06.81 e a última em 30.12.83		435.000,00			
Parcela vencível em 30.06.84		74.209,30			
3 parcelas de Cr\$ 72.500,00 a 1º vencível em 31.12.84 e a última em 31.12.85		217.500,00			
		726.709,30			
EC- 10.75/024 -	Construção Nova Sede				
9 parcelas de Cr\$ 152.700,00 a 1º vencível em 30.06.81 e a última em 31.05.86		1.374.300,00			
EC- 10.75/025	Construção Nova Sede				
9 parcelas de Cr\$ 120.500,00 a 1º vencível em 30.06.81 e a última em 31.05.86		1.084.500,00			
EC- 10.72/117	Construção Vila Jôia				
6 parcelas de Cr\$ 134.000,00 a 1º vencível em 30.06.81 e a última em 30.12.83		804.000,00			
1 parcela vencível em 31.05.84		132.813,00			
3 parcelas de Cr\$ 134.000,00 a 1º vencível em 31.05.84 e a última em 31.05.87		402.000,00			
		1.338.813,00			
EC-10.74/054 -	Construção Nova Sede				
9 parcelas de Cr\$ 56.000,00 a 1º vencível em 30.06.81 e a última em 31.05.86		504.000,00			
EC - CRP 77/01	Selecionadr de Grão				
1 parcela vencível em 15.07.81		20.000,00			
1 parcela vencível em 15.07.82		8.000,00			
		28.000,00			

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina o Artigo 52º do Estatuto Social da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda., reuniu-se nesta data o Conselho Fiscal desta entidade, a fim de proceder ao exame do balanço, demonstrativo de sobras e perdas e todos os documentos referentes ao exercício encerrado em 29 de fevereiro de 1.980, inclusive o levantamento dos saldos em caixa. Tendo sido assessorado pela empresa NARDON & NASI – Auditores Independentes e, tendo examinado todos os documentos, encontramos tudo em ordem e emitimos o nosso parecer favorável, recomendando à Assembléia Geral a sua aprovação.

Ijuí (RS), 15 de maio de 1980

Dari Bandeira Antoninho Boiarski Lopes Alevino Righi

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

14 de maio de 1.980

Ilmos. Srs.
Conselheiros da
COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.
IJUI – RS

Examinamos o Balanço Patrimonial anexo, da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. – COTRIJUI, levantado em 29 de fevereiro de 1.980 e a respectiva demonstração do resultado econômico do exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e, conseqüentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado econômico acima referidos, representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. – COTRIJUI, em 29 de fevereiro de 1.980 e o resultado de suas operações correspondentes ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados de maneira uniforme em relação ao exercício anterior, exceto ao descrito na nota 1 com o que concordamos.

NARDON & NASI – AUDITORES INDEPENDENTES
CGC MF 92.838.150/0001 – CRC-RS 542 – OCB 015

ARTHUR NARDON FILHO
Responsável Técnico
Contador CRC-RS 13.866
CPF 004036440-20
Membro do IAIB 07

**A Cotrijui
está
apresentando
uma nova
alternativa de
lavoura
e de
mentalidade.
Policultura
na terra e na
idéia.**

É tempo de encarar a realidade da agricultura nacional e do pensamento do homem do campo: ambos estão precisando da policultura.

A Cotrijui acredita que através da policultura fica mais fácil melhorar o panorama das nossas safras e da vida do agricultor.

Para isso, quem tem terras deve diversificar sua lavoura e os seus interesses. Plantar de tudo e comercializar de tudo.

Logo a policultura dará os resultados que trarão novos tempos: aumento da produção em solos não exauridos e mais alimentos para a mesa brasileira.

Para o País isso é ótimo: ele terá menos problemas a resolver e mais cereais, carne, verduras, frutas e legumes.

Para o produtor, a certeza de maior segurança e a garantia de sobrevivência.

Policultura. Não é apenas uma palavra.

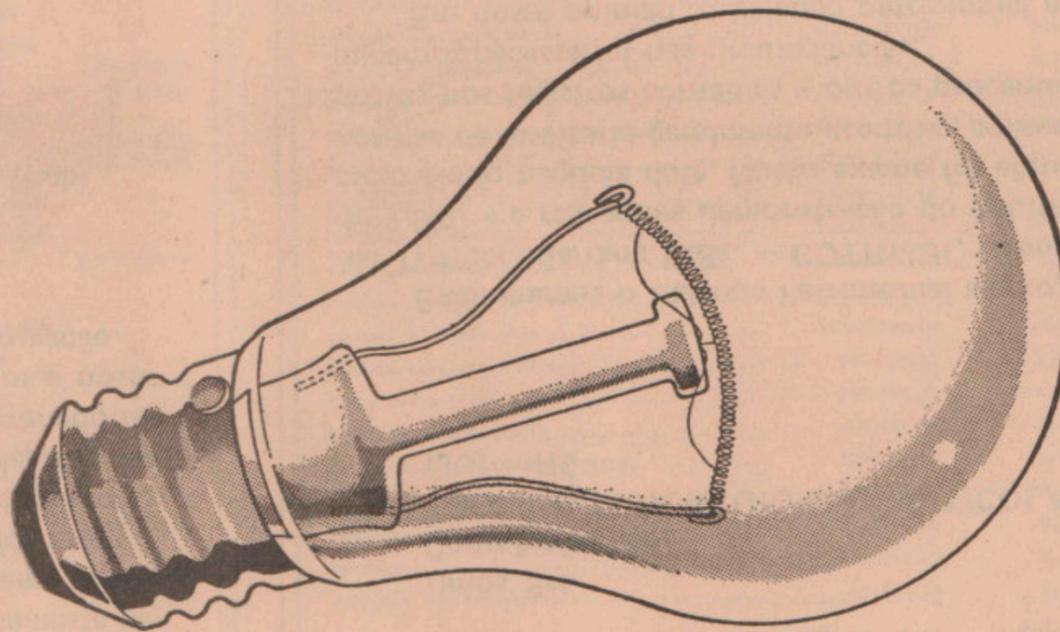
É uma estratégia necessária para tornar este País grande pelo que planta.

Se o Cooperativismo já fazia o impossível por essa meta, imagine agora com a policultura.



COTRIJUI
A FORÇA DA UNIÃO.

Respeito ao Homem, à Terra e ao Futuro.
Policultura é Isso.





SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

Certa vez um pai e um filho foram pescar. O pai pegou um lindo peixe. Que alegria para os dois! que bom, papai pescar um peixe, pensou o menino. Eles foram para casa levando o peixe no balde e o menino foi olhando e cuidando. Chegaram em casa, papai colocou o peixe na mesa e o menino estava observando.

Mais tarde voltaram para o rio e levaram o peixe consigo. Foram colocá-lo em seu viveiro pois acharam injusto deixá-lo fora de seu ambiente. (IZOLDI GLITZ).



COLABORAÇÃO: IZOLDI GLITZ

AVES

Entre as letras do diagrama aparecem os nomes de várias aves. Cada nome forma um "L" mas a sua armação é feita separando as sílabas da palavra (assim como feito com cis-ne). Ligue os pontos que cercam as letras formadoras das seguintes aves:

P	A	V	E	S	I	C	O	A	T
O	R	A	L	T	A	I	A	V	I
R	A	R	A	R	T	S	N	E	O
G	S	U	L	U	A	R	A	S	I
A	L	O	B	Z	U	C	T	I	S
T	I	R	A	T	R	O	Z	R	A
A	I	P	P	C	A	L	O	S	O
N	N	O	A	T	O	I	B	R	I
D	I	M	B	A	U	S	A	L	O
O	R	I	N	H	A	A	B	I	A

- PATO
- GALO
- ARARA
- POMBA
- CISNE
- SABIA
- COLIBRI
- ALBATROZ
- AVESTRUZ
- ANDORINHA



Alô amiguinhos!
Nós estamos muito contentes. Sabem por quê? Porque estamos recebendo colaboração de muitas crianças.

LIANE BEATRIZ LIBARDI — 13 anos — Ponte do Ijuzinho — Augusto Pestana — a mensagem e o passa tempo que você fez, estão na última página. Continue.

SIDENARA SASSO — Vila Floresta — Ijuí — a história que você fez sobre os quadrinhos em sequência do COTRISOL do mês de abril. — também se encontra na última página. Você viu? não esquecemos a colaboração que você enviou.

FERNANDO GARROS — 9 anos — Ijuí — a anedota que você enviou — está publicado. Continue colaborando, tá?

IZOLDI GLITZ — você esqueceu de colocar o nome do lugar onde você mora. Mesmo assim estamos publicando sua cartinha. Escreva sempre.

Você, que também está com vontade de colaborar mande sua cartinha para o COTRISOL — COTRIJORNAL (COTRIJUÍ) Rua das Chácaras nº 1513 — 98.700 — Ijuí — RS.

Até o próximo número. Tchau!

CRIANÇAS PARTICIPAM...

Mensagem aos estudantes (Liane B. Libardi)

Uma sociedade democrática é requisito fundamental que o indivíduo esteja capacitado para saber o que pensa, dizer o que sente e ajudar o meio que o rodeia contribuindo assim para o desenvolvimento de seres realmente humanos dentro de um mundo tão rico em oportunidades.

A gratidão e o desejo que colabore sempre, porque sua vida mais do que nunca exige coragem e autenticidade.

SIDENARA SASSO, DE VILA FLORESTA - IJUÍ, enviou para o COTRISOL A HISTÓRIA em sequência do nº anterior. "Um senhor pegou um peixe, levou-o para casa para comer. Seu filho Paulinho chorou porque não queria que o matasse. O pai levou para o riacho e o menino ficou faceiro. Em seguida veio um peixe maior e o engoliu. Daí o pai pegou o peixe e o levou para casa."

PASSATEMPO

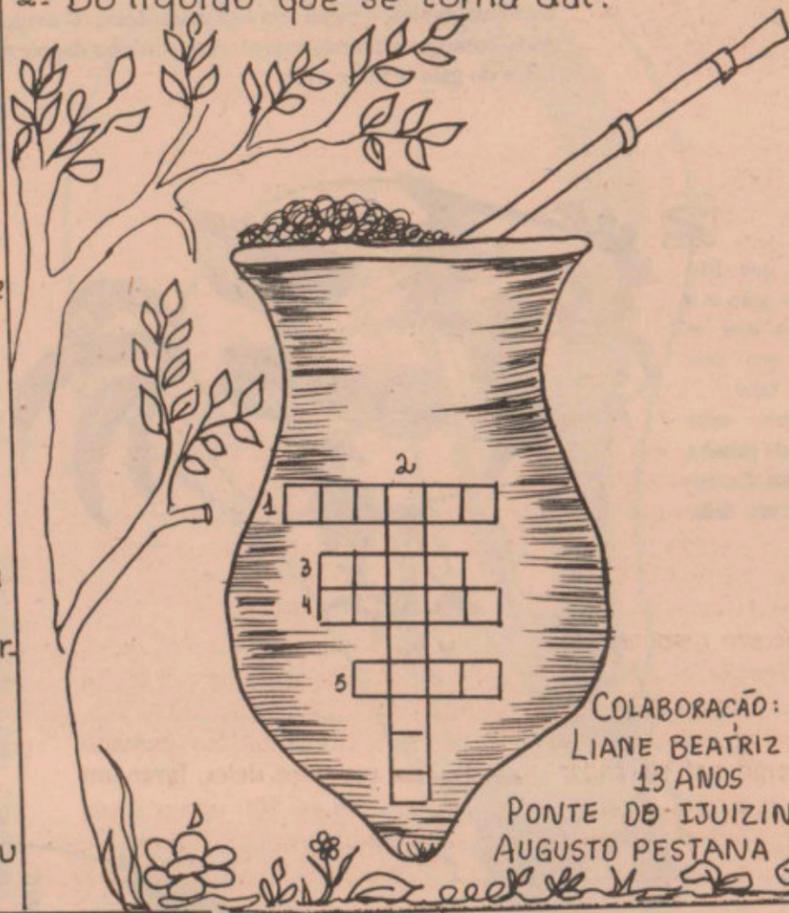
Se você conhece as coisas do Rio Grande do Sul, vai acertar todas estas cruzadinhas. Vamos lá.

HORIZONTALS

1. Natural do Rio Grande do Sul
3. Nome deste porongo
4. Nome do canudo
5. Da planta que enche o porongo

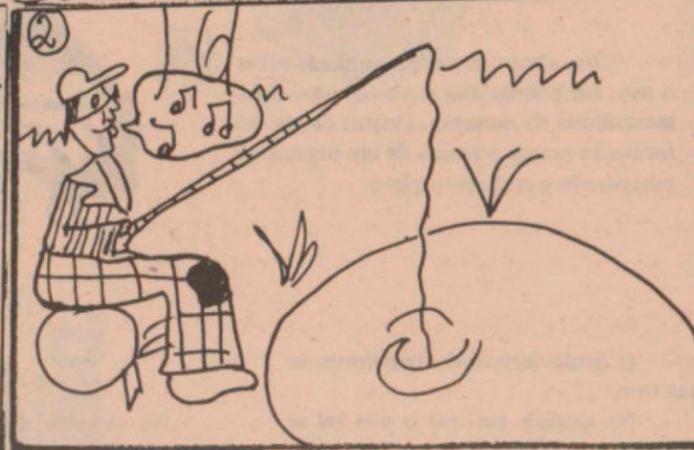
VERTICAL

2. Do líquido que se toma daí.



COLABORAÇÃO:
LIANE BEATRIZ LIBARDI
13 ANOS
PONTE DO IJUIZINHO
AUGUSTO PESTANA

O PEISSADOR



Colaboração de Fernando Garros - Ganos - IJUÍ

Como se nasce

A história que vamos contar é sobre a vida dos seres vivos. Você já pensou alguma vez de onde vem os bebês, plantas, os animais? Já imaginou por acaso como foi que você nasceu?

Quando sua vida começou, você era muito, muito pequeno — menor ainda que o pontinho feito por um lápis.

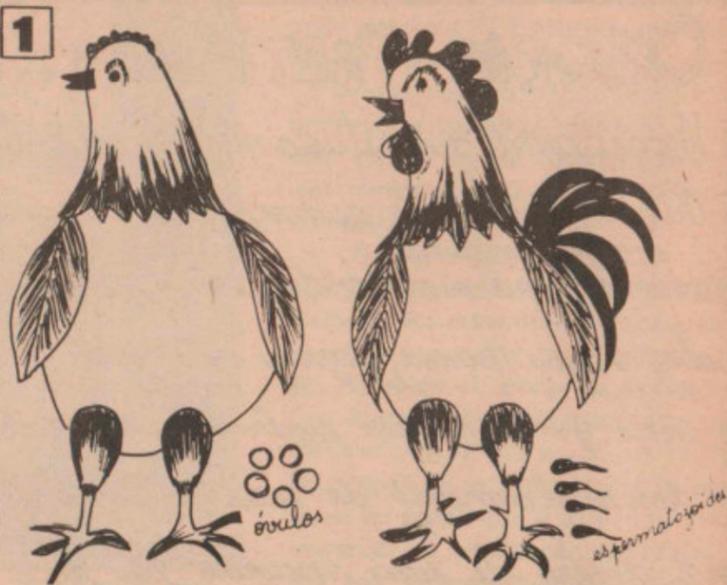
Muitas coisas vivas neste mundo, até mesmo você, tem seu começo num ovo muito pequeno.

Alguns animais como, a galinha (e todas as aves), alguns insetos, o jacaré, a tartaruga, o peixe e o sapo botam os ovos para depois estes se transformarem em seres semelhantes a eles.

Noutros, assim como você, o cão o gato, a vaca, o porco o cavalo, etc, o ovo (óvulo) se transforma e se reproduz dentro da barriga da mãe.

Como já foi dito a galinha se reproduz botando ovos. Mas como isto acontece?

Assim como você, o pintinho tem sua mamãe e seu papai. A mãe tem óvulos, o papai tem espermatozóide. O óvulo da galinha — só pode começar a transformar-se num pintinho depois que o espermatozóide do galo se junte a ele.



2

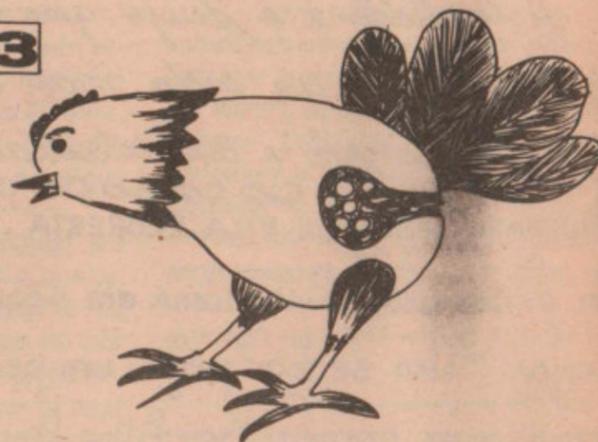
Para que isto aconteça o galo e a galinha vão usar as aberturas que têm debaixo do rabo.

O galo sobe nas costas da galinha e encosta sua abertura na abertura dela.



3

Depois que os espermatozoides entram no corpo da galinha, eles começam a nadar até os óvulos. Alguns óvulos os recebem, outros não. Quando um espermatozóide entra dentro de um óvulo, começa uma transformação que se chama fecundação.



4

Com a ação do calor e umidade sobre o ovo, em poucos dias acontece uma coisa maravilhosa da natureza. Dentro do ovo há formação pouco a pouco de um organismo complicado e perfeito: o pinto.



O óvulo fecundado transforma-se em ovo.

Na medida em que o ovo vai se desenvolvendo para tornar-se um pintinho, forma-se em torno dele uma casca para protegê-lo. Dentro de um ou dois dias a galinha põe o ovo no ninho. O ovo sai da galinha pela mesma abertura por onde entraram os espermatozoides.

A galinha vai então chocar o ovo.

No segundo dia de incubação já aparece um coração muito simples que começa a pulsar, bem como vasos sanguíneos (parte do coração), já se podendo distinguir a cabeça, com olhos.

No terceiro dia, começam a se formar as asas e as pernas.

No quinto dia, o embrião já se move um pouco, e aparecem o bico e os primeiros ossos. Os vasos sanguíneos envolvem o embrião.

No nono dia, percebemos as penas.

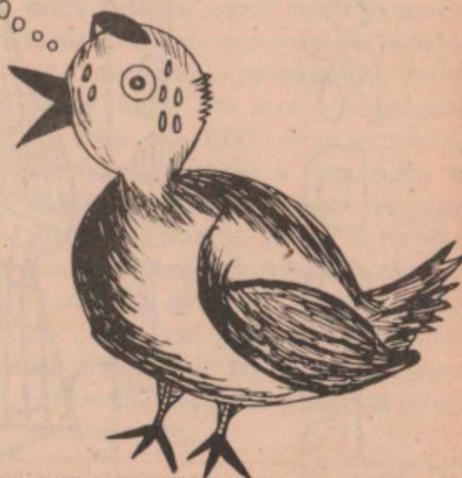
No décimo quarto dia o embrião está quase completo e se movimenta livremente dentro do ovo. Até este momento ele se alimentou da clara. Do décimo quarto dia em diante, o embrião usa a gema também como alimento.

No vigésimo ou vigésimo primeiro dia o pinto enfia na membrana da casca o seu bico, rompendo a câmara de ar e começa a respirar o ar pelos pulmões.

Chega finalmente, o momento em que o pinto rompe a casca e sai do ovo. É um trabalho difícil este. O pintinho começa bicando a casca, até furá-la. Depois coloca os pés na ponta fina do ovo e com a cabeça faz força contra a parte bica da casca, até conseguir arrebentar a casca do ovo e tem então a saída livre. Ao sair do ovo, o pintinho está completamente molhado, mas logo seca.

Ufa! Ufa!!!
Até que enfim consegue sair do ovo!!!
Deu um trabalhão, pois a casca estava dura

6



Nós as aves
somos muito importan-
tes para o homem:
Fornecemos ovos, carnes,
penas, adubos.
Alegramos a
matúreza com
o nosso canto.



CURIOSIDADES

O avestruz pelo seu aspecto é também chamado de "ave camelo". Quando ela pressente o perigo, abaixa a cabeça e a cauda para se parecer um arbusto.

* Os pássaros são verdadeiros artesões para construir seus ninhos. Estes possuem as mais diferentes formas e na sua confecção são usados os mais diferentes materiais.

* As aves são muito inteligentes. As vezes usam pedaços de galhos para forçar os bichinhos, que são seus alimentos, sair das tocas.

* As aves fornecem carne de fácil digestão e muito saborosa, além dos ovos bastante ricos em proteínas.

* Sem as aves o número de insetos, ratos, cobras, etc., cresceria de uma forma desastrosa.

* Muitas aves efetuam a polinização.

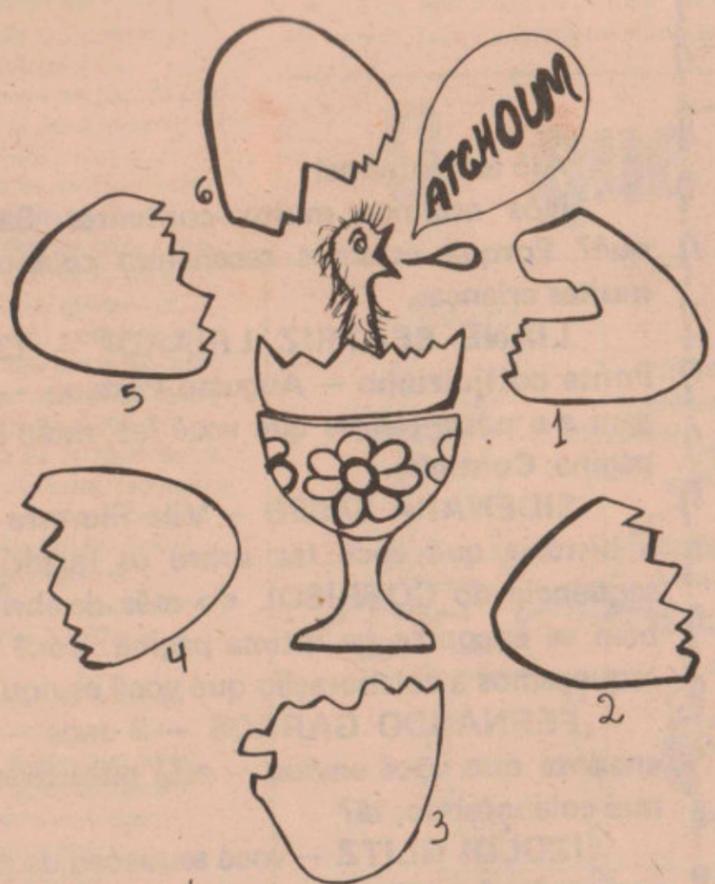
* As aves possuem ossos ocos, cheios de ar, diminuindo o seu peso e facilitando o seu voo.

* Os bicos variam de forma e tamanho conforme o tipo de alimentação e o meio onde vivem.

* O pato sai da água seco após um mergulho. POR QUÊ???

* PARA CRIAR GALINHAS, COM SUCESSO, É PRECISO GOSTO E DEDICAÇÃO."

Ajude este pintinho desastrado



No momento em que nasceu, o pintinho estava tão satisfeito que rebentou a casca do ovo com muita força. Resultado: casca para todo lado. Procure qual destes pedaços combina com o pedaço que restou.

1	P	A	P	R	O	A	I	O
2		E						
3				N				
4				A				
5				S				

- AVE QUE APRENDE A FALAR.
- PENAS MACIAS DOS PINTINHOS.
- ORGÃO DO CANTO DAS AVES.
- ANIMAIS QUE PÕEM OVOS.
- ORGÃOS NOS QUAIS SE ACHAM IMPLANTADAS AS RÊMIGES.

* GALINHAS E PATOS criados no quintal, com restos de comida e com ração, em geral não voam...PORQUÊ?

* Todas as aves são papudas?
Todas possuem moela e papo?